

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	9

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	10
3.2 - Medições não contábeis	11
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	12
3.4 - Política destinação de resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	18
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	19
3.7 - Nível de endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	28
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	29
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	47
4.5 - Processos sigilosos relevantes	50
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	51
4.7 - Outras contingências relevantes	52
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	54
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	57
5.3 - Descrição - Controles Internos	60

Índice

5.4 - Programa de Integridade	64
5.5 - Alterações significativas	68
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	69
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	70
6.3 - Breve histórico	71
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	73
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	74
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	75
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	77
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	78
7.3 - Produção/comercialização/mercados	79
7.4 - Principais clientes	80
7.5 - Efeitos da regulação estatal	81
7.6 - Receitas relevantes no exterior	84
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	85
7.8 - Políticas socioambientais	86
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	87
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	88
8.2 - Alterações na condução de negócios	89
8.3 - Contratos relevantes	90
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	91
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	92
9.1.a - Ativos imobilizados	93
9.1.b - Ativos Intangíveis	94
9.1.c - Participação em sociedades	96
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	99
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	100

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	109
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	116
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	118
10.5 - Políticas contábeis críticas	121
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	124
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	125
10.8 - Plano de Negócios	126
10.9 - Outros fatores com influência relevante	128
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	129
11.2 - Acompanhamento das projeções	130
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	131
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	135
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	142
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	143
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	144
12.7/8 - Composição dos comitês	152
12.9 - Relações familiares	153
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	154
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	174
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	175
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	176
13.2 - Remuneração total por órgão	182
13.3 - Remuneração variável	186
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	190
13.5 - Remuneração baseada em ações	193
13.6 - Opções em aberto	196
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	197
13.8 - Precificação das ações/opções	198

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	199
13.10 - Planos de previdência	200
13.11 - Remuneração máx, mín e média	201
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	203
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	204
13.14 - Remuneração - outras funções	205
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	206
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	207
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	208
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	211
14.3 - Política remuneração dos empregados	212
14.4 - Relações emissor / sindicatos	214
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	215
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	216
15.3 - Distribuição de capital	226
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	227
15.5 - Acordo de Acionistas	232
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	233
15.7 - Principais operações societárias	234
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	237
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	238
16.2 - Transações com partes relacionadas	240
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	255
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	256
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	257
17.2 - Aumentos do capital social	258
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	259
17.4 - Redução do capital social	260

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	261
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	262
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	264
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	265
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	266
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	268
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	271
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	272
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	273
18.8 - Títulos emitidos no exterior	274
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	276
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	277
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	278
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	279
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	280
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	281
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	282
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	283
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	285
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	286
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	287
21.3 - Responsáveis pela política	291
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	292

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1. Responsável pelo formulário

1.1. DECLARAÇÃO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Não aplicável, uma vez que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de novembro de 2022 foi tomado conhecimento da renúncia apresentada pela Sra. **Andrea Barroso de Salgueiro Pinto Cruz Lima** ao cargo de Diretora Presidente da Whirlpool S.A., para o qual foi eleita em 13.05.22, tendo o Conselho de Administração determinado que o cargo de Diretor Presidente permanecerá provisoriamente vago, sem prejuízo do funcionamento da Diretoria, que continuará composta pelos demais diretores, em consonância com o art. 13 do Estatuto Social.

1. Responsável pelo formulário**DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES****PARA FINS DO ITEM 1.2. DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.021.493-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 128.207.298-60, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olympia Semeraro, 675, 1º andar, sala 6, Prédio Administrativo 1, Bairro Jardim Santa Emília, CEP 04183-090, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Whirlpool S.A., sociedade por ações, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olympia Semeraro, 675, 1º andar, sala 6, Prédio Administrativo 1, Bairro Jardim Santa Emília, CEP 04183-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.105.999/0001-86, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

DocuSigned by:
Adolpho C. N. Souza Neto
Assinado por: ADOLPHO CYRIACO NUNES DE SOUZA NETO-1282072...
CPF: 12820729860
Data/Hora da Assinatura: 25/05/2022 | 12:24:08 BRT
ICP-Brasil
SFD0C9B2CEA694CE184A7364B37E8BCF7

ADOLPHO CYRIACO NUNES DE SOUZA NETO

Diretor de Relações com Investidores



1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	27/04/2018		
Descrição do serviço contratado	Serviço nº 1: i) Honorários para Auditoria das Informações Financeiras Intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, para o trimestre findo em m 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019 e 30 de setembro de 2019. ii) Honorários para Auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviço nº 1: R\$ 3.049.080,00 Montante total da remuneração dos auditores independentes - R\$ 3.049.080,00		
Justificativa da substituição	N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Julio Braga Pinto	27/04/2018	801.324.806-20	

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ			
Data Início	27/03/2020		
Descrição do serviço contratado	Serviço nº 1: i) Honorários para Auditoria das Informações Financeiras Intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, para o trimestres findos em 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020. ii) Honorários para Auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviço nº 1: R\$ 3.821.289,80 Montante total da remuneração dos auditores independentes - R\$ 3.821.289,80		
Justificativa da substituição	Rotatividade dos auditores independentes conforme artigo 31 da instrução CVM 23/2021.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Waldyr Passetto Junior	25/11/2020	082.619.888-05	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte - 7º and, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 25733296, Fax (11) 25733296, e-mail: waldyr.passetto@br.ey.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	1187-8		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.		
CPF/CNPJ	16.549.480/0001-84		
Data Início	18/03/2021		
Descrição do serviço contratado	Serviço nº 1: i) Honorários para Auditoria das Informações Financeiras Intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, para o trimestres findos em 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021 e 30 de setembro de 2021. ii) Honorários para Auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviço nº 1: R\$ 513.600,00 (quinhentos e treze mil e seiscentos reais) Montante total da remuneração dos auditores independentes - R\$ R\$ 513.600,00 (quinhentos e treze mil e seiscentos reais)		
Justificativa da substituição	Rotatividade dos auditores independentes conforme artigo 31 da instrução CVM 23/2021.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico		CPF	Endereço
CASSIANO GONÇALVES ALVAREZ	18/03/2021	054.251.098-73	Avenida Marquês de São Vicente, 182, Segundo Andar, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01139-000, Telefone (011) 23481000, Fax (011) 23481000, e-mail: cassiano.alvarez@rsmbr.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	1187-8		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.		
CPF/CNPJ	16.549.480/0001-84		
Data Início	18/03/2022		
Descrição do serviço contratado	Serviço nº 1: i) Honorários para Auditoria das Informações Financeiras Intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, para o trimestres findos em 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022. ii) Honorários para Auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviço nº 1: R\$ 586.800,00 (quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais) Montante total da remuneração dos auditores independentes - R\$ 586.800,00 (quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais)		
Justificativa da substituição	n/a		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico		CPF	Endereço
CASSIANO GONÇALVES ALVAREZ	18/03/2022	054.251.098-73	

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Em 13 de maio de 2021, através de Comunicado ao mercado, foi informado que por conta do artigo 31 da resolução CVM nº23, no qual estabelece que após o período de 5 exercícios sociais corridos da prestação de serviço de um auditor independente é requerido a alteração do prestador. Por conta disso, o contrato com a Ernst&Young foi encerrado no dia 23 de março de 2021 e foi contratada a RSM Brasil Auditores Independentes Sociedade Simples para a realização da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para o exercício de 2022 a Companhia permanece com a contratação da RSM Brasil.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	2.110.232,00	1.928.611,00	3.019.055,00
Ativo Total	9.164.610,00	7.100.413,00	7.634.362,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	11.380.278,00	9.312.094,00	7.767.833,00
Resultado Bruto	2.015.002,00	1.894.887,00	1.332.326,00
Resultado Líquido	981.810,00	713.737,00	1.776.403,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	1.502.786	1.502.786	1.502.786
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,400000	1,280000	2,010000
Resultado Básico por Ação	0,652300	0,474000	1,181000
Resultado Diluído por Ação	0,65	0,47	1,18

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Não divulgamos medições não contábeis no último exercício social.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3-Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Aumento de capital na investida Whirlpool Argentina S.A.

Em fevereiro e março de 2022, a Companhia realizou um aporte de capital na investida Whirlpool Argentina S.A. no montante de R\$6.686 mil. O aporte foi realizado com o objetivo de viabilizar a construção da nova fábrica na Argentina.

Pagamento das debêntures

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25.02.2022, foi deliberado e aprovado por unanimidade e sem ressalvas o resgate parcial de 140.000 (cento e quarenta mil) debêntures emitidas pela Companhia no âmbito do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações e da Espécie Subordinada da Primeira Emissão da Whirlpool S.A.”, firmado em 12.12.2019 com o pagamento do valor de R\$ 156.381.023,69 (cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil e vinte três reais e sessenta e nove centavos), realizado no dia 02.03.2022, à debenturista Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., correspondente ao valor nominal unitário e aos juros remuneratórios das debêntures objeto do Resgate Parcial. Tal transação está em acordo com o item 4.21 da Escritura de Emissão, que prevê o resgate antecipado, total ou parcial, a qualquer momento, a partir do segundo mês após a data de emissão das debêntures, sem incidência de qualquer multa ou prêmio.

Créditos de PIS e COFINS sobre insumos

Em fevereiro de 2022, após a conclusão de estudos e laudo independente, a controlada BUD Ltda. reavaliou seus créditos de PIS e COFINS sobre insumos e registrou o montante de R\$18.485 mil referente a créditos extemporâneos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2021	2020	2019
a. Regras sobre a retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia vigente à época da apuração do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 previa que: o lucro líquido remanescente do exercício poderá ser alocado à Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos o montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia.	O Estatuto Social da Companhia vigente à época da apuração do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 previa que: o lucro líquido remanescente do exercício poderá ser alocado à Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos o montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia.	O Estatuto Social da Companhia vigente à época da apuração do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 previa que: o lucro líquido remanescente do exercício poderá ser alocado à Reserva Estatutária, denominada Reserva de Investimentos com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante. Poderá ser destinado a esta Reserva de Investimentos o montante que não ultrapasse 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até atingir o limite máximo do capital social da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022, referente ao exercício de 2021, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 980.325.202,17 (novecentos e oitenta milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e dois reais e dezessete centavos), foi aprovada da seguinte forma:

(i) R\$ 69.731.112,48 (sessenta e nove milhões, setecentos e trinta e um mil, cento e doze reais e quarenta e oito centavos), destinados à reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A.; e

(ii) R\$ 910.594.089,69 (novecentos e dez milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos), correspondentes ao lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei das S.A., distribuídos da seguinte forma:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2021, referente ao exercício de 2020, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$ 712.370.816,87 (setecentos e doze milhões, trezentos e setenta mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos), foi aprovada da seguinte forma:

(i) R\$ 53.818.819,51 (cinquenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e um centavos), destinados à reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A.; e

(ii) R\$ 658.551.997,36 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), correspondentes ao lucro líquido ajustado do exercício, distribuídos da seguinte forma:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de julho de 2020, referente ao exercício de 2019, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante total de R\$ 1.774.762.406,73 (um bilhão, setecentos e setenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e seis reais e setenta e três centavos), foi aprovada da seguinte forma: (a) ratificação do pagamento de dividendos no valor de R\$ 1.500.002.370,94 (um bilhão, quinhentos milhões, dois mil e trezentos e setenta reais e noventa e quatro centavos) equivalente a R\$ 0,96762 para cada ação ordinária, e a R\$1,06439 para cada ação preferencial, aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 13 de abril de 2020 e pagos em 29 de abril de 2020; (b) ratificação do pagamento de dividendos intercalares, referentes aos lucros apurados no primeiro trimestre de

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a. o valor bruto de R\$ 604.110.802,00 (seiscentos e quatro milhões, cento e dez mil e oitocentos e dois reais) imputado ao dividendo obrigatório, montante que já foi declarado e pago aos acionistas, conforme deliberado, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de novembro de 2021; e

b. R\$ 306.483.287,69 (trezentos e seis milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), alocados à reserva estatutária da Companhia. Foi consignado que nenhuma parcela do lucro líquido foi destinada à reserva legal, tendo em vista que o saldo dessa alcançou o limite de 20% do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.

a. o valor bruto de R\$ 352.624.014,43 (trezentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatorze reais e quarenta e três centavos) imputado ao dividendo obrigatório, montante que já foi declarado e pago aos acionistas, conforme deliberado, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de dezembro de 2020; e

b. R\$ 305.927.982,93 (trezentos e cinco milhões, novecentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e três centavos), alocados à Reserva de Investimentos, nos termos do art. 12, §4º, do Estatuto Social. Foi consignado que nenhuma parcela do lucro líquido foi destinada à reserva legal, tendo em vista que o saldo dessa alcançou o limite de 20% do capital social da Companhia, nos

2019, cuja distribuição fora aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 05 de julho de 2019, e pagos em 23 de julho de 2019, no montante de R\$ 199.059.366,08 (cento e noventa e nove milhões, cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e oito centavos); (c) destinação do montante de R\$ 41.828.169,86 (quarenta e um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos) para a Reserva de Incentivos Fiscais de ICMS, nos termos do disposto no Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76; e (d) destinação do saldo remanescente, no montante de R\$ 33.872.499,85 (trinta e três milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a constituição de Reserva de Retenção de Lucros com base em orçamento de capital, nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, ficando consignado que nenhuma parcela do lucro líquido será

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	Foi consignado que foi ratificado o pagamento de dividendos intermediários realizado contra reserva de lucros anteriores, no valor de R\$ 305.913.489,31 (trezentos e cinco milhões, novecentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos), cujas distribuições foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13 de maio de 2021 e 17 de novembro de 2021, integralmente pagos em 02 de junho de 2021 e 07 de dezembro de 2021, valor também imputado ao dividendo mínimo obrigatório.	termos do artigo 193 da Lei das S.A. Foi consignado que foi ratificado o pagamento de dividendos intermediários realizado contra reserva de lucros anteriores, no valor de R\$ 27.378.485,70 (vinte e sete milhões, trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos), cuja distribuição foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 3 de dezembro de 2020, já integralmente pagos em 17 de dezembro de 2020, tendo sido esse valor também imputado ao dividendo mínimo obrigatório.	destinada à reserva legal, tendo em vista que o seu saldo alcançou o limite de 20% do capital social da Companhia, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76; (e) ratificação do pagamento de dividendos intermediários realizado contra o saldo da Reserva de Investimentos, cuja distribuição fora aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 05 de julho de 2019, e pagos em 23 de julho de 2019, no montante de R\$ 610.947.324,98 (seiscentos e dez milhões, novecentos e quarenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos).
--	--	---	--

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**b. Regras sobre a distribuição de dividendos**

O Estatuto Social prevê que (i) 5% do lucro líquido anual seja destinado à constituição da Reserva Legal, até o limite legal; e (ii) pelo menos 25% do lucro líquido anual seja distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observadas as demais regras do Estatuto e a legislação aplicável.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intermediários, competência do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembleia Geral, observadas regras do próprio Estatuto.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas à Companhia, por legislação, contratos ou decisões judiciais.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, de modo que são válidas as previsões estabelecidas no Estatuto Social da Companhia para essa finalidade.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		910.594,00	658.552,00	1.732.934,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		66,340000	53,550000	98,050000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		43,150000	34,150000	57,400000
Dividendo distribuído total		604.111,00	352.624,00	1.699.061,00
Lucro líquido retido		306.483,00	305.928,00	33.873,00
Data da aprovação da retenção		28/04/2022	28/04/2021	21/07/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			155.832,00	07/12/2021				
Preferencial			71.816,00	07/12/2021				
Ordinária					112.700,00	17/12/2020	303.719,00	23/07/2019
Preferencial					51.938,00	17/12/2020	139.971,00	23/07/2019

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Empresa		Conta	Total (R\$'ooo)
2021	Whirlpool S.A.	Reserva de Lucros	305.913
2020	Whirlpool S.A.	Reserva de Lucros	610.007
2019	Whirlpool S.A.	Reservas de Lucros	27.379

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	7.054.378,00	Índice de Endividamento	3,34294000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		5.317.511,00	416.108,00	0,00	0,00	5.733.619,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	Empréstimos e Financiamentos e Financiamento por Arrendamento	1.222.271,00	98.488,00	0,00	0,00	1.320.759,00
Total			6.539.782,00	514.596,00	0,00	0,00	7.054.378,00
Observação							
As informações constantes deste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O valor apresentado nos itens 3.7 e 3.8 representa o total de obrigações baseada no somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, consolidados.							

3. Informações financeiras selecionadas

3.9 - Outras informações relevantes

Compromissos de garantia em operações de *vendor*

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de *vendor*, junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, nós garantimos a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o total do saldo em aberto nesta operação era de R\$ 1.183.021, R\$ 297.175 e R\$ 577.029, respectivamente.

Nós possuímos seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a cobertura máxima combinada de *stop-loss* fornecida por essas políticas foi, respectivamente, de R\$ 850.000, R\$ 290.000 e R\$ 395.000.

Linha de crédito garantida

Em dezembro de 2021, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, contratamos junto a instituições financeiras a emissão de fianças bancárias, seguro garantia e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha em aberto aproximadamente R\$ 916 milhões (R\$ 950 milhões em 2020 e R\$ 755 milhões em 2019) relacionados a esses contratos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento:**a. Em relação ao emissor**A capacidade de efetivamente executar e gerenciar os objetivos de negócio da Companhia.

A natureza altamente competitiva da nossa indústria requer eficiência em nossa execução e gestão de negócio; consequentemente, uma eventual incapacidade de controlar de forma eficaz os custos, fornecer produtos com alta qualidade e inovadores podem afetar adversamente nossa capacidade de manter ou aumentar nossas vendas, nossas receitas e resultados financeiros em geral. O sucesso da Companhia depende também da antecipação às mudanças nas preferências dos clientes, em desenvolver novos produtos e executar lançamentos de sucesso em resposta a tais mudanças. Os resultados futuros e a capacidade da Companhia de manter ou melhorar sua posição competitiva depende da capacidade de avaliar a direção de nossos principais mercados e, em tempo oportuno, identificar, desenvolver, fabricar, comercializar e vender produtos novos e adequados a estes mercados em mudança.

Os direitos de propriedade intelectual da Companhia são valiosos, e qualquer incapacidade de protegê-los adequadamente poderia reduzir o valor dos seus produtos, serviços e marcas.

A Companhia considera que seus direitos de propriedade intelectual, incluindo patentes, marcas, design, know-how, segredos industriais e acordos de licenciamento, são um aspecto importante e valioso do seu negócio. A eventual incapacidade da Companhia de obter ou proteger adequadamente suas marcas, patentes, produtos ou novas funcionalidades de seus produtos e processos pode potencialmente diminuir a sua competitividade.

A capacidade da Companhia de atrair, desenvolver e reter funcionários talentosos é crucial para o resultado de suas operações e seu crescimento futuro.

A Companhia acredita que seus colaboradores são o segredo do seu sucesso e trabalha constantemente para criação de oportunidades de desenvolvimento e crescimento para os seus colaboradores. Para atrair e reter talentos, a Companhia busca e desenvolve pessoas que se identifiquem com os seus valores, tenham aderência ao seu modelo de liderança e foco em atender as necessidades dos seus consumidores. A Companhia tem uma parceria de sucesso com seus colaboradores além de uma postura inclusiva, o que se reflete em reconhecimentos externos. Em 2018, a Companhia foi considerada uma das 10 melhores empresas para as mulheres trabalharem, segundo Great Place to Work Mulher e se mantém em destaque pelas ações que promovem boas práticas para o desenvolvimento saudável da Primeira Infância, e ainda em 2021 foi reconhecida com uma das melhores empresas para se trabalhar tanto no ranking geral quanto para empresas com mais de 10.000 funcionários, também segundo o Great Place To Work. A Companhia é participante do Movimento Mulher 360° e do Movimento 'He for She' promovido pela ONU Mulheres, Forum LGBTQI+ e Pacto Global.

A Companhia acredita que o sucesso de sua estratégia está relacionado à atuação destes talentos. O sucesso futuro da Companhia depende do trabalho e dedicação contínuos de sua equipe de colaboradores. O eventual afastamento de colaboradores da Companhia no futuro pode afetar adversamente seus resultados.

Neste caso, a Companhia não pode garantir que terá sucesso em manter seus colaboradores atuais ou atrair novos colaboradores qualificados para integrar sua equipe. A saída de colaboradores-chaves da Companhia, ou a incapacidade de atrair e manter novos colaboradores com talento e qualificados para integrá-la, pode causar um efeito adverso nos negócios, situação financeira e resultados operacionais futuros da Companhia.

Resultados desfavoráveis de processos legais podem afetar negativamente os negócios e desempenho financeiro da Companhia.

Em decorrência natural de suas atividades, a Companhia está sujeita a uma variedade de obrigações legais e regulatórias, que inclui, entre outros, o direito do consumidor relativo aos defeitos do produto, os direitos de propriedade intelectual, as obrigações tributárias, as questões ambientais, e as questões comerciais e de conformidade com as leis de defesa da concorrência, cujas violações podem implicar em sanções civis ou penais.

A Companhia estima contingências passivas e estabelece reservas, como exigido pelos princípios e normas contábeis geralmente aceitos, com base em sua avaliação de contingências em que a perda é considerada provável e razoavelmente estimável, em função dos fatos e circunstâncias conhecidas pela Companhia em um determinado ponto no tempo.

Desenvolvimentos subsequentes nos processos judiciais podem afetar a avaliação e as estimativas das contingências registradas pela Companhia, podendo resultar em um efeito adverso em seus resultados durante o período em que a responsabilidade seria reconhecida, ou em seus fluxos de caixa para o período em que os montantes seriam pagos.

A deterioração das relações de trabalho pode afetar negativamente o negócio da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a interrupções de trabalho, o que poderia ter um efeito material adverso sobre seus negócios, condição financeira ou nos resultados das operações. Além disso, a Companhia não tem certeza de que será capaz de renovar os acordos de negociação coletiva nas mesmas condições, ou em condições similares, o que

também pode ter um efeito material adverso sobre seus negócios, condição financeira ou nos resultados das suas operações.

Responsabilidade do produto e custos de retirada de produtos podem afetar negativamente os negócios e desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de exposição à responsabilidade sobre produto e requisição de recalls se algum dos seus produtos for apontado como causador de danos às pessoas ou à propriedade. No caso de algum dos seus produtos comprovadamente apresentar falha de segurança, talvez seja necessário executar um recall e/ou redesenhar tal produto. Além disso, qualquer reclamação ou retirada do produto que resulte em publicidade negativa pode afetar negativamente os negócios, condição financeira ou resultados das operações da Companhia.

A Companhia mantém um seguro de responsabilidade do produto, porém qualquer ação de recall que eventualmente seja requerida poderia ter um impacto significativo sobre sua situação financeira, resultados operacionais e/ou fluxos de caixa da Companhia.

Eventuais riscos de estoques e outras classes de ativos da Companhia.

A Companhia registra baixas de estoque para produtos e estoques de componentes que se tornam obsoletos. Igualmente a Companhia reve seus ativos de longa duração sempre que eventos ou circunstâncias indicam que a quantia escriturada de um ativo pode não ser recuperável. Nesse sentido, ao avaliar-se e julgar-se que tais circunstâncias ocorreram, a Companhia registra uma provisão de "impairment" do excedente entre o valor realizável do ativo e o valor de custo. A Companhia realiza processos de contingência e forte monitoramento para mitigar esses riscos.

A Companhia está sujeita a falhas operacionais ou sistêmicas de tecnologia bem como a problemas relacionados à segurança da computação, que podem afetar substancialmente as nossas operações, condição financeira e/ou resultados operacionais.

A Companhia depende da tecnologia da informação e de serviços terceirizados que usam tecnologia em suas operações e interação com os seus clientes, bem como para manter a precisão e a eficiência financeira. Assim, falhas de segurança de tecnologia e quaisquer outras falhas na proteção relacionados à segurança da computação pela Companhia, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia estará sujeita a riscos relativos ao não cumprimento da nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, podendo ser afetada adversamente pela aplicação de sanções, inclusive pecuniárias.

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza dados pessoais, tais como dados de clientes e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, a Companhia deve observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709/2018 ("LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral.

A LGPD estabelece novo marco legal a ser observado pelas empresas no tratamento de dados pessoais (coleta, classificação, utilização, processamento, armazenamento, transferência, eliminação, entre outras operações realizadas com dados pessoais) e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, previu a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados.

Após a sanção, pelo Presidente da República, do Projeto de Lei de Conversão 34/2020, que tratava sobre a Medida Provisória nº 959/2020, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, sendo que a aplicabilidade de suas penalidades foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

b. Em relação a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia possui um Acionista Controlador, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários da Companhia

O Acionista Controlador da Companhia tem poderes para, entre outras coisas, eleger a totalidade dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

Ainda, o Acionista Controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários.

Em observância às melhores práticas da governança corporativa, a Administração da Companhia ao tomar decisões, sempre considera o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas minoritários.

c. Em relação a seus acionistas

A Companhia acredita não estar exposta, atualmente, a quaisquer riscos relevantes relacionados aos seus acionistas.

d. Em relação a suas controladas e coligadas

O resultado de suas controladas podem afetar adversamente as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia

A Companhia possui empresas controladas em outros países como Argentina, Chile e Peru, cujos seus resultados podem ser impactados por fatores macroeconômicos desses países tais como: produto interno bruto, consumo das famílias, a disponibilidade de crédito ao consumo, as taxas de juros, inflação, confiança do consumidor e os níveis de endividamento, as tendências de varejo, crescimento da construção civil, e as taxas de câmbio de moeda estrangeira. Taxas de desemprego e custos mais elevados de combustível e outros custos energéticos, bem como taxas de imposto mais elevadas, podem prejudicar a demanda.

A incerteza com relação a se os governos desses países implementarão mudanças nas políticas monetárias, fiscais, cambiais e de comércio exterior ou outros fatores no futuro poderá ter um efeito prejudicial sobre a operação da Companhia.

e. Em relação a seus fornecedores

Eventuais flutuações e volatilidade dos custos de matérias-primas e componentes podem afetar adversamente os lucros da Companhia.

Parte das matérias-primas utilizadas pela Companhia para produzir e fabricar seus produtos são commodities como aço, resinas plásticas e metais, como alumínio, cobre, zinco e níquel. Em uma base global e regional, as fontes e os preços dos materiais e componentes são sensíveis a flutuações de preços devido à oferta/demanda, tendências, custos de transporte, regulamentação governamental e tarifas, mudanças nas taxas de câmbio, controles de preços, o clima econômico e outras circunstâncias imprevistas. Para se proteger da exposição de variação nos preços de commodities, a Companhia adota a estratégia de cobertura de “hedge”. Aumentos significativos nestes e outros custos podem afetar materialmente os lucros da Companhia.

A Companhia depende da capacidade dos seus fornecedores para entregar peças, componentes e equipamentos para fabricação de seus produtos, incluindo a sua capacidade de produção sem interrupção, o que poderia afetar o seu desempenho empresarial.

A Companhia usa uma ampla gama de materiais e componentes na fabricação de seus produtos com seus inúmeros fornecedores para fornecer materiais e componentes. Nesse sentido, como geralmente a Companhia não tem acordos de abastecimento garantido com os seus fornecedores e algumas peças-chave podem ser fornecidas por um único fornecedor ou um grupo limitado de fornecedores, a Companhia está sujeita a riscos de fornecimento e preços.

A Companhia não pode garantir que suas operações e as operações nas instalações dos fornecedores estão sujeitas à ruptura por uma variedade de razões, incluindo, mas não limitado a interrupções do trabalho, incêndios, inundações ou outros. Qualquer interrupção significativa poderia impactar negativamente a receita e lucratividade da Companhia.

f. Em relação a seus clientes

A perda ou diminuição substancial nas vendas de alguns de seus principais clientes comerciais podem afetar adversamente a performance financeira da Companhia

A Companhia possui uma base de clientes bastante diversificada e de larga abrangência. Essa base é composta por grandes clientes comerciais, bem como distribuidores de médio e pequeno porte, no mercado nacional (distribuídos por todo o país) e no exterior. Adicionalmente, a Companhia faz vendas diretamente ao consumidor final.

A maioria dos produtos não são vendidos através de contratos de longo prazo, possibilitando variações e negociações de volumes pelos clientes com os fornecedores. Assim, a perda ou a redução substancial no volume de vendas dos principais grupos de compra pode afetar adversamente a performance financeira da Companhia. A diversificação e abrangência acima referida podem minimizar referido risco.

Ademais, existe o risco de crédito dos clientes. Caso a Companhia não receba o valor principal negociado por causa da inadimplência, que não pode ser evitada, mas prevenida ou controlada pela análise de crédito e gerenciada através de política de crédito, podendo afetar diretamente os resultados financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do cliente e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. O não pagamento de clientes estratégicos pode não só afetar o desempenho financeiro, mas também diminuir significativamente a participação da Companhia no mercado dentro de uma região em decorrência da não continuidade de vendas para um cliente inadimplente.

g. Em relação aos setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia enfrenta uma intensa concorrência

A Companhia opera em um ambiente empresarial altamente competitivo e enfrenta forte concorrência de um número crescente de companhias. Vários desses concorrentes são empresas bem estabelecidas com um compromisso para o sucesso no mercado global. A concorrência no mercado global é baseada em uma série de fatores, incluindo performance, inovação, design e funcionalidades do produto, eficiência energética, qualidade, custo, preço de venda, distribuição e incentivos financeiros, como a publicidade cooperativa, co-marketing, campanhas de incentivos à força de vendas, entre outros. A capacidade de competir com sucesso num ambiente altamente competitivo é fundamental para o desempenho do negócio da Companhia.

h. Em relação à regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças no ambiente legal e regulatório podem impactar e limitar as atividades da Companhia, aumentando os custos operacionais. Eventual mudança no ambiente legal e regulatório poderá reduzir a demanda pelos produtos da Companhia ou resultar em processos judiciais.

Adicionalmente, a conduta do negócio da Companhia está sujeita a várias leis e regulamentação dos governos federal, estadual e municipal, bem como a leis estrangeiras, impactando a produção, distribuição, venda, publicidade, segurança, transporte e utilização de muitos dos produtos fabricados pela Companhia. Além disso, a Companhia incorre em investimentos e outras despesas para cumprir diversas leis e regulamentos aplicáveis, especialmente relacionadas com a proteção ambiental, de saúde e segurança. Mudanças nas leis, regulamentos ou políticas governamentais, e as interpretações relacionadas, podem alterar o ambiente de seus negócios e, portanto, os resultados da Companhia.

i. Em relação aos países estrangeiros em que o emissor atue

A Companhia está sujeita a eventuais riscos associados com suas operações internacionais.

As operações internacionais podem diminuir as receitas e aumentar os custos da Companhia.

Nesse sentido, a Companhia acredita que as vendas internacionais continuem a representar uma parte significativa das suas vendas líquidas no futuro. Assim, a Companhia poderá enfrentar inúmeros riscos associados com a realização de operações internacionais, que podem afetar negativamente o seu desempenho financeiro.

Estes riscos incluem o seguinte:

- Mudanças nos requisitos regulamentares do país estrangeiro;
- Restrições à Importação/exportação e disponibilidade de licenças necessárias para importação / exportação;
- Imposição de tarifas externas e outras barreiras comerciais;
- instabilidade política, jurídica e econômica;
- Flutuações cambiais;
- Mudanças nas regras fiscais, regulação e outros requisitos dos países estrangeiros;
- Inflação;
- Greves e interrupções na entrega de produtos importados e exportados;
- Controles de preços pelo governo;
- Condições de pagamento estendido e da incapacidade para recolher as contas a receber; e
- Incapacidade para repatriar dinheiro.

j. Em relação a questões socioambientais

Os principais riscos estão associados às novas regulamentações socioambientais em discussão e/ou em implantação no país. Além disso, a Companhia publicou formalmente informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados ao clima sob a estrutura da Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD) no Relatório Global de Sustentabilidade da Companhia. A Companhia publicou a meta de Net Zero Emissões nos Escopos 1 e 2 e uma meta de redução na Categoria 11, nos produtos em uso, do Escopo 3.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia, inclusive paralisando integralmente ou parcialmente os seus canais de venda, centros de distribuição, escritórios e plantas industriais. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, bem como das medidas exigidas pelas autoridades governamentais ou que a Companhia determinar que são do melhor interesse de seus funcionários, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, na capacidade da Companhia de continuar operando seus negócios.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar o resultado operacional e financeiro.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar os riscos financeiros adversos decorrentes dessas exposições. Portanto, são utilizados instrumentos financeiros derivativos com objetivo de gerenciar o risco e proteger o fluxo de caixa e os ativos e passivos da Companhia, da volatilidade de preços de commodities e de variações cambiais.

Risco de Taxa de Câmbio

Partes importantes da geração de receitas e despesas da Companhia são feitas em outras moedas que não o Real. Assim, mudanças nas taxas de câmbio das moedas funcionais das operações estrangeiras afetam o valor da receita da Companhia e lucro em Reais. A volatilidade recente nos mercados cambiais aumentou o risco da Companhia.

A Companhia usa hedge cambial para gerir suas exposições de transação em moeda estrangeira. Não obstante, a Companhia não pode eliminar completamente sua exposição a flutuações de moeda estrangeira, o que pode afetar adversamente sua performance financeira. Além disso, como os resultados financeiros consolidados da Companhia são apresentados em Reais, a tradução dos resultados gerados em outras moedas para o Real pode resultar em um aumento ou diminuição na quantidade das vendas ou lucros.

Nossa exposição cambial líquida de balanço no período findo em dezembro de 2021 era de R\$ 406 milhões.

Na hipótese de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio, seus negócios e resultados serão negativamente afetados

Risco de Taxa de Juros

A exposição da Companhia a este risco decorre das aplicações financeiras atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras da Companhia.

Quanto à exposição a taxas de juros, não havia saldo de empréstimos e o saldo de principal em aplicação financeira no consolidado era de R\$ 1.676.929 em 31 de dezembro de 2021.

Risco de Preços de Commodities

A Companhia está exposta à variação de preços de commodities, principalmente cobre e alumínio. Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis destas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição da Companhia para os próximos 3 anos era de 1.798 e 14.268 toneladas para cobre e alumínio respectivamente.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e ocasião que desejam.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A Companhia não pode assegurar o grau de liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade do adquirente das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

4.3- Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas nas áreas cível, consumidor, tributária, trabalhista e ambiental. A seguir descrevemos, de forma detalhada, todos os processos que são considerados relevantes para a Companhia e que fazem parte de nossa base em 31 de dezembro de 2021.

Ressaltamos como relevante a ação proposta pela Companhia que visa garantir o direito de aproveitamento do Crédito-Prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFLEX, relativas ao período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 1988 até 1998. Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial em questão.

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFLEX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília. A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFLEX pela Companhia.

Em novembro de 2008, foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior. Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em dezembro de 2012, o TRF da 1ª Região negou provimento ao recurso e contra a decisão a União opôs embargos de declaração. Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro de 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravos de instrumento, em face da inadmissão dos Recursos. No STJ, houve decisão desfavorável para a União, com trânsito em julgado. Igualmente, no STF houve decisão desfavorável para a União, com trânsito em julgado.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357, cuja decisão determinou a aplicação do IPCA-E para precatórios emitidos posteriormente a 25 de março de 2015. Além deste caso, havia uma repercussão geral no Supremo Tribunal Federal – STF, que determinaria o índice de correção monetária (IPCA-E ou TR) para as condenações da Fazenda Pública. Em 20 de setembro de 2017, o STF retomou o julgamento dessa repercussão geral e fixou o entendimento de que o IPCA-E é o índice correto a ser aplicado nas condenações impostas contra a Fazenda Pública. Baseado nesta decisão, a Companhia monetizou saldo remanescente do crédito prêmio de IPI e não há mais saldo para monetização. Em recente decisão, o Supremo Tribunal Federal rejeitou o pedido de modulação dos efeitos da decisão formulado pela União Federal.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFLEX compensados durante o período de 1996 a 1998, 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFLEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2015, a quantidade total de autuações fiscais pendentes relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFLEX, incluindo juros e multas, refletem o montante de R\$1.762.198 (R\$1.543.960 em 31 de dezembro de 2015), sendo que o total do auto de infração, que inclui outras rubricas, reflete o montante de R\$1.864.892 (R\$1.620.536 em 31 de dezembro de 2015). É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Desta forma, eventual resultado desfavorável nesses processos pode ter um efeito material adverso sobre a situação financeira, liquidez ou resultados das operações da Companhia.

(i) Cíveis e Ambientais

Ação nº 0000750-53.2011.8.14.0130

a. juízo	Vara Única de Ulianópolis-PA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/09/2011
d. partes no processo	Autor: Município de Ulianópolis-PA

Réu: Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. e outros

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17.304.522,21
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública visando a reparação de supostos danos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos industriais pela Companhia Brasileira de Bauxita (CBB). Após a apresentação de defesa pela Whirlpool, o processo foi suspenso por dois anos. Em 2020, foi proferida decisão saneadora, estabelecendo os pontos controvertidos da demanda. Algumas rés, dentre elas a Whirlpool, opuseram embargos de declaração contra a decisão saneadora, os quais aguardam julgamento. Também está pendente de decisão pedido de suspensão do processo, formulado pelo Ministério Público do Estado do Pará, para viabilizar negociações extrajudiciais.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados e reparação de danos..
Ação nº 0008532-33.2019.8.14.0130	
a. juízo	Vara Única de Ulianópolis-PA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/10/2019
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Pará-PA Réu: Whirlpool S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	N/A - os valores envolvidos já estão contemplados na ação judicial indicada no item anterior.
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública visando a reparação de supostos danos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos industriais pela Companhia Brasileira de Bauxita (CBB). Em 2020, foi deferida medida liminar que determinou a inversão do ônus da prova e a quebra do sigilo fiscal da Whirlpool. A Whirlpool e o MP-PA acordaram na suspensão do processo, para início das negociações extrajudiciais. Após o término do prazo de suspensão, a Whirlpool apresentou sua defesa e interpôs recurso de agravo de instrumento contra a decisão liminar. Estão em andamento negociações extrajudiciais, para eventual composição entre as partes.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados e reparação de danos.
Ação nº 0005165-34.2002.8.16.0035	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais-PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	05/06/2002
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Paraná-PR Réu: Whirlpool S/A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável

f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública visando a reparação de supostos danos ambientais decorrentes do descarte de resíduos sólidos industriais pela Recobem. A Whirlpool apresentou sua defesa. Em 2019, o feito foi extinto sem resolução de mérito. Em 2012, a sentença de extinção foi anulada pelo Tribunal. Atualmente, o processo está suspenso até que seja definida a competência - federal ou estadual - para processar e julgar a demanda.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados e reparação de danos.

Ação nº 0005585-05.2003.8.16.0035

a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais-PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/06/2003
d. partes no processo	Autor: Associação dos Moradores do Jardim Cristal e Jardim Marambaia Réu: Whirlpool S/A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.075.122,10

f. principais fatos	Trata-se de ação coletiva visando a indenização de supostos danos materiais e morais que teriam sido causados aos residentes dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia em razão do descarte de resíduos sólidos industriais pela Recobem. O feito foi extinto sem resolução de mérito, mas a sentença foi anulada pelo Tribunal. Em agosto de 2021, foi proferida nova sentença, extinguindo o feito sem resolução de mérito, em razão da ilegitimidade ad causam passivas das empresas réis, em virtude da responsabilidade exclusiva da Recobem para a reparação dos danos alegados. Em setembro de 2021, a Autora interpôs recurso de apelação.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados e reparação de danos.

Ação nº 0317232-33.2016.8.24.0038

a. juízo	3ª Vara Cível de Joinville-SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/08/2016
d. partes no processo	Autor: Gelsleighter Transportes Ltda. Réu: Whirlpool S/A e MLOG Armazém Geral Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.822.857,99

f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização ajuizada por antigo fornecedor da Whirlpool (prestação de serviços de transporte) visando à reparação de danos causados por alegado descumprimento e rescisão contratual. Em 2017, a Whirlpool apresentou sua defesa. Em 2020, foi reconhecida a incompetência do Juízo da 3ª Vara Cível de Joinville-SC e determinada a remessa dos autos ao Foro da Capital de São Paulo-SP. Aguardando o recebimento dos autos em São Paulo.
g. chance de perda	Possível/Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Ação nº 1006286-09.2016.8.26.0004

a. juízo	18ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo-SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	29/06/2016
d. partes no processo	Autor: Alpha do Brasil Ltda. Réu: Whirlpool S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 44.491.999,02
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização ajuizada por antigo fornecedor da Whirlpool (fornecimento de novas linhas de montagem de microondas em Manaus) visando à reparação de danos causados por alegado descumprimento contratual. Em 2016, a Whirlpool apresentou sua defesa. Em 2017, foram nomeados peritos de engenharia e contabilidade para conduzir a produção de provas. Em 2018, foi apresentado o laudo pericial de engenharia, o qual foi rejeitado pelo Juízo, tendo sido determinada a realização de nova perícia de engenharia, com a nomeação de novo <i>expert</i> . Em 2019 e 2020, foram realizadas inspeções periciais à planta de Manaus. Em dezembro de 2021, foi apresentado novo laudo pericial de engenharia.
g. chance de perda	Possível/Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Ação nº 571276-92.2000.8.06.0001

a. juízo	13ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza-CE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24.01.2001
d. partes no processo	Autor: Lojas Paraíso Ltda. e Paulo Fernandes Rodrigues Ribeiro Réu: Whirlpool S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.036.016,25
f. principais fatos	Trata-se de ação revisional de contrato cumulada com repetição de indébito, por meio da qual pretendem os Autores a declaração de nulidade de cláusulas do contrato de compra de recebíveis firmado com a Whirlpool e que alegadamente transferiam aos Autores a responsabilidade pelo inadimplemento dos consumidores finais, bem como a repetição em dobro de valores pagos indevidamente. Após anos de inércia processual dos Autores, em 23/02/2018, foi informada nos autos a falência das Lojas Paraíso, tendo sido requerida a suspensão deste processo. O processo foi redistribuído à 37ª Vara Cível de Fortaleza, em abril/2018. Os Autores foram novamente intimados para dar prosseguimento ao processo, sob pena de extinção. Na sequência, foi certificada a ausência de manifestação dos Autores. A Whirlpool se manifestou nos autos, pedindo a extinção do feito por abandono. Aguarda-se o julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Ação nº 0003532-86.2008.8.05.0001

a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Salvador-BA.
----------	--

b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/01/2008
d. partes no processo	Autor: Máximo Comércio e Representações Ltda.
	Réus: Whirlpool S/A e BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 28.734.197,99
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória por meio da qual a Autora postula a reparação dos danos materiais, morais e lucros cessantes decorrentes da rescisão de contrato de representação comercial operada pela Whirlpool. Após a produção de provas em fase de conhecimento, a ação foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Whirlpool ao pagamento de indenização referente ao art. 27, "j" da Lei 4886/65, reconhecendo a sucumbência recíproca. Após a interposição de recursos de apelação por ambas as partes, a sentença foi parcialmente reformada apenas para fixar o termo inicial de incidência de juros e correção monetária sobre a condenação. Após a interposição dos recursos cabíveis, a decisão transitou em julgado em dezembro/2018. Em sede de cumprimento de sentença, iniciado em setembro/2019, a Whirlpool apresentou sua impugnação aos valores pleiteados a título de condenação. Foi determinado pelo Juízo que a liquidação da sentença será realizada por meio de perícia. Aguarda-se a conclusão da perícia.
g. chance de perda	Provável R\$ 1.107.735,44 Possível R\$ 27.626.462,55
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Ação nº 0008255-50.2014.8.26.0100

a. juízo	43ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo-SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/04/2011
d. partes no processo	Autor: Irmãos Raro Peças e Serviços Ltda. Réu: Whirlpool S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.983.910,88
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização ajuizada por antiga assistência técnica da Whirlpool visando à reparação de danos causados por alegado descumprimento contratual. Em 2014, a Whirlpool apresentou sua defesa. Em 2015, o feito foi extinto sem resolução de mérito. Em 2017, a sentença de extinção foi anulada pelo Tribunal. Em 2019, o feito retornou à origem para a produção de provas, com a consequente nomeação de perito judicial contábil. Em 2020, foi apresentado laudo pericial contábil, que concluiu que nenhum valor seria devido pela Whirlpool. Em outubro de 2021, a Autora apresentou sua impugnação ao laudo pericial, a qual foi respondida pelo perito. Aguarda-se a conclusão da prova pericial.
g. chance de perda	Possível/Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Ação nº 1011434-97.2016.8.26.0554

a. juízo	2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo-SP
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	19/05/2016
d. partes no processo	Autor: Marro Máquinas Operatrizes Ltda. Réu: Whirlpool S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.331.407,58
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização dos supostos prejuízos decorrentes da aquisição de imóvel localizado no Distrito de Paranapiacaba, no Município de Santo André-SP. Segundo a Autora, o imóvel adquirido não corresponde à área cuja venda lhe foi ofertada. Em janeiro de 2018, foi nomeado perito judicial. O laudo pericial foi apresentado aos autos, tendo a Whirlpool se manifestado parcialmente favorável às conclusões periciais. Em julho de 2020, a ação foi julgada improcedente. Em agosto de 2020, a Autora interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível/Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores pleiteados.

Ação nº 0502719-63.2012.8.24.0023

a. juízo	4ª Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina-SC
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	29/10/2012
d. partes no processo	Autor: Whirlpool S/A Réu: Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGás
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.892.446,91
f. principais fatos	Trata-se de ação declaratória revisional de contrato de compra e venda de gás natural firmado entre as partes. Em 2019, a ação foi julgada improcedente. A Whirlpool interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores cobrados pela Ré.

(ii) Tributários**Processos nº 16349.000261/2009-75 e 16349.000415/2009-29**

A. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
B. Instância	2ª Instância
C. Data de Instauração	28/09/2011
D. Partes no Processo	Autor: União Federal

Réu: Whirlpool S/A	
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 23.737.878,37
F. Principais Fatos	Despachos decisórios deferindo parcialmente o pedido de ressarcimento e compensação de COFINS (2006). Apresentadas Manifestações de inconformidade pela empresa, as quais tiveram decisão desfavorável. Apresentados Recursos Voluntários. Processos convertidos em diligência.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº12585.720433/2011-00, 12585720432/2011-57, 16349.000269/2009-31, 16349000263/2009-64, 16349.000264/2009-17, 16349.000270/2009-66 e 16349.000262/2009-10

A. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
B. Instância	2ª instância
C. Data de Instauração	27/02/2012 e 29/02/2012
D. Partes no Processo	Autor: União Federal Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 73.316.385,16
F. Principais Fatos	Despachos decisórios que deferiram parcialmente os pedidos de ressarcimento decorrentes de despesas deduzidas como insumos, homologando parcialmente as DCOMPs apresentadas - Pis e Cofins 2007 e 2008. Manifestações de Inconformidade julgadas improcedentes. Apresentado Recurso Voluntário, aguardando julgamento no CARF.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processos nº 19515.720497/2012-56

A. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	14/02/2013
D. Partes no Processo	Autor: União Federal Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 60.302.078,25
F. Principais Fatos	Auto de Infração referente à insuficiência de recolhimento da contribuição PIS/PASEP e COFINS. Crédito de aquisição no mercado interno supostamente constituído indevidamente. Fato gerador 30/04/2008 a 30/09/2008. Protocolada defesa administrativa pela empresa. Aguardando julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Execução Fiscal nº 0901380-46.2018.8.24.0038 Autos de Infração nºs 136030073291 (OS 1260000026437) e 136030073283 (OS 1260000026437)

A. Juízo	Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina
B. Instância	2ª Instância
C. Data de Instauração	01/08/2013
D. Partes no Processo	Autor: Estado de Santa Catarina Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 77.621.477,15
F. Principais Fatos	Processos referentes à tomada de créditos de ICMS referente à rubrica “crédito presumidos de chapas de aço” oriundos de aquisições de matéria-prima. Ciência dos Autos de Infração. (i) Execução Fiscal nº 0901380-46.2018.8.24.0038: Apresentado seguro garantia para garantir o débito. Após isso, foram opostos Embargos à execução e aguarda-se sentença. (ii) Al nº 136030073291 e 136030073283: As defesas apresentadas foram julgadas procedentes e os Recursos de Ofício também foram decididos de forma desfavorável à Fazenda. Assim, restou encerrada a discussão administrativa de ambos os processos, refletindo no cancelamento de R\$ 12.641.828,86.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processos nº 10880.935496/2014-33 e 10880.722694/2014-39

A. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	04/09/2014 e 13/08/2014
D. Partes no Processo	Autor: União Federal Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 21.916.360,49
F. Principais Fatos	(i) 10880.935496/2014-33 : Despacho decisório não homologando compensação declarada em PER/DCOMP, pois entende a Autoridade Fiscal que não haveria crédito disponível (glosa de créditos de diversos insumos não considerados pela Fiscalização). Protocolada manifestação de inconformidade, que fora julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário, que aguarda julgamento. (ii) 10880.722694/2014-39 : Auto de infração oriundo de apropriação de crédito de imposto supostamente não permitido pela legislação tributária (insumos não reconhecidos) - PIS/PASEP e COFINS. Apresentada impugnação, que fora julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 10880.903.181/2017-70

A. Juízo	Receita Federal do Brasil
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	28/07/2009

D. Partes no Processo	Autor: União Federal
	Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 17.150.354,03
F. Principais Fatos	Declarações de compensação de débitos, utilizando-se de suposto crédito de pagamento indevido de COFINS em 31/12/2009. Apresentada Manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 10880.680222/2011-59

A. Juízo	Receita Federal do Brasil
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	03/01/2012
D. Partes no Processo	Autor: União Federal
	Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 31.948.469,08
F. Principais Fatos	Declarações de compensação de débitos, utilizando-se de créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2006. Apresentada Impugnação, a qual aguarda julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 0016072-56.2012.4.03.6100, 0054917-08.2012.403.6182 e 5015237-48.2012.404.7201

A. Juízo	Subseção Judiciária de São Paulo (Varas Cíveis)
B. Instância	3ª Instância
C. Data de Instauração	11/09/2012
D. Partes no Processo	Autor: Whirlpool S/A
	Réu: União Federal
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 260.875.442,50
F. Principais Fatos	Trata-se de Mandados de Segurança com o objetivo de reincluir a Companhia na Anistia da MP 470. Decisões desfavoráveis em 1º e 2º Instâncias, sendo que neste último o mérito não foi analisado. Pendente de julgamentos os recursos interpostos para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. A Execução fiscal de Santa Catarina (R\$ 244.295.043,55) está suspensa aguardando o desfecho do Mandado de Segurança. A Execução fiscal de São Paulo está em andamento para a discussão de litispendência com recurso especial e extraordinário pendentes de julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 0007660-44.2009.4.03.6100; 0055277-69.2014.4.03.6182, 0055278-54.2014.4.03.6182

A. Juízo	Subseção Judiciária de São Paulo (Varas Cíveis)
B. Instância	3ª Instância
C. Data de Instauração	11/11/2014
D. Partes no Processo	Autor: Whirlpool S/A
	Réu: União Federal

E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.553.271,52
F. Principais Fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar as limitações de compensação de estimativas previstas na MP 449/08. Decisões desfavoráveis em 1º e 2º Instâncias. Pendente recurso especial e extraordinário. Efeito suspensivo atribuído aos recursos. As execuções estão em andamento discutindo o mesmo tema do Mandado de Segurança e, por isso, ambas aguardam o desfecho neste processo. O Mandado de Segurança foi encerrado de forma desfavorável para a Cia e, em uma das execuções fiscais, a Companhia realizou o depósito judicial para garantir o débito.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 5017291-86.2018.8.13.0024 e 5036346-86.2019.8.13.0024

A. Juízo	Subseção Judiciária de Belo Horizonte
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	06/02/2019
D. Partes no Processo	Autor: Estado de Minas Gerais Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 12.699.207,93
F. Principais Fatos	Trata-se de Execução fiscal ajuizada para a cobrança do débito relativo à CDA nº 01.000722816-59, decorrente do suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS-ST vinculados a mercadorias recebidas em devolução, no período de janeiro de 2012 a agosto de 2016. Foram opostos Embargos à execução, pendentes de julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 10314.720782/2019-35

A. Juízo	Receita Federal
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	16/12/2019
D. Partes no Processo	Autor: União Federal Réu: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 27.486.032,89
F. Principais Fatos	Autos de infração lavrados decorrente da glosa de despesas deduzidas pela Companhia como insumos da base de cálculo de PIS/COFINS. Apresentada impugnação administrativa, que foi julgada improcedente. Em face desta decisão foi interposto recurso voluntário pela empresa, que aguarda julgamento.
G. Chance de Perda	Possível (R\$ 25.687.226,62) / Provável (R\$ 1.798.806,26)
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 5016299-50.2017.4.04.7201 e 5001149-68.2013.4.04.7201

A. Juízo	Justiça Federal de Joinville
----------	------------------------------

B. Instância	2ª Instância
C. Data de Instauração	18/12/2017
D. Partes no Processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 17.480.356,24
F. Principais Fatos	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional para exigir os valores lançados por meio do processo administrativo nº 10920.721874/2011-37. Trata-se de exigência de IPI supostamente recolhido a menor na importação de climatizadores, tendo em vista a utilização pela empresa da alíquota de 0% quando o entendido como correto pela fiscalização era a adoção da alíquota de 20%. Na esfera administrativa, a decisão final foi desfavorável à Whirlpool. Na Execução Fiscal a empresa apresentou embargos à execução, que foram julgados improcedentes em 1ª instância (em 21/08/2020 o STF reconheceu a constitucionalidade da incidência do IPI na revenda de importados, o que impactou no caso individual da Whirlpool S/A). Em face desta decisão foi apresentado recurso pela empresa, pendente de julgamento. A Whirlpool S/A ajuizou ação cautelar (nº 5015008-15.2017.4.04.7201) e garantiu antecipadamente todo o débito por meio de seguro garantia. Atualmente o valor em discussão está integralmente provisionado, em razão do prognóstico de perda.
G. Chance de Perda	Provável
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processos nº 10920.727668/2020-21 e 10920.727583/2020-43

A. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	9/11/2020 e 13/11/2020
D. Partes no Processo	Autuante: Receita Federal do Brasil Autuado: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 13.166.296,35
F. Principais Fatos	Foram lavrados 2 Autos de infração para a cobrança de IPI, juros e multa por ter a Receita Federal do Brasil discordado da classificação fiscal atribuída pela empresa às adegas climatizadas. Apresentadas ambas as impugnações administrativas, que aguardam julgamento.
G. Chance de Perda	Possível
H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo	Pagamento do valor envolvido

Processo nº 4.146.472-2

A. Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
B. Instância	1ª Instância
C. Data de Instauração	20/12/2021
D. Partes no Processo	Autuante: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Autuado: Whirlpool S/A
E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 12.774.268,35

<i>F. Principais Fatos</i>	<i>Auto de infração decorrente de suposto creditamento extemporâneo indevido de ICMS de mercadoria destinada a uso e consumo, no período compreendido entre dezembro de 2016 a junho de 2021</i>
<i>G. Chance de Perda</i>	<i>Possível</i>
<i>H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo</i>	<i>Pagamento do valor envolvido</i>
Processos nºs 5022180-06.2020.4.04.7200, 5014248-61.2020.4.04.7201, 5016983-67.2020.4.04.7201	
<i>A. Juízo</i>	<i>Tribunal Regional Federal da 4ª Região</i>
<i>B. Instância</i>	<i>2ª Instância</i>
<i>C. Data de Instauração</i>	<i>22/10/2020</i>
<i>D. Partes no Processo</i>	<i>Whirlpool S/A</i>
	<i>União Federal</i>
<i>E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos</i>	<i>R\$ 177.411.867,90</i>
<i>F. Principais Fatos</i>	<i>Auto de Infração: Lavrado para a exigência de IPI por suposto equívoco no cálculo do crédito presumido de IPI que a Companhia fazia jus. Após diversas defesas no âmbito administrativo, parte do débito foi reduzida e, para o restante, proferida decisão desfavorável para a Companhia.</i> <i>Mandado de Segurança: Impetrado para discutir a nulidade do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil. Sentença desfavorável em 1 Instância. Pendente de julgamento o recurso de Apelação da Companhia.</i> <i>Execução Fiscal: Ajuizada para a cobrança do débito objeto do auto de infração. A Companhia opôs Embargos à Execução e aguarda julgamento.</i>
<i>G. Chance de Perda</i>	<i>Possível</i>
<i>H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo</i>	<i>Pagamento do valor envolvido</i>
Processos nºs 5022180-06.2020.4.04.7200, 5014248-61.2020.4.04.7201, 5016983-67.2020.4.04.7201	
<i>A. Juízo</i>	<i>Tribunais de Justiça dos Estados</i>
<i>B. Instância</i>	<i>1, 2ª Instâncias</i>
<i>C. Data de Instauração</i>	<i>25/02/2021</i>
<i>D. Partes no Processo</i>	<i>Whirlpool S/A</i>
	<i>Estados da Federação</i>
<i>E. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos</i>	<i>R\$ 2.955.904,17</i>
<i>F. Principais Fatos</i>	<i>Mandados de Segurança impetrados com o objetivo de afastar a cobrança do ICMS DIFAL em 2021 ante a ausência de Lei Complementar regulamentando a cobrança do mesmo, nos termos do decidido pelo Supremo Tribunal Federal em ADI e repercussão geral.</i>
<i>G. Chance de Perda</i>	<i>Possível (R\$ 442.662,39) e Provável (R\$ 2.513.241,78)</i>
<i>H. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo</i>	<i>Pagamento do valor envolvido</i>

(iii) Trabalhistas

Agrupamento Ação - 33 Processos (ex-funcionários Brascom)

; 0001456-90.2017.5.06.0003; 0000845-74.2017.5.06.0121;;; 0000976-39.2017.5.13.0029;
 000952-83.2017.5.13.0005; 0000842-66.2017.5.13.0011; 0001588-58.2017.5.13.0002;
 0000967-31.2017.5.13.0012; 0000969-98.2017.5.13.0012; 0000968-16.2017.5.13.0012;
 0000988-07.2017.5.13.0012; 0000467-50.2017.5.13.0016; 0000539-34.2017.5.13.0017;
 0000468-35.2017.5.13.0016; 0000470-05.2017.5.13.0016; 0000536-79.2017.5.13.0017;
 0000540-19.2017.5.13.0017; 0001602-33.2017.5.13.0005; 0001028-13.2017.5.13.0004;
 0001288-90.2017.5.13.0004; 0001284-53.2017.5.13.0004; 0001037-04.2017.5.06.0122;
 0000747-18.2019.5.06.0122; 0000739-41.2019.5.06.0122; 0000401-70.2019.5.06.0121;
 0000329-46.2018.5.13.0017; 0000333-83.2018.5.13.0017; 0000560-94.2018.5.13.0010;
 0000145-91.2018.5.06.0015; 0001558-93.2017.5.13.0011 0001551-04.2017.5.13.0011;
 0001552-86.2017.5.13.0011; 0001553-71.2017.5.13.0011; 0001554-56.2017.5.13.0011;

Justiça do Trabalho em diversas Comarcas no Nordeste

a. juízo

Tribunal Regional do Trabalho 13ª região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e Tribunal Superior do Trabalho

b. instância**c. data de instauração** 05.08.2014 em diante, mas em 02/2019 prescreveu o direito para novas ações

Autor (Reclamante): 33 reclamantes

d. partes no processo Réu (Reclamada): Whirlpool S.A. e BUD**e. valores, bens ou direitos envolvidos**

R\$ 28.111.926,99

f. principais fatos

As empresas Whirlpool S/A e BUD são rés em 58 ações trabalhistas de ex-funcionários da Empresa Brascom - Serviços de Manutenção de Aparelhos de Refrigeração, que trabalhavam como Representantes Comerciais da BUD, devido ao término do contrato com a Empresa Brascom. As principais reivindicações são: vínculo empregatício, horas extras e encargos trabalhistas. Todos os processos já possuem sentença e em parte deles a BUD consegue a improcedência ou a reversão da condenação nos Tribunais. Atualmente há 33 ações trabalhistas ativas, com 30 processos em trâmite no TST com recurso pendente de julgamento.

g. chance de perda

Provável: R\$ 10.589.188,34

Possível: R\$ 22.354,06

Remoto: R\$ 17.500.384,60

h. análise do impacto em caso de perda do processo

Pagamento dos valores pleiteados pelos autores.

Ação Civil Pública - ACP nº 0011717-73.2019.5.15.0010**Tribunal do Trabalho da 15ª Região****a. juízo****b. instância****Vara do Trabalho de Rio Claro****c. data de instauração****05/09/2019****d. partes no processo**

Autor Ministério Público do Trabalho da 15ª. Região

Réu: Whirlpool S.A.

e. valores, bens ou direitos envolvidos

R\$ 18.153.903,54

f. principais fatos

Ação Civil Pública com pedido de condenação da Whirlpool por suposto tratamento discriminatório para profissionais e trabalhadores pacientes não ocupacionais, com estabilidade convencional e previdenciária, reabilitados e pessoas com doenças e deficiências graves. Antecipação de tutela indeferida. Realizada uma audiência inicial em 28/10/2019, na qual houve um pedido de inclusão do Sindicato como um assistente litisconsorcial, pedido concedido pelo Juízo. O processo ainda está em

fase de produção de provas, aguardando audiência remarcada para 25/10/22.

Possível

g. chance de perda

h. análise do impacto em caso de perda do processo

Pagamento de eventual condenação em danos morais coletivos

Ação Civil Pública - ACP
nº0011286-39.2019.5.15.0010

Tribunal do Trabalho da 15ª Região

a. juízo

b. instância

Vara do Trabalho de Rio Claro

c. data de instauração

15/10/2020

d. partes no processo

Autor Ministério Público do Trabalho da 15ª. Região

e. valores, bens ou direitos envolvidos

Réu: Whirlpool S.A.
R\$ 92.826.450,50

f. principais fatos

Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT em outubro de 2020 por suposta inobservância das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério da Economia e Jornada de trabalho na unidade de Rio Claro. O MPT exige o cumprimento de diversas obrigações relativas à saúde e segurança dos empregados e também o pagamento de indenização por danos morais coletivos de R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais). O Tribunal deferiu 3 pedidos em tutela antecipada, a WHP impetrou Mandado de Segurança para reverter a decisão.. Sendo julgado procedente o pedido de segurança para um item. Processo suspenso para possibilitar a negociação e composição entre empresa e MPT.

g. chance de perda

Possível - R\$ 7.328.403,99
Remoto - R\$ 85.498.046,52

h. análise do impacto em caso de perda do processo

Pagamento de eventual condenação em danos morais coletivos

(iv) **Consumeristas**

Ação Civil Pública nº 0035198-18.2002.805.0001 (antigo n.º 14002900366-6)

a. juízo

30ª Vara Cível de Salvador/BA

b. instância

1ª Instância

c. data de instauração

09/04/2002

d. partes no processo

Autor: Ministério Público do Estado da Bahia

Réus: Whirlpool S/A e Bud Comércio de Eletrodomésticos Ltda

e. valores, bens ou direitos envolvidos

R\$ 22.301.324,73

f. principais fatos	Ação ajuizada para discutir a nulidade da cláusula 4.2 do contrato Compra Certa Brastemp, que permite que as Rés retenham valores pagos pelo consumidor em caso de desistência ou inadimplemento, com pedido de alteração da referida cláusula e de devolução aos consumidores da diferença entre os valores pagos e a multa estipulada em decorrência da alteração da referida cláusula. Proferida sentença, julgando procedente a ação. Whirlpool opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. Whirlpool interpôs apelação. Em 24/05/2016 foi publicado Acórdão dando provimento ao recurso para anular a sentença. Autos remetidos para primeira instância.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação da Whirlpool para se abster de aplicar tabela de percentual de devolução em caso de cancelamento de contratos e devolução aos consumidores da diferença entre os valores efetivamente pagos e os valores que seriam devidos de acordo com entendimento do Autor.

Ação Civil Pública nº 89.0035491-4

a. juízo	Tribunal Regional Federal
b. instância	Superior Tribunal de Justiça (atualmente)
c. data de instauração	29/08/1989
	Autor: Ministério Público Federal
d. partes no processo	Réus: Whirlpool S.A. e Springer Carrier do Nordeste S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.436.648,73
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal sob o fundamento de que as Rés (Whirlpool S/A e Springer Carrier do Nordeste S/A) teriam incorrido na prática de propaganda enganosa ao veicular campanha publicitária no final da década de 80. A empresa foi condenada na Primeira Instância, tendo o TRF confirmando a condenação. Em agosto/2018, o Recurso Especial foi acolhido parcialmente, reduzindo para 0,5% o percentual dos juros. Springer apresentou Agravo Interno em 24/07/2019 para anular a decisão monocrática do Recurso Especial. Em 20.02.2020 foi provido o Agravo Interno de Springer tornado sem efeito a decisão monocrática que julgou o REsp, a fim de que a questão posta nos autos seja analisada pela 4ª Turma do STJ. Aguardando julgamento do REsp da Springer.
g. chance de perda	Provável: R\$ 5.648.343,81 Remoto: R\$ 6.788.304,92
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de Indenização

Ação Civil Pública nº 0002135-07.2008.8.14.0008

a. juízo	1a Vara Cível da Comarca de Barcarena/PA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/09/2008
	Autores: Ministério Público do Pará
d. partes no processo	Réu: Whirlpool S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.764.503,41
f. principais fatos	Ação ajuizada com base em reclamações de consumidores na cidade de Barcarena por quebra de contrato e por atraso na entrega de produtos já pagos. O Ministério Público solicitou o pagamento de danos coletivos (morais e materiais) no valor mínimo de R\$ 52 mil. A Whirlpool apresentou sua defesa fundamentada na improcedência da ação por não haver repercussão geral e inexistência de cadeia de causalidade e dano que justificasse o pedido de indenização por danos morais e materiais. Aguardando a fase de perícia.
g. chance de perda	Possível

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação da Whirlpool para cancelamento das compras, bem como pagamento de indenização por danos morais coletivos e individuais.
--	--

Ação Civil Pública nº 0027717-28.2015.8.17.2001

a. juízo	18º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	16/12/2015
d. partes no processo	Autores: Ministério Público de Pernambuco Réu: Whirlpool S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.350.302,80
f. principais fatos	Ação ajuizada para apurar reclamações de consumidores por supostos vícios constatados nos aparelhos de ar condicionado das marcas Brastemp e Consul, bem como falha na prestação de serviço das assistências técnicas autorizadas e violação ao §1º do artigo 18 do CDC. Após apresentação de defesa pelas partes, foi proferida Sentença de improcedência. Aguardando julgamento do Recurso de Apelação.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização por danos morais coletivos e individuais.

Ação Civil Pública nº 0111599-48.2014.8.19.0001

a. juízo	1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital/RJ
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	22/05/2017
d. partes no processo	Autores: Associação Pró-Consumidor do Estado do Rio de Janeiro Réu: Whirlpool S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Inestimável
f. principais fatos	Ação ajuizada pela Associação Pró-Consumidor do Estado do Rio de Janeiro pleiteando indenização de danos morais e materiais coletivos supostamente causados em decorrência da venda de compressores herméticos. Em 09 de dezembro de 2020, houve sentença extinguindo o feito sem análise do mérito, por ilegitimidade da referida Associação. Recurso pelo Ministério Público. Em março/22 a 23ª Câmara Cível do Tribunal do Rio de Janeiro, por unanimidade, negou provimento à apelação do Ministério Público.
g. chance de perda	Possível (dez/21) / Remoto (mar/22)
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização por danos morais coletivos e individuais.

Ação Coletiva nº 0063693-18.2021.8.19.0001

a. juízo	18º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/04/2021
d. partes no processo	Autores: Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) Réu: Whirlpool S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 117.916,50 (dez/21) / R\$ 170.816,86 (jan/22)
f. principais fatos	Ação ajuizada com base em reclamações de consumidores, requerendo que a Whirlpool proceda com a troca ou reembolso de fogões e refrigeradores de forma imediata, assim que o consumidor iniciar sua reclamação, danto atendimento ao art. 18º, §3º, CDC, sob pena de aplicação de multa por descumprimento e indenização por danos morais coletivos de R\$ 100.000,00. Apresentada defesa e

	agravo de instrumento contra a liminar que concedeu o pedido de multa por descumprimento, em Julho/21. Em Janeiro/22 foi publicada sentença procedente com condenação em danos morais coletivos no importe de R\$ 150.000,00. Foi interposto Recurso de Apelação, o qual pende de julgamento.
g. chance de perda	Possível (dez/21) / Provável (jan/22)
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização por danos morais coletivos e individuais.

Ação Indenizatória nº 0505334-62.2014.8.19.0001

a. juízo	9ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - RJ
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28/07/2017
	Autor: L.N.G.
d. partes no processo	Réu: Whirlpool S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.567.577,02
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização movida por L.N.G., em razão de acidente de consumo em decorrência de suposto defeito (não especificado) no produto. Foi apresentada contestação em 31/08/2017. Pendente de decisão de primeira instância.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização

Ação de Indenização nº 8003812-82.2019.8.05.0146

a. juízo	2ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo Cível e Comerciais de Juazeiro/BA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/10/2019
	Autores: G.P.S e outro
d. partes no processo	Réu: Whirlpool S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.296.454,74
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização em decorrência de suposto acidente de consumo. Em 06.12.2019 a Whirlpool apresentou defesa alegando uso de um adaptador sem aterramento, contra as instruções do produto, concluindo não se tratar de falha do produto. Aguardando realização de perícia.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização

Svanaco, Inc. d/b/a American Eagle (Embraco) - ENA

a. juízo	-
b. instância	-
c. data de instauração	28/12/2018
	Autores: Svanaco, Inc. d/b/a American Eagle
d. partes no processo	Réu: Embraco North America (ENA) e Imbera Food Services ("Imbera")
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 66.966.000,00 (US\$ 12.000.000,00)
f. principais fatos	Danos a imóvel comercial localizado em Des Plaines, Illinois, provocados por um incêndio, ocorrido em 06/10/2018, supostamente originado de um compressor fabricado pela EMBRACO.

	EMBRACO foi notificada em 28/12/2018 sobre a ocorrência do suposto incidente de consumo, sendo subrogada pela Imberia Food Services, proprietária das máquinas onde o incêndio teria se iniciado. Em 16 e 17 de abril de 2019 foi realizada perícia apontando que o compressor estava em boas condições.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de indenização

4.3.1. – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado, considerando os processos descritos nos subitens (i), (ii), (iii) e (iv) do item 4.3 acima, correspondem à somatória dos valores de risco provável indicados no item e. e detalhados no item g, para cada processo referido acima.

4.4-Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

Ação Penal nº 0009809-44.2012.8.17.0810

a. juízo	1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/03/2012
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco-PE Réus: Antônio Mendes, Paulo Frederico Meira de Oliveira Periquito e Ricardo Leon Toutin Acosta (ex-administradores da Whirlpool S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Sem valores envolvidos
f. principais fatos	Trata-se de ação penal ajuizada a partir de denúncia ofertada pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco pela suposta prática de crime de sonegação fiscal, em razão da utilização supostamente indevida de benefício fiscal do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Nos termos da denúncia, a suposta sonegação teria ocorrido no período de outubro de 2006 a março de 2007. A denúncia foi recebida em 17/10/2014. Em 12/09/2015, foi apresentada a resposta à acusação de Ricardo Leon Toutin Acosta; em 18/09/2015, foi apresentada a resposta à acusação de Antônio Mendes e Paulo Frederico Meira de Oliveira Periquito. Em 22/01/2019, a ação foi suspensa, em razão da pendência de discussão, na esfera cível, acerca da existência do débito tributário em questão.
g. chance de perda	Possível.

Ação Penal nº 0012133-70.2013.8.17.0810

a. juízo	1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/04/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco-PE Réus: Antônio Mendes, Paulo Frederico Meira de Oliveira Periquito e Ricardo Leon Toutin Acosta (ex-administradores da Whirlpool S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Sem valores envolvidos

f. principais fatos	Trata-se de ação penal ajuizada a partir de denúncia ofertada pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco pela suposta prática de crime de sonegação fiscal, em razão da omissão de informações para reduzir tributo, bem como por ter deixado de recolher o ICMS – diferença de alíquota relativamente a notas fiscais de aquisição interestadual de mercadorias constantes no livro de Registro de Entradas. Nos termos da denúncia, a suposta sonegação teria ocorrido no período de fevereiro a julho de 2007. A denúncia foi recebida em 20/01/2015. Em 08/05/2020, foi apresentada a resposta à acusação de Paulo Frederico Meira de Oliveira Periquito; em 25/08/2020, foi apresentada a resposta à acusação de Antônio Mendes. Em 11/11/2021, foi proferida sentença declarando extinta a punibilidade dos réus. Aguarda-se o trânsito em julgado da decisão.
g. chance de perda	Possível.
Ação Penal nº 0005612-75.2014.8.17.0810	
a. juízo	1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes-PE
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28/02/2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco-PE Réus: Paulo Frederico Meira de Oliveira Periquito (ex-administrador da Whirlpool S.A.)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Sem valores envolvidos
f. principais fatos	Trata-se de ação penal ajuizada a partir de denúncia ofertada pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco pela suposta prática de crime de sonegação fiscal, em razão da omissão de informação mercantil tributável, de modo a suprimir tributo a ser pago. Nos termos da denúncia, a suposta sonegação teria ocorrido no período de janeiro e dezembro de 2007. A denúncia foi recebida em 10/02/2015. Em 27/08/2020, foi apresentada a resposta à acusação de Paulo Frederico Meira de Oliveira Periquito. Em 30/08/2021, o Ministério Público apresentou manifestação favorável à empresa e requerendo a extinção da punibilidade pela prescrição. Em 23/03/2022, foi proferida sentença declarando extinta a punibilidade do réu. Aguarda-se o trânsito em julgado da decisão

g. chance de perda Possível

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver provisão, dos processos descritos no item 4.4

Não há.

4.5-Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, não éramos parte em processos sigilosos relevantes.

4.6-Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1. – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável.

4.7 –Outras contingências relevantes

Não há outras contingências consideradas relevantes que não foram apresentadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1:

a. Existência de Política formalizada de gerenciamento de riscos gerais:

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos gerais, no entanto a Companhia adota medidas suficientes para o gerenciamento dos riscos descritos no item 4.1.

Apesar da Companhia não possuir uma política de riscos gerais formalizada, a Companhia sempre avalia a necessidade de buscar adequar seus controles e formas de minimização para os riscos descritos no item 4.1.

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, a Companhia desenvolveu sua estratégia de gerenciamento de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos referidos riscos. Para tanto, a Companhia avalia periodicamente não apenas o impacto das variáveis do mercado financeiro sobre os resultados do seu negócio, mas também potenciais riscos provenientes de obrigações assumidas, aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos, dentre outros.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Riscos para os quais se busca proteção:

Apesar da Companhia não possuir uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela Administração, sua reputação, bem como os resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. Instrumentos utilizados para proteção:

Os principais riscos são monitorados periodicamente, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos da Companhia. Para fins de proteção aos riscos aos quais está exposta, a Companhia acompanha as constantes mudanças de legislação e regulação, nos âmbitos tributário, trabalhista, consumidor, ambiental, entre outros e buscando-se estruturar para antecipar/adaptar a referidas mudanças regulatórias; investimos em inovação e produtos para garantir melhor posicionamento no mercado e assegurando cuidadosa e ampla gestão quanto à exposição cambial para evitar impactos financeiros decorrentes da volatilidade de moedas, e quanto aos riscos de perdas com relação à inadimplência de seus clientes, garantindo que os processos de formalização das decisões de crédito e o registro no sistema estarão em conformidade com as normas, bem como maximizar potencial de vendas.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

O gerenciamento dos riscos da Companhia é realizado por diversos agentes, tais como: i) Auditoria Interna, Controles Internos, Áreas de Crédito, Hedge e Seguros, inseridos na Vice-Presidência Financeira, ii) Ética & Compliance inseridos na Vice-Presidência Jurídica, iii) Environmental Health and Safety (EHS&S) inserida na Vice-Presidência de RH que gerencia os riscos ambientais e de segurança do trabalho, iv) gerenciamento de 'contingências tributárias,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

trabalhistas e civis por meio de Comitês multifuncionais trimestrais. A empresa também conta com a existência de um Comitê de Ética. Trata-se de Comitê multidisciplinar, integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, Auditoria Interna, Compliance Officer Regional e Responsável por Segurança Corporativa), que se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Ética & Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelo Canal de Denúncias da empresa.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Gerenciamento de risco de crédito

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento dos Riscos de Crédito (“Política de Riscos de Crédito”), cujo documento é um conjunto de normas e procedimentos que devem ser observados no processo de avaliação do potencial de crédito dos clientes da Companhia, bem como no monitoramento da gestão operacional.

O objetivo da Política de Riscos de Crédito da Companhia é minimizar os riscos de perdas com relação à inadimplência de seus clientes, garantindo que os processos de formalização das decisões de crédito e o registro no sistema estarão em conformidade com as normas, bem como maximizar potencial de vendas.

A decisão de crédito é feita com base na avaliação da capacidade de pagamento do cliente em relação ao valor do potencial de negócio. Considera-se, principalmente, se o cliente tem capacidade de geração de recursos para fazer frente à obrigação a ser assumida junto a Companhia no prazo proposto.

É de responsabilidade da Área de Crédito avaliar qual o nível de risco que um cliente representa, utilizando técnicas de análise de risco, bem como apresentar alternativas para a viabilização de negócios.

A avaliação do risco de cada cliente é realizada pela Área de Crédito com base na sua situação econômico-financeira, histórico de pagamento, faturamento e exposição com a Companhia e no mercado, informações estas obtidas no sistema de informações (Serasa ou empresa equivalente), junto à área de Contas a Receber, Área Comercial da Companhia e outras fontes externas.

Por fim, é importante salientar que a Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade, com cobertura máxima combinada de “stop-loss”, revisada anualmente.

Gerenciamento de riscos relativos ao não cumprimento da nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

A Companhia vem trabalhando no aprimoramento de seu programa de privacidade e de segurança de dados através da expansão das estruturas de pessoal dedicadas ao tema e da previsão de investimentos de R\$ 15MM para o ano de 2022 em medidas: (i) técnicas de cibersegurança (avaliação proativa e mitigação de eventuais vulnerabilidades em aplicações com dados pessoais), (ii) de governança (processos de privacy by design, gestão de terceiros e resposta a solicitação de titulares) e (iii) de conscientização (estratégia de comunicação sobre

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

privacidade para toda a operação latino-americana, pílulas de privacidade e retomada de diversos treinamentos presenciais). Além disso, desde a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados, foram estruturados o processo de Avaliação de Impacto de Privacidade, garantindo o cumprimento de obrigações legais de registro de operações e de análise e mitigação de riscos, bem como o processo de avaliação de terceiros, assegurando que dados pessoais somente sejam compartilhados com fornecedores que apresentem controles de segurança compatíveis aos exigidos pela Companhia. Também são ministrados, de forma recorrente, treinamentos sobre privacidade e cybersecurity a toda a companhia, durante eventos como a Semana da Integridade e o Dia Internacional da Privacidade, a áreas e departamentos específicos (sobretudo aqueles com maior volume de tratamento de dados pessoais), além de outras iniciativas realizadas com o apoio dos pontos focais de privacidade de cada área de negócio (privacy champions) e de uma nova plataforma de treinamentos de privacidade e segurança cibernética em formato gamificado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de risco de mercado formalmente aprovada, mas possui políticas internas ("Política de Câmbio e Preço de Commodities e Política de Riscos de Crédito da Companhia") que visam controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Conforme descrito acima, a Companhia não possui uma política de gestão de riscos formalizada, mas adota as políticas internas mencionadas acima com o objetivo de estabelecer as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos relacionados aos negócios da Companhia. Tais mecanismos e procedimentos incluem:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia monitora e busca proteção para riscos cambiais existentes em sua exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira existente em seu balanço e a compromissos altamente prováveis de compra/venda (importação e exportação) em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia também está exposta à variação de preços de commodities, como cobre e alumínio. Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

Para estes riscos de mercado específicos, relacionados às taxas cambiais e à variação de preços, dentre os demais mencionados no item 4.2, nossa política de riscos busca visar proteção.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

- **Hedge de Balanço**

A Política Global da controladora da Companhia determina que a nossa posição de balanço seja coberta por operações de "hedge" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como hedge a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente. Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de hedge são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira.

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de hedge é compensado pelo ganho ou perda cambial dos ativos e passivos líquidos.

- **Cash Flow Hedge de Moeda**

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. Esta exposição futura é coberta mensalmente de acordo com a Política Global, que vincula a cobertura de hedge ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75%, 13º mês 37,5%, 14º mês 25% e 15º mês 12,5% de cobertura.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- *Cash Flow Hedge de Commodities*

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a Política Global adotada estabelece: cobertura de hedge para os próximos três anos, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

O objetivo da contratação desses instrumentos é dar previsibilidade aos acionistas nos preços do dólar e das commodities.

É importante ressaltar que a Companhia nunca adota um intervalo de cobertura superior a 80%, para seu programa de Cash Flow Hedge de Moeda e Cash Flow Hedge de Commodities, de modo a absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedged e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de hedge no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge):

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia utiliza o Contrato Futuro de Moeda NDF (Non Deliverable Forward Asiáticos e Plain Vanilla).

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF's Plain Vanilla, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (forward), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Para sua exposição à variação de preços de commodities, a Companhia protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). A liquidação de Termo de Mercadorias "Asiático" se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela London Metal Exchange (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de commodities em dólares. Portanto, na análise de exposição de moedas, os valores de commodities são considerados.

De acordo com a sua Política, a Companhia pode utilizar, além dos instrumentos acima mencionados, compra e venda de opções e compra e venda de "zero cost collar". Outros instrumentos não são permitidos.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A contratação de operações com derivativos é previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia, conforme as alçadas previstas no Estatuto.

Todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de Balanço (Contas a Receber e a Pagar).

v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Política proíbe negociação de instrumentos financeiros especulativos ou que não tenha fim específico para hedge.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma área específica, alocada em sua Tesouraria, inserida na Diretoria Financeira, e dedicada a, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como para garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos. Todas as operações de hedge e derivativos são previamente autorizadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da nossa Companhia, conforme alçadas previstas no Estatuto.

c. Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia, através de diversas áreas, tais como Controladoria, Auditoria Interna, Tesouraria e Suprimentos, monitora a efetividade de seu programa de hedge. O resultado das operações de derivativos é apresentado à Diretoria mensalmente através de relatórios, e divulgados amplamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. Principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Embora a Companhia não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, as principais práticas adotadas pela Companhia, visando fortalecer o ambiente de controle interno, são:

ÉTICA & COMPLIANCE

- *Aplicação anual aos Executivos do questionário de conhecimento, entendimento, concordância e desconhecimento de práticas contrárias às Políticas Globais de Compliance e Manual de Integridade (antigo Código de Ética) da Companhia que não tenham sido, até aquele momento, reportadas aos canais de comunicação adequados;*
- *O Código de Ética da Companhia foi implementado em 2004 e, desde então, ele é apresentado ao colaborador no primeiro dia de trabalho, sendo entregue a ele uma versão física do mesmo, além da versão eletrônica disponibilizada online a todos os funcionários.*
- *Referido Código de Ética foi revisado e atualizado e, em Fevereiro de 2019, foi lançado o novo Manual de Integridade da Companhia, elaborado segundo os valores, princípios éticos e cultura organizacional da Companhia. Esse Manual de Integridade e as políticas internas de compliance da Companhia encontram-se disponíveis na Intranet para todos os colaboradores em diversos idiomas, inclusive o português. Ele se encontra também amplamente acessível ao público externo no site local da Whirlpool (<https://www.whirlpool.com.br/>).*
- *A Companhia está engajada em promover e disseminar os princípios e diretrizes do Manual de Integridade aos seus colaboradores, de todos os níveis hierárquicos, por meio de comunicações, treinamentos e atividades dinâmicas que visam educar, conscientizar e fomentar a cultura de Ética e Compliance e os Valores da Companhia (Integridade, Respeito, Inclusão e Diversidade, One Whirlpool e Espírito de Vitória). Ademais, os procedimentos internos documentados na Intranet da Companhia dão orientações aos colaboradores através do Manual de Integridade e, aos Fornecedores, através do Código de Conduta de Fornecedores.*
- *Verificação do histórico de integridade (due diligence) dos terceiros com os quais realiza negócios, com o fim de evitar e mitigar riscos para o negócio no relacionamento com terceiros.*
- *Realização de avaliação de riscos e auditoria de compliance anticorrupção anuais que abordam e visam identificar novos riscos e mitigar aqueles já identificados como parte do Programa de Ética e Compliance da Companhia.*
- *Monitoramento e melhoria contínua do Programa de Ética e Compliance.*
- *Canal de denúncias (Linha de Integridade) é um serviço confidencial gerenciado para a Companhia por uma empresa independente. A Linha de Integridade garante o anonimato e está disponível em mais de 10 idiomas, online e por número de telefone gratuito, 24 horas por dia e 7 dias por semana. A Companhia disponibiliza, também, outros Canais de Integridade que podem ser contatados sobre uma preocupação ou questionamento, quais sejam: gestor direto do colaborador; qualquer gestor da cadeia gerencial do colaborador; qualquer líder da Companhia; membro do Departamento de Ética e Compliance ou Jurídico; membro do Departamento de Recursos Humanos ou de Auditoria Interna.*

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- *Os demonstrativos financeiros são preparados a partir dos registros contábeis da Companhia, livros e contas que refletem de forma precisa todas as transações materiais da*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Companhia, com suficiente grau de detalhamento. Nós usamos o sistema SAP de informações contábeis;

- *A Companhia mantém um sistema de controles internos desenhado para fornecer o nível de segurança adequado e suficiente para que os livros, registros e ativos da entidade sejam mantidos e contabilizados corretamente e no período correto. Registros contábeis, políticas e controles internos são periodicamente revisados por uma equipe de Auditoria Interna com base nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (Seção 404 e Seção 302) seguindo os princípios da estrutura de controle COSO, atualizada em 2013 (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway). Os controles chaves são testados anualmente pela Auditoria Interna para avaliar o desenho e assegurar a efetividade dos controles. Além disso, Auditoria Interna realiza revisão constante de seus controles e narrativas a fim de aprimorá-los e assegurar que os testes estão atualizados para endereçar os riscos. Adicionalmente, a Companhia está seguindo os requerimentos recentes de “Management review” solicitado pelo órgão competente, o PCAOB (Public Company Accounting Oversight Board).*

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados na elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e suficiente para assegurar eficiência, precisão e confiabilidade.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

AUDITORIA INTERNA

A área de Auditoria Interna responde funcionalmente para o Vice-Presidente de Auditoria Global e administrativamente para o Vice-Presidente da área de Finanças.

Anualmente a Auditoria Interna realiza de forma independente a revisão dos processos e controles para assegurar o cumprimento das políticas e normas operacionais, financeiras e contábeis, bem como aderência às normas contábeis, contratos e melhores práticas identificadas no mercado. A Auditoria Interna elabora o Plano Anual de Auditoria com base em entrevistas com a Diretoria e Gerência da Companhia, prioridades estratégicas operacionais, materialidade e discussões com Auditores Externas. Além disso, também efetua uma avaliação de riscos operacionais, estratégicos, conformidade e financeiros de todos os processos e localidades. O Plano Anual de Auditoria é apresentado para Alta Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, sendo esse representado pelo Comitê de Auditoria. Durante a execução das auditorias operacionais e financeiras os processos e sistemas são avaliados para assegurar que os riscos estão mitigados com controles eficazes. As deficiências dos controles são reportadas por meio de um relatório de auditoria o qual é comunicado para toda a liderança da Companhia, bem como colaboradores-chaves com seus respectivos planos de ação para remediar as deficiências. A Auditoria Interna acompanha e monitora mensalmente a implementação dos planos de ação para assegurar a remediação das deficiências. Planos de ação pendentes de implementação são reportados trimestralmente para o Comitê de Auditoria.

ÁREA DE COMPLIANCE

A área de Ética e Compliance possui independência de atuação, tendo reporte direto local para o Vice-Presidente Regional do Departamento Jurídico e reporte indireto para a Global Chief Compliance Officer da Companhia, com sede nos Estados Unidos. Além disso, há procedimentos internos que exigem reporte obrigatório aos Comitês de Ética Regional e Global de assuntos relacionados à quebra de procedimentos internos em nível relevante e, a depender da relevância, referido reporte também é feito ao Comitê de Auditoria Global.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

ÁREA DE CONTROLES INTERNOS

A área de Controles Internos responde para a Diretoria de Finanças e é responsável pela revisão e melhoria de processos, mitigando e prevenindo os riscos financeiros.

COMITÊ DE ÉTICA

A nossa Companhia mantém um canal de denúncias (Linha de Integridade) online e por número de telefone gratuito (0800), para o recebimento, averiguação e tratativa de denúncias de irregularidades percebidas em seu ambiente de negócios, visando à correção imediata de eventuais desvios de conduta e à prevenção a possíveis transgressões às diretrizes de seu Manual de Integridade e políticas internas. O atendimento pode ser feito anonimamente, se desejado.

O canal de denúncias está disponível na intranet da Companhia, sendo amplamente divulgado a todos os colaboradores. Todos os novos colaboradores participam de um treinamento presencial de integração em seu primeiro dia de trabalho e recebem um treinamento sobre os valores da Companhia, sobre o Manual de Integridade da Companhia e políticas internas de compliance, bem como informações sobre o canal de denúncias e seu funcionamento.

A Companhia conta com um procedimento global de investigações internas e com um Comitê de Ética multidisciplinar integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, VP de Recursos Humanos, Auditoria Interna e Compliance Officer Regional). O Compliance Officer Regional se reúne trimestralmente com os membros do Comitê de Ética para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Ética e Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelo canal de denúncias (Linha de Integridade) da Companhia.

A cultura de “Speak Up” (abertura e confiança em falar à liderança sobre eventuais desconfortos ou preocupações) é amplamente incentivada aos colaboradores por meio de comunicações e treinamentos periódicos como parte de plano de comunicação e treinamento anual elaborado pelo Departamento de Compliance.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

*A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos através de revisão Trimestral dos controles chaves pelos *Control Owners* – SOX-302*

*Trimestralmente, os *SOX Control Owners* respondem um questionário de forma eletrônica por meio do sistema TeamMate+ confirmando a efetividade dos controles e reportam se houve alguma alteração nos controles chaves, além de constantemente fazer a revisão de seus controles e narrativas a fim de aprimorá-las, inclusive seguindo os requerimentos recentes de “*Management review*” e “*IPE*” (Informação Produzida pela Entidade) solicitado pelo órgão competente, o PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*).*

Adicionalmente, todas as deficiências encontradas são tempestivamente discutidas com as principais áreas com o intuito de gerar um plano de ação robusto e realizar a correção focando no efeito e na causa do fato. A Auditoria Interna é responsável por monitorar e reportar o andamento dos planos de ação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:***

Não há deficiências significativas apontadas pelos Auditores Independentes.

- e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:***

Não aplicável.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informamos:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia conta com o apoio da alta direção da empresa para o fomento de uma cultura ética e de integridade para aplicação efetiva do programa de Ética e Compliance e aderência às leis e regulamentos locais e internacionais. A Companhia adota também políticas e procedimentos internos globais de Compliance, e um canal de denúncias (linha de Integridade) independente, sendo todos eles divulgados através de treinamentos e comunicados, para a alta liderança e todos os colaboradores da organização, voltados à prevenção, detecção e remediação de desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

Auditorias internas são realizadas periodicamente pela Companhia objetivando avaliar e garantir o bom funcionamento de processos internos que possam estar expostos aos diversos riscos de Compliance relacionados ao perfil da empresa, suas especificidades e características do mercado em que atua, tais como: riscos legais, operacionais, financeiros e/ou reputacional. Essas auditorias permitem a aplicação de medidas corretivas e remediativas de fragilidades identificadas nos processos internos da empresa, permitindo o aperfeiçoamento contínuo do programa de Ética e Compliance da companhia, possibilitando à empresa uma resposta tempestiva aos riscos identificados.

Ademais, a Companhia realiza uma verificação de integridade periódica dos terceiros com os quais realiza negócios, em especial, de fornecedores (diretos e indiretos) e prestadores de serviços da sua cadeia produtiva. Essa verificação tem por objetivo garantir com que a empresa trabalhe apenas com terceiros idôneos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

O Comitê de Ética, formalmente aprovado pela Alta Administração, é um órgão multidisciplinar integrado pela Diretoria sênior da empresa (CEO, CFO, VP Jurídico, VP de Recursos Humanos, Auditoria Interna e Compliance Officer Regional). O Comitê de Ética se reúne trimestralmente para avaliar e autorizar as iniciativas do Programa de Compliance da empresa, bem como analisar casos reportados pelos Canais de Integridade da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética, denominado Manual de Integridade, formalmente revisado e aprovado em 2019.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:*

O Manual de Integridade é aplicável aos colaboradores de todos os níveis hierárquicos da organização, incluindo nesse contexto, os diretores, executivos, membros do Conselho Fiscal, quando este é instalado, e também os membros do Conselho de Administração da Companhia, independente de cargo. O Manual de Integridade é igualmente aplicável a todos os terceiros parceiros de negócios da Companhia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:*

Os colaboradores são treinados sobre o Manual de Integridade e as políticas globais de Compliance ao menos duas vezes ao ano. Eles são requisitados a completar cursos relacionados ao tema, que incluem, inclusive, testes de conhecimento. Ademais, todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre ética e compliance em seu primeiro dia de trabalho, como parte dos temas abordados no processo de integração de novos funcionários. Adicionalmente, comunicações são feitas mensalmente aos colaboradores sobre temas relacionados a Compliance, incluindo a divulgação das políticas, procedimentos globais de Compliance da companhia e divulgação de seus canais de integridade para reporte de dúvidas e/ou preocupações.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:*

São aplicáveis sanções permitidas pela legislação local pertinente, como advertências, suspensões e demissões/desligamento de funcionários quando aplicável, a depender do caso, de acordo com as diretrizes previstas no Manual de Integridade, políticas e procedimentos internos da Companhia.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:*

O Código de Ética foi aprovado no ano de 2004 pelas áreas internas da Companhia que integram o Comitê de Ética e pela Administração da Companhia. Em fevereiro de 2019, o Código de Ética foi revisado e atualizado, passando a se chamar Manual de Integridade. O referido Manual foi aprovado pelo CEO global da Companhia (Marc Bitzer) sendo divulgado à organização globalmente. A versão online do Manual de Integridade é amplamente disponibilizada em Portal na intranet de acesso livre e irrestrito a todos os colaboradores internos em diversos idiomas, inclusive no idioma português. Além disso, ele pode ser encontrado na página web da Whirlpool (www.whirlpool.com.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:*
O canal de denúncias da Companhia, atualmente denominado Linha de Integridade, é gerido por uma empresa internacional terceira, especializada no gerenciamento do canal de comunicação "hotline", a qual recebe, em caráter confidencial, comunicações, questionamentos e preocupações.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

Em situações nas quais o colaborador não queira usar um dos Canais de Integridade da Companhia (seu gestor direto, um dos gestores da sua cadeia gerencial, representantes do Departamento de Ética & Compliance ou Jurídico, Recursos Humanos, Controles Internos ou qualquer líder da Companhia), ele poderá utilizar, gratuitamente, a Linha de Integridade da Companhia (via internet ou telefone 0800). Insta salientar, que a Linha de Integridade funciona vinte e quatro horas (24h) nos sete dias da semana, sendo o atendimento feito no idioma local do colaborador.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:*

O canal de denúncias da Companhia é aberto para o recebimento de denúncias de empregados e de terceiros, inclusive, fornecedores, parceiros de negócios ou qualquer outra parte interessada.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:*

O canal de denúncias da Companhia é anônimo e garante total proteção a denunciante que levante preocupações. O canal é gerido internamente por profissionais de compliance especializados e que possuem dever de proteção ao anonimato e das informações recebidas por este canal. Ademais, a Companhia possui uma política interna de não-retaliação que visa proteger denunciante.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:*

A Companhia conta com um grupo interno de investigadores responsáveis pela apuração de denúncias que formam a Equipe de Apurações Internas da Companhia. Este órgão é composto por colaboradores qualificados e capacitados, sendo membros permanentes: responsáveis de Ética & Compliance Legal, Auditoria Interna e Recursos Humanos. A depender do teor da denúncia, membros não-permanentes poderão ser envolvidos no processo de apuração de casos específicos, como, por exemplo: responsáveis de Segurança da Informação, Segurança Corporativa e Patrimonial, Jurídico, EHS&S.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:**

A Companhia, nos casos de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias adota todos os procedimentos usuais para a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas, realizando os procedimentos de due diligence através de empresas de consultoria especializadas e/ou escritórios de advocacia que assessoram a Companhia em tais operações para a elaboração de Relatórios e/ou Reportes para a identificação de possíveis riscos e vulnerabilidades para a implementação da operação, garantindo dessa forma os mecanismos usuais e de mercado para tal prática.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:**

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a questão apresentada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	12/06/1957
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	22/04/1994

6.3 - Breve histórico

A Multibrás S.A. Indústria de Aparelhos Domésticos foi constituída em São Paulo, no ano de 1957.

A Multibrás comercializava os produtos com a marca Brastemp e devido à grande aceitação e expansão da marca, decidiu-se em 1972 mudar a denominação social de Multibrás S.A. Indústria de Aparelhos Domésticos para Brastemp S.A. Aparelhos Domésticos e Comerciais.

No ano de 1976, a empresa adquiriu importante participação acionária na Consul S.A., empresa concorrente, fabricante de refrigeradores, situada em Joinville – SC e consequentemente passou a participar da Empresa Brasileira de Compressores S.A. – EMBRACO, produtora de compressores, importante componente na fabricação de refrigeradores, empresa afiliada à Consul S.A.

No ano de 1984, a Brastemp adquiriu 100% (cem por cento) do controle acionário da Semer S.A., uma importante produtora de fogões populares, situada na cidade de São Paulo, alienando 15% (quinze por cento) do controle acionário para Consul S.A. no ano de 1991.

Em 1990, a Brastemp inaugurou a unidade produtora de lavadoras na cidade de Rio Claro e, no ano de 1992, concluiu a constituição da Brastemp da Amazônia para a produção de fornos de micro-ondas, em conjunto com a Consul S.A. e a Multibrás da Amazônia S.A.

Em abril de 1994, a Brastemp S.A. tornou-se uma companhia de capital aberto, alterou a sua razão social para Multibrás S.A. Eletrodomésticos e incorporou as empresas Consul S.A. e Semer S.A., tornando-se a maior empresa de eletrodomésticos da América Latina.

Em 1997, a Whirlpool Corporation adquiriu o controle acionário da Multibrás e a Multibrás passou, então, a gerir as operações de manufatura e comercialização de produtos da linha branca para a América Latina.

No mesmo ano de 1997, a Multibrás Eletrodomésticos assumiu o controle acionário total da Whirlpool Argentina S.A., até então detido pela Brasmotor S.A. e Whirlpool Corporation. Essa medida objetivou o fortalecimento das operações em toda região, especialmente no cone sul.

Em maio de 1998, a Multibrás adquiriu as operações de linha branca da Philips chilena e passou a denominar-se Whirlpool Chile Ltda., consolidando sua presença na região da América Latina.

Em janeiro de 2000, a Whirlpool Corporation, por meio de oferta pública, adquiriu a quase totalidade das ações da Multibrás, passando a deter cerca de 98% (noventa e oito por cento) de seu capital total.

No ano de 2006, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a incorporação da Empresa Brasileira de Compressores S.A. – EMBRACO, bem como a mudança da denominação social da Companhia para Whirlpool S. A.

Em 4 de maio de 2015, nós vendemos 50% do capital de nossa recém constituída subsidiária B. Blend Máquinas e Bebidas S.A. para a Ambev S.A., pelo valor de até R\$119 milhões, tendo sido a parcela inicial de R\$100 milhões paga em 31 de março de 2015 registrado na rubrica de adiantamento para futura venda de investimento. A partir da sinergia e contribuição das duas empresas, a joint venture desenvolverá a pesquisa, produção e comercialização de plataforma de bebidas all-in-one.

Em julho de 2016, a WHIRLPOOL S.A. comunicou ao mercado a intenção de aquisição de até 100% das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Whirlpool em circulação no mercado por meio da realização de uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), visando ao cancelamento do registro de companhia aberta da Whirlpool perante a CVM.

Tendo em vista que o número de ações de titularidade dos acionistas que aceitaram vender suas ações na OPA ou concordaram expressamente com o cancelamento de registro da Companhia foi inferior a 2/3 do total de ações de emissão da Whirlpool em circulação, conforme definido no art. 16, inciso II, da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM nº 361/02”), a Ofertante, Whirlpool do Brasil Ltda.,

não prosseguiu com a OPA obrigatória para fechamento de capital, nos termos do item 3.2 do Edital e da Instrução CVM nº 361/02, não adquirindo qualquer ação de emissão da Companhia no Leilão.

Em função do resultado acima exposto, a Whirlpool permaneceu registrada perante a CVM como companhia aberta categoria "A", com suas ações ordinárias e ações preferenciais sendo negociadas no segmento básico de negociação de ações da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em 24 de abril de 2018, foi celebrado pela Whirlpool Corporation, em conjunto com suas subsidiárias relevantes que conduzem os negócios da Embraco em todo o mundo, incluindo a Companhia, e pela Nidec Corporation, fabricante líder de motores elétricos, sediada no Japão, o Contrato de Compra e Venda (Share Purchase Agreement – "SPA") tendo por objeto a venda das unidades Embraco no mundo ("Operação"). Em 03 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do primeiro aditamento ao SPA por meio do qual foram alteradas ou ratificadas algumas condições da Operação. Finalmente, a conclusão da Operação ocorreu, efetivamente, em 01 de julho de 2019, após cumprimento das condições precedentes aplicáveis.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não foi protocolado nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não há outras informações por nós consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Whirlpool Corporation no Brasil é o negócio de eletrodomésticos da Whirlpool S.A. (“Companhia”), subsidiária da Whirlpool Corporation – uma das maiores fabricantes de eletrodomésticos e que possui como compromisso ser a melhor empresa de eletrodomésticos para a cozinha e lavanderia do mundo -, presente no país com as marcas Brastemp, Consul e KitchenAid.

A Companhia tem por objeto: (i) indústria, comércio, importação, a exportação, a consignação, a locação e a representação de produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos, eletrônicos, gabinetes modulados, combinados multifuncionais, artigos, utensílios, recipientes e acessórios para casa ou cozinha, outros bens de consumo, produtos alimentícios, e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, próprios ou de terceiros, tais como, mas não limitados a: I- refrigeradores, congeladores, refrigeradores- congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e II- máquinas, equipamentos, ferramentas, componentes, peças, matérias-primas e insumos relacionados a tais produtos, inclusive óleo lubrificante acabado; (ii) prestação dos seguintes serviços, direta ou indiretamente: I – de instalação, manutenção, assistência técnica, desenvolvimento, projetos, conservação e reparos de, incluindo mas não limitado a, produtos e peças elétricas, eletrônicas, hidráulicas, metalúrgicas, químicas e de ferro, pintura e construção em geral e consultoria orçamentária acerca de tais serviços, bem como o fornecimento de recursos materiais e humanos para a prestação de serviços em geral, inclusive a prestação de serviços auxiliares às áreas de segurança, saúde, lazer, do cotidiano e do bem estar das pessoas e da família; II- fornecimento de informações digitalizadas na forma de dados, texto, áudio e vídeo, para distribuição; administração de bancos e dados, próprios ou de terceiros; comercialização e veiculação de publicidade; intermediação no comércio de produtos e serviços, bem como a comercialização de assinaturas por meio eletrônico, todos por meio de redes de computadores online e outros meios de comunicação online, todo e qualquer relacionamento com o usuário final decorrente das atividades da Companhia; e III - o suporte operacional entre seguradoras

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

que oferecem serviços de seguros e organizações varejistas; e (iii) a concessão e a administração de franquias empresariais para a exploração de quaisquer das atividades descritas.

Já as controladas realizam as atividades de armazenagem, guarda, expedição, transporte e locação de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, além da prestação de serviços logísticos e locação de área, produtos e equipamentos, assim como a compra, venda e distribuição de produtos eletrodomésticos, de qualquer tipo e modelo.

Nós atuamos em todo o mercado nacional, bem como, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias, em diversos países do mundo.

A Companhia é uma das líderes mundiais em cozinha e lavanderia e oferece um portfólio completo com produtos que se destacam por antecipar e atender os desejos dos consumidores.

A qualidade dos produtos manufaturados elevou o desempenho da Whirlpool na América Latina, tornando a região um dos principais mercados consumidores da Whirlpool no mundo. Os eletrodomésticos são exportados para mais de 70 países em todos os continentes, além disso as marcas Brastemp e Consul são líderes em preferência no Brasil e, juntas, correspondem a quase metade do mercado.

No Brasil, são quatro unidades: três fábricas – localizadas nas cidades de Rio Claro (São Paulo), Manaus (Amazonas) e Joinville (Santa Catarina) -, e uma unidade na cidade de São Paulo. Além disso, 23 laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento e times globais de Desenvolvimento de Produto e Tecnologia e treze mil colaboradores engajados pelo desafio de traduzir as necessidades do consumidor em produtos e serviços inovadores, sustentáveis e únicos.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não foram fornecidas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A divulgação por segmento operacional não é aplicável, conforme mencionado no item 7.2 acima.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Os clientes Via Varejo e Magazine Luiza representaram mais de 10% da receita líquida total da empresa, com receita líquida de R\$ 1.420.806 milhões e R\$ 1.362.695 milhões, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A divulgação por segmento operacional não é aplicável, conforme mencionado no item 7.2 acima.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5. Descrição dos efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

Todas as nossas unidades brasileiras são certificadas pela Bureau Veritas em relação às normas internacionais NBR ISO 9001, NBR ISO 14001 e OHSAS 45001. Além disso, estamos sujeitos à legislação ambiental nos âmbitos municipal, estadual e federal, conforme respectiva competência, com destaque para a exigência do Licenciamento Ambiental.

Todas as unidades possuem a Licença de Operação emitida pelo órgão ambiental competente.

As práticas ambientais e de saúde ocupacional e segurança do trabalho são baseadas nos padrões globais corporativos da Whirlpool e na legislação vigente, com adequado gerenciamento de resíduos, efluentes, água, energia e emissão atmosférica.

A regulação de produtos, referente à unidade Eletrodomésticos, requer a certificação de todos os modelos que comercializamos, a saber: refrigeradores e assemblados (Portaria 332/2021-Inmetro), lavadoras de roupa (Portaria 121/2022-Inmetro), fogões a gás (Portaria 8/2022-Inmetro), ar condicionado (Portaria 269/2021-Inmetro), micro-ondas (Portaria 268/2021-Inmetro), equipamentos para consumo de água (Portaria 102/2022-Inmetro), e liquidificadores/ruído (Portaria 6/2022-Inmetro). Produtos que não possuem selo de eficiência energética ou selo de ruído como forno elétrico, depurador, secadora de roupa, adega, lava louças, etc., atendem à Portaria 148/2022-Inmetro de segurança elétrica. Além disto, todos os nossos produtos atendem normas internas de segurança mais restritas que a legislação vigente.

Atendemos as normas NBR, ISO, IEC e portarias Inmetro relativas à segurança e etiquetagem para todas as classes de produtos quando aplicável.

Somos a empresa com uma das maiores quantidades de produtos classificados como "A" (melhor consumo) no mercado brasileiro. Participamos da ELETROS - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos que nos apoia nas interações com os diversos órgãos da administração pública nas discussões, estudos e negociações relacionadas à evolução dos índices de eficiência energética dos produtos que comercializamos. Para cada grupo de produtos existe um grupo de trabalho técnico formado por diversas entidades representativas da sociedade civil, da qual a ELETROS os faz parte, por meio dos quais as discussões regulatórias são discutidas com os diversos órgãos da administração pública.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A nossa política de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança e de todas as nossas subsidiárias está alicerçada nos valores da organização e no cumprimento da legislação vigente, com a busca permanente da excelência e melhoria contínua, incluindo a prevenção da poluição, minimização do uso de recursos naturais, o controle sobre o uso de substâncias nocivas e a prevenção de acidentes e doenças decorrentes de tal uso.

Publicamos anualmente o nosso Relatório de Sustentabilidade, que relata todas as nossas iniciativas e desempenho ambiental, social e governança e que pode ser consultado em nossa página: <https://www.whirlpool.com.br/pagina/relatorio-de-sustentabilidade/>. Dentre os principais resultados de 2021 reportados no Relatório de Sustentabilidade, a companhia alcançou a melhor taxa de emissões e de redução de energia em mais de uma década e firmou um compromisso Net Zero de Emissões dos Escopos 1 e 2 até 2030. Desde 2016, a Whirlpool vem buscando melhorar sua operação, reduzindo as emissões de Escopo 1 e 2 em todas as plantas em 27%, investindo em eficiência e energia renovável. Ainda, conseguiu atingir 90% de todas as unidades certificadas nas maiores pontuações da norma UL ECV2700 Zero Waste to Landfill, incluindo as três fábricas no Brasil, além de reduzir o uso de recursos naturais nas operações e atingir a taxa global de 95% de reciclagem de resíduos. Na América Latina - as fábricas são incentivadas a seguir a metodologia redirecionando resíduos do aterro e incineração para reciclagem ou para o processo de recuperação energética. Em 2021, na América Latina, 92% das embalagens de matéria prima recebidas na planta de Joinville são retornáveis (caixas plásticas e metálicas), e a unidade também implementou um processo para reutilizar embalagens plásticas e de papelão internamente – anualmente, 48 toneladas de plástico/papelão são reutilizadas.

Os custos incorridos para o cumprimento da legislação ambiental no exercício social de 2021, no Brasil, foram de R\$ 2.684.083 milhões, incluindo renovações de Licenças, operação e melhorias da estação de tratamento de efluentes, transporte e destinação de resíduos e monitoramentos ambientais.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A legislação de Propriedade Intelectual no Brasil outorga exclusividade para uso e exploração das marcas e patentes da Whirlpool S.A., que são ativos relevantes/essenciais para as suas atividades.

As principais marcas da Whirlpool S.A., Brastemp e Consul, são marcas locais, de sua propriedade, relevantes para a sua atividade, uma vez que são amplamente e notoriamente reconhecidas pelo mercado e consumidores. Em razão dessa relevância, as marcas

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Brastemp e Consul foram reconhecidas pelo INPI como marcas de alto renome em 2017, o que confere proteção em todas as classes de produtos e serviços.

A marca KitchenAid é licenciada para a Whirlpool S.A. pela Whirlpool Properties Inc.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 31 de dezembro de 2021, a receita proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil correspondeu a 93,2% da receita líquida total da Companhia, ou R\$ 10.612 milhões.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Receitas provenientes dos clientes atribuídos a:	Receita líquida (em R\$ milhões)	Participação (%)
Argentina	560	4.9%
Chile	80	0.7%
USA	66	0.6%
México	19	0.2%
Colômbia	18	0.2%
Peru	15	0.1%
Outros países	9	0.1%

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida total proveniente de países estrangeiros correspondeu a 6,8% da receita líquida total da Companhia, ou R\$ 769 milhões.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

Os fatores de risco associados à operação da Companhia em países estrangeiros que podem afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia estão descritos no item 4.1.i deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**7.8 – Em relação a políticas socioambientais, indicar:****a. se a Companhia divulga informações sociais e ambientais**

Sim, a Companhia divulga informações sociais e ambientais por meio do Relatório Global de Sustentabilidade anual.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A metodologia seguida é baseada nas Diretrizes GRI Standards para Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Tivemos auditoria externa limitada da Ernst & Young (EY) em nossas métricas de emissões de gás de efeito estufa, diversidade e inclusão, saúde e segurança e segurança do produto relatadas para 2021.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Relatório Global de Sustentabilidade da Companhia está disponível em: www.whirlpool.com.br/pagina/relatorio-de-sustentabilidade.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não há informações relevantes adicionais às já descritas nesta seção do Formulário.

8.1 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução de nossos negócios nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Nós não celebramos contratos relevantes não relacionados às nossas atividades operacionais nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros bens relevantes do ativo não circulante da Companhia além dos descritos nos itens 9.1.a/b/c e 9.2 deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Complexo Industrial de Joinville (Eletrodomésticos)	Brasil	SC	Joinville	Própria
Complexo Industrial de Rio Claro (Eletrodomésticos - Lavanderia)	Brasil	SP	Rio Claro	Própria
Complexo Industrial de Manaus (Eletrodomésticos)	Brasil	AM	Manaus	Própria
Complexo Industrial de La Tablada (Eletrodomésticos)	Argentina			Própria

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.brastemp.com.br	Prazo Indeterminado	A perda dos direitos do domínio poderá ocorrer por ordem judicial	A eventual perda do domínio permitirá que terceiro registre e utilize o domínio
Nome de domínio na internet	www.consul.com.br	Prazo Indeterminado	A perda dos direitos do domínio poderá ocorrer por ordem judicial	A eventual perda do domínio permitirá que terceiro registre e utilize o domínio
Nome de domínio na internet	www.bblend.com.br	Prazo Indeterminado	A perda dos direitos do domínio poderá ocorrer por ordem judicial	A eventual perda do domínio permitirá que terceiro registre e utilize o domínio
Nome de domínio na internet	www.kitchenaid.com.br	Prazo Indeterminado	A perda dos direitos do domínio poderá ocorrer por ordem judicial	A eventual perda do domínio permitirá que terceiro registre e utilize o domínio
Nome de domínio na internet	www.whirlpool.com.br	Prazo Indeterminado	A perda dos direitos do domínio poderá ocorrer por ordem judicial	A eventual perda do domínio permitirá que terceiro registre e utilize o domínio
Marcas	CONSUL - mista. Vigência - 29/12/2025	10 anos a contar da concessão	A perda de uma marca registrada pode ocorrer caso o INPI declare, a partir do requerimento de terceiros, a caducidade da marca (não uso por período acima de 5 anos) ou a nulidade do registro da marca. As marcas da Whirlpool S.A. foram registradas por meio do devido processo e estão em uso, implicando em risco muito baixo de perda.	A eventual perda da titularidade de uma marca implica na perda do direito de uso exclusivo dessa marca para uma classe de produto ou serviço.
Marcas	BRASTEMP - nominativa e de alto renome. Vigência - 29/05/2030	10 anos a contar da concessão.	A perda de uma marca registrada pode ocorrer caso o INPI declare, a partir do requerimento de terceiros, a caducidade da marca (não uso por período acima de 5 anos) ou a nulidade do registro da marca. As marcas da Whirlpool S.A. foram registradas por meio do devido processo e estão em uso, implicando em risco muito baixo de perda.	A eventual perda da titularidade de uma marca implica na perda do direito de uso exclusivo dessa marca para uma classe de produto ou serviço.
Marcas	BRASTEMP - mista. Vigência - 08/08/2027	10 anos a contar da concessão	A perda de uma marca registrada pode ocorrer caso o INPI declare, a partir do requerimento de terceiros, a caducidade da marca (não uso por período acima de 5 anos) ou a nulidade do registro da marca. As marcas da Whirlpool S.A. foram registradas por meio do devido processo e estão em uso, implicando em risco muito baixo de perda.	A eventual perda da titularidade de uma marca implica na perda do direito de uso exclusivo dessa marca para uma classe de produto ou serviço.
Marcas	CONSUL - nominativa e de alto renome. Vigência -11/12/2030	10 anos a contar da concessão	A perda de uma marca registrada pode ocorrer caso o INPI declare, a partir do requerimento de terceiros, a caducidade da marca (não uso por período acima de 5 anos) ou a nulidade do registro da marca. As marcas da Whirlpool S.A. foram registradas por meio do devido processo e estão em uso, implicando em risco muito baixo de perda.	A eventual perda da titularidade de uma marca implica na perda do direito de uso exclusivo dessa marca para uma classe de produto ou serviço.
Licenças	Licença de uso da marca KitchenAid	Prazo indeterminado	Os descumprimentos das obrigações contratuais por parte da Companhia	Perda do direito de uso da marca licenciada
Licenças	Licença de uso da marca Whirlpool no Brasil	Prazo indeterminado	Os descumprimentos das obrigações contratuais por parte da Companhia	Perda do direito de uso da marca licenciada
Patentes	107 patentes concedidas e 47 no exterior	20 anos a contar do registro	Extinção do prazo de proteção, abandono pela própria Whirlpool ou ação de nulidade promovida por terceiros.	Perda de direito de uso exclusivo da Patente

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	99 desenhos industriais concedidos e 3 requeridos	10 anos contados do depósito	Extinção do prazo de proteção, abandono pela própria Whirlpool ou ação de nulidade promovida por terceiros.	Perda de direito de uso exclusivo do Desenho Industrial

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Compra e venda de produtos eletrodomésticos e representação comercial.	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-32,560000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	48.316,00		
31/12/2020	1,540000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-14,050000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A B.Blend atua no comércio atacadista especializado.								
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	62.058.318/0007-76	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Compra e venda de produtos eletrodomésticos, e representação comercial.	99,430000
				Valor mercado				
31/12/2021	79,340000	0,000000	9.942,00	Valor contábil	31/12/2021	570.677,00		
31/12/2020	306,800000	0,000000	159.765,00					
31/12/2019	-2,450000	0,000000	159.765,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A BUD, cujo nome fantasia é Compra Certa, realiza a venda de produtos diretamente ao consumidor.								
Latin America Warranty S.A.	-		Coligada	Argentina			Prestação de serviço de reparo técnico e garantia de produtos	95,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	-9,888888	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	3.301,00		
31/12/2020	3,650000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-26,660000	0,000000	0,00					

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Lawsa presta assistência técnica para produtos comercializados na Argentina e Cone Sul.								
MLOG Armazém Geral Ltda.	05.117.268/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	Rio Claro	Armazém geral e logística	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	-22,740000	0,000000	65.000,00	Valor contábil	31/12/2021	71.966,00		
31/12/2020	83,320000	0,000000	98.862,00					
31/12/2019	-59,260000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A MLOG realiza logística, transporte e armazenagem do Grupo								
Whirlpool Argentina S.R.L.	-		Coligada	Argentina			Comercialização de eletrodomésticos e produtos de terceiros (outras marcas).	99,310000
				Valor mercado				
31/12/2021	138,160000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	265.116,00		
31/12/2020	2,880000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-23,690000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Whirlpool Argentina comercializa eletrodomésticos do Grupo na Argentina e países do Cone Sul.								
Whirlpool Chile Ltda.	-		Controlada	Chile			Comercialização de eletrodomésticos	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	-18,320000	0,000000	23.246,00	Valor contábil	31/12/2021	52.648,00		
31/12/2020	49,510000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-6,050000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Whirlpool Chile realiza comercialização dos eletrodomésticos do Grupo no Chile e países do Cone Sul.								
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Fabricação e comercialização de eletrodomésticos.	99,990000

				Valor mercado		
31/12/2021	14,090000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	1.104.645,00
31/12/2020	10,280000	0,000000	0,00			
31/12/2019	4,640000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Whirlpool AM fabrica a linha de ar-condicionado, micro-ondas e lava-louças.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não há outras informações que julgamos relevantes que não tenham sido apresentadas nesta Seção 9 do Formulário.

10.1 Comentários dos Nossos Diretores sobre:**Introdução**

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 25 de março de 2022, inclusive as notas explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 980 milhões, R\$ 712 milhões e R\$ 1.774 milhões (sendo R\$ 773 milhões das operações em continuidade) respectivamente. Apresentamos abaixo os índices de endividamento sobre ativo total e liquidez corrente, referentes à Companhia:

Índices	2021	2020	2019
Endividamento sobre ativo total	0,76	0,73	0,60
Liquidez corrente	1,07	1,16	1,38

O capital de giro da Companhia e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros e linhas de créditos disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da empresa é formada por capital próprio proveniente da geração de caixa operacional da Companhia e por capital de terceiros, composto majoritariamente pelas operações com *vendor*.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta hoje níveis satisfatórios de alavancagem e seu objetivo é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o patrimônio líquido era de R\$ 2.110 milhões, R\$ 1.929 milhões e R\$ 3.019 milhões respectivamente. O capital de terceiros nestes mesmos períodos era de R\$ 1.183, R\$ 297 milhões em 2020 e R\$ 596 milhões em 2019.

O percentual de capital de terceiros sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, eram de 56,1%, 15,4% e 19,7% respectivamente, sendo o percentual remanescente de capital próprio proveniente da operação da Companhia.

A diretoria monitora sua estrutura de capital através de sua dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital existente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, considerando a dívida líquida sobre o patrimônio líquido.

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	1.183.021	297.175	595.755
Derivativos	(61.135)	(14.226)	(19.393)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.676.929)	(1.906.997)	(1.633.584)
Dívida líquida	(555.043)	(1.624.048)	(1.057.222)
Patrimônio líquido	2.110.232	1.928.611	3.019.055
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.555.189	304.563	1.961.833

A diretoria destaca que a posição de dívida líquida é negativa, ou seja, possui caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar os empréstimos, financiamentos e derivativos em sua totalidade.

Não há, no curto prazo, previsão de resgate de ações de emissão da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a (i) pagamento das matérias-primas, mão de obra e serviços para produção dos produtos e (ii) impostos relacionados a nossas atividades operacionais.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

A posição do ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 6.968 milhões, comparada com R\$ 5.421 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 5.899 milhões em 31 de dezembro de 2019.

A posição do passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 6.540 milhões, comparada com R\$ 4.686 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 4.276 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Acreditamos que os recursos disponíveis, a nossa geração de caixa operacional e linhas de crédito existentes serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de fluxo de caixa operacional, impulsionada principalmente pela gestão de prazos de recebimento e pagamento de clientes e fornecedores, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordo com seus clientes através de operações de *vendor* junto a bancos comerciais de primeira linha, atuando de forma a garantir linhas de crédito. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis (os montantes relacionados a esta operação são apresentados como “Empréstimos e Financiamentos”).

Importante ressaltar que a Companhia possui seguro contra risco de crédito para cobrir o risco de inadimplência. A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a cobertura máxima combinada de “*stop-loss*” fornecidos por essas políticas foram,

respectivamente, de R\$ 850 milhões, R\$ 290 milhões e R\$ 395 milhões.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além da geração de caixa operacional da Companhia, havendo eventuais descasamentos de disponibilidades no curto prazo, a Companhia dispõe de linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

Em dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$ 1.000.000 mil, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não tínhamos empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas (últimos 3 exercícios), descrevendo ainda:

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Moeda nacional:			
<i>Vendor</i> (0,61% a 0,93% a.m.)	1.183.021	297.175	577.029
Moeda estrangeira:			
Saques cambiais de exportação (ACE)	-	-	18.726
Total empréstimos e financiamentos	1.183.021	297.175	595.755
Circulante	1.183.021	297.175	595.755
Não circulante	-	-	-

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia referem-se a transações de *vendor*.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras dívidas de longo prazo contratadas com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Na hipótese de eventual concurso universal de credores a ordem de precedência segue os termos do artigo 83 da Lei 11.101/05 ("Lei das Falências") e seria a seguinte: primeiro seriam satisfeitas as obrigações relativas a empregados e equiparados até o limite de 150 salários mínimos, na sequência seriam satisfeitas as obrigações de natureza tributária e, por fim, as obrigações quirografárias, uma vez que a Companhia não possui obrigações registradas no passivo exigível com garantia real ou qualquer outro privilégio ou preferência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas

dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprido essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve restrições (*covenants*) impostas à Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme mencionado anteriormente, os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia referem-se estritamente a operações de *vendor*.

Existem contratos previamente estabelecidos entre a Companhia e os bancos parceiros com limites máximos de contratação. As taxas são firmadas no momento da contratação, de acordo com as condições de mercado.

Adicionalmente, por governança, a Companhia estabelece limites internos pré-aprovados em seu estatuto e atas. Em 31/12/2021, o saldo de *vendor* em aberto representa 70% do limite pré aprovado pela Administração da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados operacionais consolidados: A tabela a seguir demonstra os resultados operacionais consolidados referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Receita líquida de vendas e serviços	11.380.278	9.312.094	7.767.833
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.365.276)	(7.417.207)	(6.435.507)
Lucro bruto	2.015.002	1.894.887	1.332.326
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas e distribuição	(691.380)	(585.797)	(630.235)
Despesas administrativas	(371.219)	(383.804)	(334.304)
Outras receitas (despesas) operacionais	156.247	60.668	344.312
Equivalência patrimonial	(11.687)	(7.464)	(5.611)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	1.096.963	978.490	706.488
Receitas financeiras	490.369	564.064	858.268
Despesas financeiras	(417.305)	(559.732)	(449.641)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade	1.170.027	982.822	1.115.115
Imposto de renda e contribuição social correntes	(108.680)	(319.013)	(412.040)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(79.537)	49.928	31.116
	(188.217)	(269.085)	(380.924)
Lucro líquido das operações em continuidade	981.810	713.737	734.191
Operações descontinuadas			
Lucro após os impostos provenientes de operações descontinuadas	-	-	1.042.212
Lucro líquido do exercício	981.810	713.737	1.776.403

Atribuíveis aos:

Acionistas controladores	980.325	712.371	1.774.863
Acionistas não controladores	1.485	1,366	1,640

Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	0,65234	0,47403	1,18098
---	----------------	----------------	----------------

Em 2021 a receita líquida de vendas e serviços cresceu 22,2% ou R\$ 2.068 milhões, chegando a R\$ 11.380 milhões. Já em 2020 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 19,9% ou R\$ 1.544 milhões, passando de R\$ 7.768 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 9.312 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O custo dos produtos vendidos acumulado cresceu 26,3% ou R\$ 1.948 milhões em 2021, chegando a R\$ 9.365 milhões. Tal variação está vinculada ao aumento do volume de vendas e aumento de custo das *commodities* e componentes no período. Em 2020, o custo dos produtos vendidos acumulado aumentou 14,8%, passando de R\$ 6.436 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.417 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A variação deve-se principalmente ao impacto gerado na indústria pelo aumento de custos tanto relacionados ao câmbio, quanto *commodities* importantes como aço e resinas.

Nossas despesas operacionais compreendem substancialmente despesas com vendas, propaganda, publicidade e relacionados, administrativas, gerais e tributárias, e outras despesas operacionais, líquidas.

Os fatores acima determinaram o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, que foi de R\$ 1.170 milhões no exercício de 2021, um aumento de R\$ 187 milhões em relação a 2020, quando o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$ 983 milhões, comparado a R\$ 1.115 milhões no mesmo período em 2019, representando uma variação negativa de R\$ 132 milhões. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 alcançou R\$ 982 milhões ou 8,67% das receitas líquidas de vendas e serviços. Em 2020, o lucro líquido foi de R\$ 714 milhões ou 7,7% e R\$ 1.777 milhões em 2019 ou 22,9%.

Contas patrimoniais consolidadas: A tabela a seguir demonstra as contas patrimoniais consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Ativo	Consolidado		
	2021	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.676.929	1.906.997	1.633.584
Contas a receber, líquidas	2.842.092	2.190.542	1.352.849
Estoques	1.863.893	913.119	760.790
Impostos a recuperar	291.046	249.043	710.513
Partes relacionadas	89.040	23.872	1.303.280
Operações com derivativos	68.324	47.341	28.246
Outros ativos	136.874	90.363	109.802
Total do ativo circulante	6.968.198	5.421.277	5.899.064
Não circulante			
Partes relacionadas	26.409	11.622	-
Contas a receber, líquidas	-	784	139.873
Operações com derivativos	178	1.350	57
Impostos a recuperar	314.890	132.798	139.019

Depósitos judiciais e outros	175.147	122.533	107.573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	233.665	327.960	286.681
Outros contas a receber	48.623	13.000	15.425
Investimentos	143.611	155.298	147.139
Imobilizado	1.096.300	791.160	756.278
Direito de uso	133.002	92.513	104.452
Intangível	24.587	30.118	38.801
Total do ativo não circulante	2.196.412	1.679.136	1.735.298
Total do ativo	9.164.610	7.100.413	7.634.362

Passivo e Patrimônio líquido	Consolidado		
	2021	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	4.191.681	3.349.451	2.472.096
Empréstimos e financiamentos	1.183.021	297.175	595.755
Financiamento por arrendamento	39.250	35.933	41.153
Impostos, taxas e contribuições a pagar	252.348	243.451	279.155
Salários e encargos sociais	129.039	105.655	96.280
Operações com derivativos	5.423	31.002	295.836
Partes relacionadas	70.905	86.735	7.264
Outros passivos	668.115	536.614	488.763
Total do passivo circulante	6.539.782	4.686.016	4.276.302
Não circulante			
Financiamento por arrendamento	98.488	64.520	68.307
Impostos, taxas e contribuições a pagar	20.326	23.340	25.500
Operações com derivativos	1.944	3.463	1.646
Partes relacionadas	36.597	52.422	-
Plano de assistência médica / previdência privada	77.504	86.500	91.673
Provisão para demandas judiciais e administrativas	213.900	144.302	119.500
Outros passivos	65.837	111.239	32.379
Total do passivo não circulante	514.596	485.786	339.005
Patrimônio líquido			
Capital social	1.159.103	1.159.103	1.159.103
Reserva de capital	257.673	234.355	213.219
Reserva de lucros	710.191	639.889	307.521
Outros resultados abrangentes	(19.977)	(106.550)	1.338.766
Lucros acumulados	-	-	-
Participação de não controladores	3.242	1.814	446
Total do patrimônio líquido	2.110.232	1.928.611	3.019.055
Total do passivo e patrimônio líquido	9.164.610	7.100.413	7.634.362

As variações significativas nas contas patrimoniais foram:

Ativo circulante

Contas a receber: (2021-2020) Aumento de R\$ 652 milhões, decorrente principalmente de aumento nos preços de vendas ao longo de 2021, quando comparado a 2020. (2020-2019) Aumento de R\$ 837 milhões, é decorrente principalmente pelo aumento no volume de vendas do segundo semestre de 2020 e redução de antecipações de recebíveis, em linha com o aumento na receita líquida do exercício.

Impostos a recuperar: (2021-2020) Aumento de R\$ 42 milhões decorrente principalmente do registro de créditos de ICMS s/ Pis e da Cofins e créditos de IPI sobre frete, bem como geração de créditos provenientes da própria operação ainda não consumidos. (2020-2019) Redução de R\$ 461 milhões, decorrente da compensação do crédito de ICMS s/ Pis e Cofins.

Partes Relacionadas: (2021-2020) Aumento de R\$ 65 milhões decorrente do registro de saldos a receber contra a Whirlpool Corporation durante 2021. (2020-2019) Redução de R\$ 1.279 milhões, decorrente da liquidação dos mútuos com as controladoras Brasmotor Ltda no valor de R\$ 517 milhões e Whirlpool do Brasil Ltda no valor de R\$ 762 milhões.

Ativo não circulante

Contas a receber: (2020-2019) Redução de R\$ 139 milhões, decorrente da reclassificação para Outras Contas a Receber do saldo remanescente do cliente Máquina de Vendas que está em processo de recuperação judicial, bem como a provisão para perdas esperadas (100% do saldo está provisionado).

Impostos a recuperar: (2021-2020) Aumento de R\$ 182 milhões decorrente principalmente do registro de IR e CS sobre os juros SELIC incidentes nos créditos recebidos como repetição de indébito. (2020-2019) Aumento de R\$ 138 milhões, decorrente da reclassificação entre curto e longo prazo, dos créditos de ICMS s/ Pis e Cofins.

Direito de uso: (2021-2020) Aumento de R\$ 40 milhões decorrente principalmente dos reajustes contratuais no aluguel da Whouse e da locação dos novos galpões para o Projeto Malhas (PB e ES). (2020-2019) Aumento de R\$ 105 milhões, referente a implementação do CPC 06 (Contratos de Arrendamento) no ano de 2019.

Passivo circulante

Fornecedores: (2021-2020) Variação de R\$ 842 milhões decorrente do aumento no volume de compras de materiais para recompor o nível de estoque da companhia, além de aumento no preço de *commodities* e componentes, principalmente aço, resina e eletrônicos. (2020-2019) Aumento de R\$ 877 milhões decorrente do aumento na produção de 2020 quando comparado com o ano anterior, justificada pelo aumento na demanda de produtos.

Empréstimos e financiamentos: (2021-2020) Aumento de R\$ 886 milhões decorrente a novas contratações de *vendor* no período. (2020-2019) Redução de R\$ 299 milhões decorrente de: (i) R\$ 280 milhões na contratação de *vendor* e (ii) R\$ 19 milhões referente ao saldo de antecipações de crédito de exportação (ACE) remanescente de 2019.

Partes relacionadas: (2021-2020) Redução de R\$ 16 milhões devido a liquidações efetuadas contra a Whirlpool China no 1º semestre de 2021. (2020-2019) Redução de R\$ 209 milhões, é devido a liquidação do mútuo (Debêntures) entre a Whirlpool S.A. e a Whirlpool of India Limited.

Passivo não circulante

Partes relacionadas: (2021-2020) Redução de R\$ 16 milhões decorrente de liquidações efetuadas contra a Brasmotor no período. **(2020-2019)** Variação decorrente do registro de novos mútuos no longo prazo.

Outros passivos: (2021-2020) Redução de R\$ 45 milhões decorrente principalmente do consumo das provisões ambiental e para reestruturação, constituídas no período anterior. **(2020-2019)** Aumento de R\$ 79 milhões, variação refere-se majoritariamente a provisão ambiental e provisão para reestruturação.

Passivo de arrendamento: (2021-2020) Aumento de R\$ 34 milhões decorrente principalmente do reajuste no contrato de aluguel da Whouse (unidade administrativa - sede da empresa) e da locação dos novos galpões para o Projeto Malhas (Centros de Distribuição Espírito Santo e Paraíba, **2020-2019**). Aumento de R\$ 68 milhões, variação referente a implementação do CPC 06 (Contratos de Arrendamento) no ano de 2019.

Patrimônio Líquido

(2021-2020) A principal variação refere-se à geração de lucro no exercício bem como ao pagamento de dividendos no período. **(2020-2019)** A principal variação refere-se aos dividendos propostos em 2019 e pagos em 2020. **(2019-2018)** A principal variação refere-se a transação de venda das operações de compressores.

Fluxo de Caixa

	Consolidado		
	2021	2020	2019
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	145.049	1.605.997	614.152
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(274.306)	(145.604)	2.204.266
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(100.811)	(1.186.980)	(2.143.991)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(230.068)	273.413	674.427
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.906.997	1.633.584	959.157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.676.929	1.906.997	1.633.584
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(230.068)	273.413	674.427

(2021 -2020)

As principais variações no caixa líquido provenientes das atividades operacionais são: (i) Geração de caixa operacional de R\$ 1.170 milhões referente ao "Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social";

(ii) Consumo de caixa de R\$ 681 milhões relacionados ao aumento no saldo de “Clientes”; (iii) Consumo de caixa operacional de R\$ 1.003 milhões relacionado ao aumento de “Estoques” ano contra ano; (iv) Consumo de caixa operacional de R\$ 105 milhões referente a “Impostos a recuperar”, impulsionados principalmente pelo reconhecimento de crédito de ICMS s/ Pis e Cofins; e, (v) Geração de caixa operacional no montante de R\$ 745 milhões oriundos do aumento no saldo de “Fornecedores” comparado com o mesmo período de 2020.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém principalmente dos “Investimentos em ativo imobilizado e intangível”, que consumiu um caixa de R\$ 259 milhões em 2021.

Já o consumo no caixa líquido das atividades de financiamento é oriundo principalmente da distribuição de dividendos em 2021 no montante de R\$ 907 milhões, bem como pela “Captação de empréstimos e financiamentos” relacionada às operações de *vendor* no montante de R\$ 886 milhões.

(2020 -2019)

As principais variações no caixa líquido provenientes das atividades operacionais são: (i) Geração de caixa operacional de R\$ 983 milhões referente ao “Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social”; (ii) Consumo de caixa de R\$ 714 milhões relacionados ao aumento no saldo de “Clientes”; (iii) Consumo de caixa operacional de R\$ 150 milhões relacionado ao aumento de “Estoques” ano contra ano; (iv) Geração de caixa operacional de R\$ 514 milhões referente a “Impostos a recuperar”, impulsionados principalmente pela monetização dos crédito de PIS e Cofins; e, (v) Geração de caixa operacional no montante de R\$ 824 milhões oriundos do aumento no saldo de “Fornecedores” comparado com o mesmo período de 2019.

A variação no caixa líquido das atividades de investimento advém principalmente dos “Investimentos em ativo imobilizado e intangível”, que consumiu um caixa de R\$ 140 milhões em 2020.

Já o consumo no caixa líquido das atividades de financiamento é oriundo principalmente da distribuição de dividendos em 2020 no montante de R\$ 576 milhões, bem como pela liquidação de “Mútuos e C/C entre partes relacionadas” no montante de R\$ 252 milhões.

10.2. Comentários dos Nossos Diretores sobre:

a. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas dos negócios variam preponderantemente em função de volume de vendas e preços. Esses componentes também são os principais fatores de influência das receitas de exportações, além das taxas de câmbio.

Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

(i) Cenário Macroeconômico

(ii) Mercado Interno

(2021 -2020)

O PIB brasileiro fechou o ano de 2021 com um crescimento de 4,6%, Com esse resultado, foram superadas as perdas de 2020, quando os efeitos da Covid-19 fizeram com que a economia encolhesse 3,9%. Já a inflação do país atingiu 10,06%no ano (IPCA, fonte IBGE), números recordes da série histórica desde 2015 e a taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais alto da série histórica: 9,25%, segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de contenção ao avanço da inflação.

A taxa de desocupação (desemprego) média em 2021 foi de 13,2%, levemente abaixo contra 13,5% do ano de 2020. O ano de 2021 foi o período em que o mercado de trabalho sentiu os maiores impactos do coronavírus.

Ao longo de 2021, um dos indicadores que continuou sofrendo maior oscilação foi a taxa de câmbio. O dólar iniciou o ano no patamar de R\$ 5,20 e terminou próximo a R\$ 5,58, impactado principalmente pela percepção dos investidores do alto risco em investir no Brasil frente às incertezas políticas e situação fiscal agravada pela crise sanitária. Outro fator global importante, são as constantes decisões do Federal Reserve (FED) de desestimular o mercado de títulos, o que impacta diretamente na oferta da moeda e consequentemente sua valorização.

(2020-2019)

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e mundial. As incertezas iniciais sobre a disseminação e letalidade da doença levaram a suspensão temporária das atividades de comércio e serviços e, por consequência, a paralisação de parte do setor industrial, diminuindo a atividade econômica e elevando os índices de desemprego. Para mitigar os impactos desses efeitos negativos, principalmente na renda do brasileiro, e retomar os níveis de atividade econômica, o Governo Federal instituiu um programa de auxílio financeiro emergencial e o BC reduziu a taxa de juros ao menor patamar histórico a fim de estimular o crédito.

Diante desse cenário adverso, o Banco Central estima que o ano de 2020 encerre com uma contração de 4,4% no PIB e inflação de 4,3%, números positivos se comparados às projeções ao longo do ano de 2020, em função da retomada da economia e perspectiva de retomada da reforma fiscal após período de elevado gasto público. A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica: 2%, segundo o Copom, uma medida de incentivo ao crédito e recomposição de renda da população e de empresários. A taxa de desemprego também bateu recorde no 3T20, chegando a 14,6%, com tendência de piora devido ao aumento da população em busca de emprego a partir da flexibilização das atividades.

Ao longo de 2020, um dos indicadores que sofreu maior oscilação foi a taxa de câmbio. O dólar iniciou o ano no patamar de R\$4,00 e terminou próximo a R\$5,20 impactado principalmente pela percepção dos investidores do alto risco em investir no Brasil frente ao baixo retorno das taxas de juros em função das incertezas da pandemia, crises políticas internas e situação fiscal agravada pela crise sanitária.

A partir do segundo semestre de 2020, apesar do grau de incerteza ainda elevado, o processo de flexibilização

do distanciamento social, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população e as perspectivas de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia e progressos no desenvolvimento de uma vacina permitiu a recuperação econômica de forma mais veloz do que o antes estimado, em especial para o setor de eletrodomésticos, que também foi beneficiado pelos impactos da pandemia nos hábitos de consumo e estilo de vida das pessoas.

A expectativa econômica para 2021 é de saída do cenário recessivo de 2020, com um crescimento do PIB de aproximadamente 3,5%, IPCA de 3,6% (abaixo da meta, porém dentro da margem de tolerância), SELIC de 3,5% e manutenção do câmbio por volta de R\$5,0, segundo Relatório de Mercado Focus (8/2/2021). Essas projeções estão pautadas no fim da grave crise sanitária, retomada gradual das atividades econômicas e do mercado de trabalho, retomada das pautas das reformas do Governo, principalmente fiscal e aumento das exportações frente à desvalorização do real.

(2019-2018)

O PIB brasileiro fechou o ano de 2019 com um crescimento de 1,1%, já a inflação do país atingiu 4,3%, praticamente em linha com o centro da meta (4,25%). A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica: 4,5%. A demora da aprovação da reforma da Previdência, crises políticas internas e a guerra comercial entre Estados Unidos e China fizeram com que o crescimento do país fosse menor do que as previsões otimistas do começo do ano.

Apesar de continuar alta (cerca de 11,9%), a taxa de desemprego teve seu segundo ano consecutivo de queda, ficando abaixo da registrada em 2018 (12,3%) e 2017 (12,7%), mostrando os sinais lentos de recuperação do mercado.

O ano de 2019 começou com o dólar no patamar de R\$3,87 e terminou com a taxa de câmbio próximo ao patamar de R\$4,03, com uma alta acumulada de 6,2%, impactada devido à busca de investimentos mais rentáveis fora do país, à queda das taxas de juros e à guerra comercial entre Estados Unidos e China, que pioraram as contas externas brasileiras.

- **Mercado externo**

(2021-2020)

No cenário externo, o ano de 2021 também foi marcado pelos impactos da COVID-19 na economia mundial. Queda nas atividades econômicas e no consumo, principalmente no setor de serviços, afetou o crescimento global.

Medidas de auxílio à economia por parte dos governos dos países suavizaram os impactos mundiais e o reflexo fica evidente no PIB global com um avanço em torno de 5,9% após contração de 3,1% em 2020.

A China, por exemplo, cresceu 8,0% em 2021. São reflexos da retomada acelerada da indústria no país que ocorreu enquanto os outros países ainda sofriam com os impactos das contaminações descontroladas pelo COVID-19.

Já a expectativa do PIB dos Estados Unidos é de um avanço de 6,0%. Este efeito positivo no PIB de 2021 é reflexo da retomada no consumo, nas exportações e nos investimentos (privados e públicos). Os planos de estímulo do governo ao longo do ano conseguiram compensar o déficit na economia.

Na América Latina, deve haver um avanço do PIB de 6,0% em 2021, ante uma retração de 7% em 2020. Apesar de uma recuperação em 2021, não se espera que o PIB per capita retorne aos níveis anteriores à crise antes de 2023-2024. O impacto foi assimétrico, afetando principalmente os grupos mais vulneráveis. Como resultado, os níveis de pobreza e pobreza extrema atingiram os níveis mais altos em 20 e 12 anos, respectivamente.

(2020-2019)

O ano de 2020 foi marcado pelos fortes impactos da Covid-19 na economia mundial. A forte queda nas atividades econômicas e no consumo, principalmente no setor de serviços, afetou o crescimento global.

Medidas de auxílio à economia por parte dos governos dos países não foram o suficiente para impedir que o PIB global feche com uma retração em torno de 4,4%.

A China, por exemplo, cresceu 2,3% em 2020 - o menor índice em 44 anos. Ainda assim, conseguiu um feito raro em um ano marcado pela pandemia do novo coronavírus: o país teve uma forte queda no primeiro trimestre, porém conseguiu se recuperar nos meses subsequentes. Sua indústria voltou a funcionar em abril, quando grande parte do mundo sofria com o endurecimento da pandemia. Apesar de seu saldo positivo, há setores como o varejo que não se recuperou totalmente e acumula queda de 3.9%.

Já a expectativa do PIB dos Estados Unidos é de uma retração de 3,4%, a maior queda desde 1946. Este efeito negativo no PIB de 2020 é reflexo da queda no consumo, nas exportações e nos investimentos (privados e públicos). O plano de estímulo do governo de 2,2 trilhões de dólares adotado em março conseguiu, apenas parcialmente, compensar o déficit na economia.

Na América Latina, deve haver retração do PIB de 7,7% em 2020, ante um crescimento de 0% em 2019. Na América do Sul, a Argentina deve fechar com uma retração de 10,5%, e a Venezuela de 28%. Demais países deverão ter uma retração entre 0,8% e 11%. A América Central deve fechar com um PIB de -5.9%, já o México deve ficar próximo de -9.3%.

A situação econômica da Argentina, que já vinha sofrendo com um histórico de recessão nos últimos dois anos, foi agravada em 2020. A forte pressão inflacionária que o país vem sofrendo é potencializada pelos efeitos das medidas de auxílio do governo para o enfrentamento do Covid-19. A inflação fecha 2020 com alta de 36% e uma desvalorização cambial de 28,8%

(2019-2018)

No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China e a queda de juros nos Estados Unidos afetaram o Brasil, contribuindo para a desvalorização do Real frente ao dólar, batendo recordes históricos.

A América Latina deve fechar com um crescimento do PIB em 2019 de 0,7% ante uma desaceleração de 0,1% em 2018.

Na América do Sul, a Argentina deve fechar com uma retração de 2,4% e a Venezuela de 40%. Demais países deverão ter um crescimento entre 0 e 3%. A América Central deve fechar com um PIB de 2,7%, já o México deve ficar próximo de 0,2%. A China apresentou menor crescimento anual (cerca de 6,0%) ante o resultado de 2018 (6,6%). Na Argentina, a economia continua sofrendo com uma severa desvalorização cambial (cerca de 58%) aliada a uma inflação próxima de 54%. Medidas de austeridade fiscais aprovadas pelo governo refletem na diminuição do risco-país, apesar de que a economia do país sofrerá com um cenário recessivo devido à postergação de investimentos para sua recuperação

- **Mercados**

(2021-2020)

No Brasil, o mercado de linha Branca apresentou queda de 9% em relação a 2020, e o faturamento do varejo com eletrodomésticos cresceu 2% em relação ao mesmo período de 2020, segundo a GfK Brasil. Embora o mercado total apresente queda, as categorias de facilidade do dia a dia apresentam crescimento de 13%, e seu faturamento cresce cerca de 33%. Para 2022 espera-se um mercado estável com ondas secundárias de reinfecção de covid impactando menos os setores e retomada gradual da mobilidade com a permanência das alterações de hábitos provocados pela pandemia.

(2020-2019)

No Brasil, o mercado de linha Branca (Refrigeração, Lavanderia e Cocção) se manteve aquecido em 2020, grande parte deste resultado tem como responsável o varejo online, que funcionou como uma alternativa para os consumidores durante o período da pandemia em que as lojas físicas fecharam. Segundo a Neotrust/Compre&Confie, as vendas de eletrodomésticos no varejo digital obtiveram um faturamento recorde

de R\$4,3 bilhões, reflexo da mudança de hábitos dos consumidores promovidos pelo distanciamento social, em que as pessoas permaneceram mais tempo em suas casas e passaram a investir mais em produtos para casa, pela flexibilização da lei trabalhista e pela criação do auxílio emergencial que ajudaram na preservação da renda.

Apesar do cenário incerto para o varejo em função das incertezas sobre o fim da pandemia e em função do fim do auxílio emergencial, o avanço da digitalização no setor, as projeções de crescimento do Brasil e de retomada das atividades econômicas e a permanência das alterações de hábitos provocados pela pandemia em 2020 geram uma perspectiva de manutenção da atividade econômica para o mercado de eletrodomésticos em 2021.

(2019-2018)

No Brasil, o mercado de linha Branca (Refrigeração, Lavanderia e Cocção) apresentou crescimento de 7,9% em 2019 em relação ao ano anterior, reflexo da retomada de confiança do mercado e aumento do poder de consumo das famílias, amparado pela recuperação consistente de crédito, aumento do salário médio e aumento do número de empregos.

A Argentina sofreu significativamente com a queda do mercado que refletiu na linha Branca atrelada aos fatores econômicos de hiperinflação e retração do PIB

- **Programas de redução de custos**

A Companhia continua implementando com sucesso medidas de redução de custos em todos os níveis que visam mitigar i) incertezas com relação à demanda, ii) o aumento do preço das *commodities* e matéria-prima, iii) aumento do dólar e iv) aumento dos valores de contratos atrelados à inflação. Foram implementadas uma série de medidas para o controle, monitoramento e redução de despesas.

- **Preço de *commodities***

Para se prevenir da volatilidade implícita às dinâmicas de oferta e demanda globais das *commodities*, a Companhia atua com operações de hedge, conseguindo estender o horizonte de planejamento para fins estratégicos. As operações com derivativos são definidas através de política global. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de rating divulgado por agências especializadas.

- **Taxas de câmbio**

(2021-2020)

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, encerrando o período em R\$ 5,58, com 7% de desvalorização no período. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

(2020-2019)

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, encerrando o período em R\$ 5,1967/US\$. A alta volatilidade da taxa de câmbio e a forte desvalorização do real frente ao dólar está principalmente conectada com os efeitos da pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e global. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

(2019-2018)

Dentro do cenário das divisas internacionais, destaca-se a alta volatilidade da taxa de câmbio ao longo do ano, encerrando o período em R\$ 4,0307/US\$. Apesar da volatilidade na cotação, a valorização do dólar frente ao real, quando comparados os dois fins de período, foi cerca de apenas 3,87%. A cotação da taxa possui impactos diretos nas transações internacionais da Companhia, que possui tanto receitas de exportação, quanto custos de importação indexados em moeda internacional. Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a Companhia realiza operações de hedge de acordo com a política global da Companhia.

- **Efeitos de investigações governamentais, ou ações relacionadas por outras partes**

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações civis nos Estados Unidos. A Companhia solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas. A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição.

Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 2,2 milhões (US\$400 mil aproximadamente) continuaram provisionados. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

(2021-2020)

Em 2021 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 22,2% ou R\$ 2.068 milhões, passando de R\$ 9.312 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 11.380 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 2021 a economia mundial continua a recuperar-se do impacto causado pela COVID-19. As incertezas, de certa forma, ainda permanecem na cadeia e os reflexos da crise sanitária ficaram evidentes nas atividades econômicas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou um crescimento menos vigoroso do PIB mundial para o ano de 2021 do que o divulgado anteriormente e o Brasil não escapou dos impactos. A alta da taxa de juros em patamares contracionistas, dado o objetivo do Banco Central de conter o avanço da inflação e de ancorar as expectativas à meta, causa uma restrição do desempenho da demanda agregada, principalmente ao longo do segundo semestre. Por outro lado, o Governo Federal continuou a incentivar monetariamente a população mantendo auxílios ao longo do ano e incentivando o consumo.

Apesar do grau de incerteza ainda elevado, o avanço rápido da vacinação no Brasil que possibilitou o processo de flexibilização das medidas restritivas, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população e as perspectivas de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia, permitiram que fosse estabelecida uma recuperação econômica, em especial para o setor de indústria, que avançou na retomada dos postos de trabalho ao longo do ano sendo refletidos nos índices do Nível de Utilização da Capacidade instalada (NUCI-FGV). Isso contribuiu para o recuo dos índices de desemprego no país comparado ao ano anterior.

O PIB brasileiro fechou o ano de 2021 com um crescimento de 4,6%, Com esse resultado, foram superadas as perdas de 2020, quando os efeitos da Covid-19 fizeram com que a economia encolhesse 3,9%. Já a inflação do

país atingiu 10,06% no ano (IPCA, fonte IBGE), números recordes da série histórica desde 2015 e a taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais alto da série histórica: 9,25%, segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de contenção ao avanço da inflação. A taxa de desocupação (desemprego) média em 2021 foi de 13,2%, levemente abaixo contra 13,5% do ano de 2020. O ano de 2021 foi o período em que o mercado de trabalho sentiu os maiores impactos do coronavírus.

(2020-2019)

Em 2020 a receita líquida de vendas e serviços aumentou 19,8% ou R\$ 1.544 milhões, passando de R\$ 7.768 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 9.312 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos na economia local e mundial. As incertezas iniciais sobre a disseminação e letalidade da doença levaram a suspensão temporária das atividades de comércio e serviços e, por consequência, a paralisação de parte do setor industrial, diminuindo a atividade econômica e elevando os índices de desemprego. Para mitigar os impactos desses efeitos negativos, principalmente na renda do brasileiro, e retomar os níveis de atividade econômica, o Governo Federal instituiu um programa de auxílio financeiro emergencial e o Banco Central do Brasil reduziu a taxa de juros ao menor patamar histórico a fim de estimular o crédito.

A partir do segundo semestre de 2020, apesar do grau de incerteza ainda elevado, o processo de flexibilização do distanciamento social, o impacto positivo do auxílio emergencial na renda da população, as perspectivas de retomada das economias em função do controle parcial da pandemia e progressos no desenvolvimento de uma vacina permitiram a recuperação econômica de forma mais veloz do que o antes estimado, em especial para o setor de eletrodomésticos, que também foi beneficiado pelos impactos da pandemia nos hábitos de consumo e estilo de vida das pessoas.

Diante desse cenário adverso, tivemos como reflexo a divulgação do PIB, pelo Banco Central, de retração de 4,1% e uma inflação de 4,52% no ano (IPCA, fonte IBGE), números menos pessimistas se comparados às 35 projeções ao longo do ano de 2020, em função da retomada da economia e perspectiva de retomada da reforma fiscal após período de elevado gasto público. A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica: 2% a.a., segundo o Comitê de Política Monetária (Copom), uma medida de incentivo ao crédito e recomposição de renda da população e de empresários. De acordo com o IBGE/PNAD, a taxa de desemprego no trimestre findo em 31.12.2020 foi de 13,9%, sendo a maior taxa média já registrada pelo IBGE.

(2019-2018)

Em 2019, a nossa receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,5% ou R\$1.160,0 milhões, passando de R\$6.608,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$7.767,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O PIB brasileiro fechou o ano de 2019 com um crescimento de 1,1%, já a inflação do país atingiu 4,3%, praticamente em linha com o centro da meta (4,25%). A taxa básica de juros–Selic– atingiu o nível mais baixo da série histórica: 4,5%. A demora da aprovação da reforma da Previdência, crises políticas internas e a guerra comercial entre Estados Unidos e China fizeram com que o crescimento do país fosse menor do que as previsões otimistas do começo do ano. Apesar de continuar alta (cerca de 11,9%), a taxa de desemprego teve seu segundo ano consecutivo de queda, ficando abaixo da registrada em 2018 (12,3%) e 2017 (12,7%), mostrando os sinais lentos de recuperação do mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro, quando relevante**(2021-2020)**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade da Companhia apresentou um crescimento de 19%, passando de R\$ 983 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.170 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O resultado do Brasil foi impulsionado pelo aumento do volume de vendas ajudado pelo auxílio econômico dado pelo governo durante o ano de 2021, a retomada das atividades e recuo do desemprego e a mudança de comportamento de consumo da população voltado para os cuidados dos lares, influenciaram positivamente o setor de eletrodomésticos.

(2020-2019)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro antes dos impostos sobre o lucro das operações em continuidade da Companhia apresentou uma redução de 11,8%, passando de R\$ 1.115 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 983 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O resultado do Brasil foi impulsionado pelo aumento do volume de vendas devido o auxílio econômico dado pelo governo durante o ano de 2020 e a mudança de comportamento de consumo da população voltado para os cuidados dos lares, influenciaram positivamente o setor de eletrodomésticos. Mesmo com aumento do Lucro antes das receitas e despesas financeiras, o lucro líquido das operações em continuidade do exercício de 2020 não ultrapassou o de 2019, ano que houve o reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia. A Argentina novamente foi afetada pelo cenário de hiperinflação e a crise foi potencializada pela COVID-19.

(2019-2018)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado operacional da Companhia apresentou um aumento de 349%, passando de R\$248,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.115,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do resultado foi impulsionado pelo Brasil devido ao reconhecimento do crédito tributário de PIS e da COFINS em função do trânsito em julgado, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo, com decisão favorável à Companhia.

A reação do mercado às aprovações das reformas pelo governo, como a da previdência e ao fato do efeito da greve dos caminhoneiros de 2018, suportaram o bom desempenho em relação ao ano passado. A Argentina foi afetada principalmente pelo cenário de hiperinflação e queda nos índices de consumo da população.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.**a. da introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 11 de novembro de 2021 foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de transferência de quotas da investida CNB Consultoria Ltda., da Brasmotor Ltda. para a Whirlpool S.A., e a subsequente incorporação da CNB Consultoria Ltda. pela Whirlpool S.A.

A incorporação ocorreu em dezembro de 2021 com a aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e trará considerável benefício às partes, de ordem administrativa, econômica e financeira, permitindo a racionalização da estrutura societária, e, conseqüentemente, a consolidação e redução de gastos. A incorporação não acarretou em aumento de capital social na Companhia tampouco implicou em emissão de novas ações.

c. dos eventos ou operações não usuais**Aumento de capital na investida Whirlpool Argentina S.A.**

A Companhia realizou aportes de capital na sua investida na Argentina ao longo do exercício de 2021 totalizando o montante de R\$ 90 milhões. Os aportes foram realizados com o objetivo de viabilizar a construção de uma nova fábrica na Argentina.

Exclusão do frete na base de cálculo do IPI

A Companhia ingressou com ações judiciais para reconhecer o afastamento da inclusão do frete na base de cálculo do IPI para as filiais de Joinville, Rio Claro e Unidade São Paulo, bem como a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos. As ações transitaram em julgado com decisões favoráveis para a Companhia e, desta forma, a Companhia reconheceu no período o montante total de R\$ 51 milhões em seu resultado.

Diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL)

A Companhia ingressou com ações judiciais em todos os Estados para reconhecer a inconstitucionalidade da cobrança do diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) nas operações de venda ao consumidor final praticadas em 2021, e obteve algumas liminares afastando a exigência do pagamento, especialmente com base na decisão do Supremo Tribunal Federal ocorrida em fevereiro de 2021. Para as ações judiciais ainda pendentes de análise da liminar ou mesmo aquelas em que as liminares foram indeferidas, a Companhia optou pela realização de depósitos judiciais.

Após decisão do Supremo em agosto de 2021, nossos advogados reavaliaram o risco de perda, passando de remoto para possível, em razão da alteração de entendimento sobre a modulação e produção de efeitos da decisão de mérito.

Em dezembro de 2021, o Supremo confirmou o entendimento acima e, com isso, nossos advogados reavaliaram o risco de perda de parte das nossas ações de possível para provável, ensejando a provisão de R\$ 91 milhões.

Créditos oriundos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em julho de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado favorável de mais uma ação da controlada BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda., do período de 2015 e anos subsequentes. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, o montante de R\$ 21 milhões foi registrado na rubrica de tributos a recuperar no balanço patrimonial referente aos créditos com direito a monetização em períodos futuros.

Empréstimo à investida B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Em julho de 2021, a Companhia aprovou um empréstimo no montante de R\$ 14 milhões para a B.Blend Máquinas e Bebidas S.A., investimento controlado em conjunto com a Companhia de Bebidas das Américas-Ambev, ao custo de 130% do CDI e com vencimento para julho de 2026. O mesmo montante foi desembolsado pela Ambev.

IRPJ e CSLL sobre os juros SELIC incidentes nos créditos recebidos como repetição de indébito

Em março de 2021, a Companhia ingressou com ações judiciais para não tributar, para fins de IRPJ e CSLL, os juros SELIC incidentes nos créditos tributários recebidos por meio de repetição de indébito.

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou um recurso afetado como repercussão geral e definiu que não incidem os referidos tributos sobre os juros SELIC. Em razão desta decisão, a Companhia reconheceu na rubrica de impostos a recuperar em 2021 o montante total de R\$ 167 milhões.

10.4. Comentários dos Nossos Diretores sobre:**a. mudanças significativas nas práticas contábeis:****Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021**

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2021, foram as seguintes:

- Alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos;
- Alterações no CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação; e
- Alterações no CPC 48 - Instrumentos financeiros.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2020, foram as seguintes:

- Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da taxa de juros de referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23 - Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2) - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos relevantes em suas políticas operacionais e contábeis.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 01.01.2019, foram as seguintes:

- **Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro - IFRIC 23/ICPC 22:** A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação a apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. Na data base de 31.12.2019, a Companhia concluiu os estudos dos processos sujeitos à análise sob a ótica do IFRIC 23 e nenhuma provisão adicional foi identificada, além das que já foram registradas contabilmente.
- **Leases - IFRS 16 / CPC 06 (R2):** Para avaliar os impactos financeiros da Companhia com as alterações trazidas pelo CPC 06 (R2), a Administração avaliou todos os contratos de arrendamentos imobiliários, arrendamentos de equipamentos e ativos arrendados incorporados em um contrato de serviço que a

Companhia possui, a fim de identificar todos os aspectos contratuais que devem ser considerados para aplicar e mensurar os ativos de direito de uso, os passivos de arrendamento e as isenções de reconhecimento.

De acordo com o item 5 do CPC 06 (R2), a Companhia pode optar pela isenção de aplicação da norma para os arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A Norma menciona que essa análise deve ser realizada para os itens individuais, quando novos (Ex. Notebooks), porém, a Companhia optou por aplicar essa análise nos contratos em sua totalidade, e não de forma individual, devido à relevância do valor total dos contratos de arrendamento.

A identificação do tempo contratual foi realizada através da análise individual de cada contrato de arrendamento mercantil e todos os seus respectivos aditivos. Portanto, a data de assinatura do contrato é considerada a data inicial, onde a Companhia passa a controlar o ativo e a data final estipulada em contrato refere-se ao prazo final do arrendamento. A Companhia entende que o conceito de utilizar o prazo contratual é a melhor estimativa para a determinação do tempo de uso do arrendamento.

Para mensuração do valor dos pagamentos, a Companhia determinou os valores como fixos pelo arrendador, ou seja, valor mínimo em contrato. Para os contratos cujo pagamento ocorre de forma variável (Ex. Empilhadeiras - contratação variável de equipamentos, conforme sazonalidade), foi considerado para a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento apenas os valores fixos.

Para fins de adoção do IFRS 16 a Companhia adotou a taxa nominal, a qual leva em consideração o risco de crédito do país, o prazo do contrato dos arrendamentos e a natureza e qualidade das garantias oferecidas, entre outros. A taxa de desconto aplicada ao cálculo foi mensurada pela tesouraria da Whirlpool Corporate com a colaboração da equipe Bloomberg e levou em consideração fatores específicos da região, considerando as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

A tabela abaixo ilustra as taxas praticadas de acordo com o prazo de cada contrato:

Prazo dos contratos	Taxa % a.a
1 ano	9,57%
2 anos	10,02%
3 anos	10,36%
4 anos	10,67%
5 anos	11,00%
10 anos	12,74%
20 anos	16,64%

Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a aquisição dos ativos arrendados ao fim do prazo contratual. Diante disso, a vida útil dos ativos na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, dos dois o menor. A amortização desses ativos ocorrerá de forma linear. A Companhia optou por utilizar o modelo retrospectivo simplificado.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 em decorrência das alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores nem inclusão

de parágrafos de ênfases nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em atendimento à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº381/03, informamos que no exercício de 2021, a Whirlpool S.A. utilizou serviços prestados pela RSM Brasil Auditores Independentes S.S., referentes a auditoria externa independente em conformidade com as regras de independência estabelecidas pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

10.5. Comentários dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, Estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência

de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário

para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2021 e previstos para 2022 tratam-se, em sua maior parte, de investimentos no aumento de flexibilidade e capacidade produtiva, iniciativas de aumento de produtividade e redução de custo, manutenção de máquinas e equipamentos das plantas industriais, adaptação às normas de segurança e ambientais (processos, produtos e serviços), desenvolvimento de novos produtos, infraestrutura da nossa sede administrativa e em tecnologia da informação.

Fontes de financiamento dos investimentos

Nossa principal fonte de recurso é o caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No Brasil a Whirlpool possui 3 fábricas (Joinville/SC, Rio Claro/SP e Manaus/AM), 1 centro administrativo (W House), 3 centros de distribuição (São Paulo/SP, Serra/ES e Alhandra/PB) e 5 centros de tecnologia, sendo 4 em Joinville (1. Refrigeração, 2. Ar-condicionado e Águas, 3. Cocção e Microondas 4. Eletrônica) e 1 em Rio Claro (Lavanderia, Lava-louças e Secadora).

A inovação faz parte do nosso DNA e, por isso, a companhia investe muito além dos produtos, mas também em áreas como manufatura, qualidade, processos, serviços, marketing e modelo de negócio para entregar valor aos nossos consumidores. Nossa principal estratégia é colocá-lo no centro das nossas decisões, sempre com o desafio de inovar com propósito e qualidade, entregando soluções que impactem de forma positiva toda a jornada do consumidor - desde a pesquisa por um novo produto, ao momento do pós-venda até a recompra da marca, sempre mantendo o relacionamento. Dentro desse contexto, investimos de 3% a 4% de nosso faturamento, independentemente do cenário, e conta com mais de 800 profissionais dedicados a PD&I, além de ser o maior pólo de produção e pesquisa de lavanderia doméstica na América Latina e de refrigeração

doméstica no mundo.

Entendemos também a importância da atuação conjunta e, por isso, há mais de 30 anos temos parcerias com Universidades e Centros de Pesquisas, como a Universidade Federal de Santa Catarina e o SENAI. Mais recentemente, em 2019, criamos o programa INception com o propósito de fomentar a inovação aberta e alavancar o relacionamento com startups, por exemplo com a participação no Programa de Inovação Aberta da Associação Catarinense de Tecnologia - ACATE, o LinkLab em Joinville/SC e o espaço para parcerias dentro do Inovabra em São Paulo.

Outra parceria bastante relevante é o Inova Talentos, um programa promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que tem por objetivo colaborar para a formação de profissionais aptos a atuar no setor de inovação empresarial. Desde 2013, a Whirlpool implementou em seus projetos de inovação em produto, processo e organizacional mais de 180 bolsistas e desses, em torno de 30% foram efetivados.

Desde 2019 a Companhia vem fortalecendo a cultura, mentalidade e metodologia ágil, para organizar a forma de pensar e agir. Com a criação de times ágeis (conhecidos como Squads), temos cerca de 100 pessoas hoje só na equipe de Digital e mais 30 em times do D2C, TI e Logística. O uso da metodologia trouxe diversos benefícios para a Cia como fomentar a cultura de colaboração, experimentação e entregas contínuas acelerando o processo de Transformação Digital.

Como resultado do constante investimento em inovação, a Whirlpool é reconhecida nos principais prêmios e rankings de inovação do país. Em 2021, figurou entre as empresas mais inovadoras do país segundo o Anuário Valor Inovação Brasil 2021, publicado pelo jornal Valor Econômico, e também como líder em open innovation na categoria de Indústria Eletroeletrônica, segundo o ranking 100 Open Corps.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga usualmente projeções operacionais e financeiras. Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, nós não divulgamos ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas ou financeiras.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;

Não aplicável.

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;

Não aplicável.

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas;

Não foram divulgadas projeções relativas ao período em curso.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelo Estatuto Social.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, residentes no País ou no exterior, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. Logo que eleito, o Conselho de Administração escolherá, dentre os seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente do órgão.

Compete ao Conselho de Administração, além das funções estabelecidas no art. 142, da Lei das Sociedades por Ações: (a) estabelecer a política de desenvolvimento industrial, comercial, financeira e de pessoal da Companhia e suas controladas; (b) aprovar planos de expansão e diversificação das atividades sociais; (c) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras anuais e relatório da administração, podendo, para tal finalidade, solicitar dos Diretores quaisquer informações relativas a tais documentos; (d) propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício anterior; (e) eleger os Diretores da Companhia; (f) escolher e destituir os Auditores Independentes da Companhia; (g) declarar dividendos intermediários, na forma estabelecida pelo Estatuto Social; (h) autorizar a Diretoria adquirir ações de emissão desta Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posteriormente aliená-las; (i) aprovar as operações e contratos, de qualquer natureza, incluindo os financeiros, que de forma única ou conexa, ultrapassem o montante de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (j) aprovar a alienação, aquisição e oneração de bens do ativo fixo, que não sejam bens imóveis ou direitos a eles relacionados, cujo valor ultrapasse o montante de 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração da Companhia não possui regimento interno aprovado pelo órgão.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) Diretores, Acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, e cujo prazo de gestão não será superior a 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Compete à Diretoria, em colegiado, deliberar sobre (a) aprovação de operações e contratos, de qualquer natureza, incluindo os financeiros, que de forma única ou conexa, ultrapassem o montante de 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (b) aprovação de alienação, aquisição, oneração e arrendamento de bens imóveis; (c) aprovação de concessão pela Companhia, de garantias, fianças ou avais, em favor de companhias coligadas, controladas ou de terceiros; (d) aprovação de alienação, aquisição e oneração de bens do ativo fixo, que não sejam bens imóveis ou direitos a eles relacionados, cujo valor não ultrapasse o montante de 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto no último balanço patrimonial aprovado pela Assembleia Geral; (e) aprovação da abertura ou fechamento de filiais, agências, escritórios de representação, fábricas e depósitos em qualquer parte do território nacional ou do exterior; (f) aprovação de aquisição, alienação e licenciamento de marcas, patentes ou processos industriais; (g) aprovação da prática de atos gratuitos razoáveis em benefício da comunidade de que participa a Companhia.

A Diretoria terá a seguinte estrutura de cargos: (a) 1 (um) Diretor será designado Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor será designado Diretor Vice-Presidente e, além de suas atividades executivas, ficará encarregado da função de Relações com Investidores; (c) de 1 (um) a 4 (quatro) Diretores, designados Diretores Vice-Presidentes, dedicados à consecução das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

Para as atribuições específicas de cada diretor da Companhia, ver item 12.1(b) abaixo.

A Diretoria da Companhia não possui um regimento interno aprovado pelo órgão.

Conselho Consultivo

O Estatuto Social da Companhia prevê a existência do Conselho Consultivo, órgão não permanente que, quando instalado, será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros independentes, um dos quais será nomeado Presidente, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, com mandato não superior a 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Ao Conselho Consultivo compete aconselhar a Administração nas suas atividades, em especial, com relação aos temas de ordem econômica, de mercado interno e externo, política, gestão, entre outros.

O Conselho Consultivo não está instalado e não possui regimento interno aprovado pelo órgão.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, e somente será instalado pela Assembleia Geral nos casos previstos em lei.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a gestão dos administradores, exercendo todos os poderes, as funções, as atribuições e as prerrogativas previstos na legislação aplicável.

Comitês de Assessoramento

A Companhia não possui comitês de assessoramento aos órgãos de administração constituídos.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui um Comitê de Auditoria Estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, sendo de responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes da Companhia.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria estatutária da Companhia não dispõe de um regimento interno próprio e as atribuições e poderes estão previstos no próprio Estatuto Social da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, o Diretor Presidente deverá reportar ao Presidente do Conselho de Administração e terá o dever de administrar e ser responsável por todas as atividades sociais e operações da Companhia e ainda coordenar e ser responsável pelas atividades dos demais Diretores Vice-Presidentes.

Em relação aos demais Diretores, o Estatuto Social da Companhia determina que o Diretor Presidente será assistido e com ele cooperarão na administração da Companhia.

A representação da Companhia será realizada pelos membros da Diretoria e observará as seguintes regras:

(i) Todos os atos, contratos e documentos que envolvam obrigação para a Companhia, incluindo a emissão de cheques e títulos de crédito de qualquer natureza e desembolso de recursos da Companhia, serão firmados por: (a) 2 (dois) Diretores, em conjunto, ou (b) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou, ainda; (c) 2 (dois) procuradores, desde que estes tenham poderes expressos para a prática do ato;

(ii) Todas as procurações serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, e serão outorgadas para fins específicos e por tempo determinado, com exceção de procurações "ad judícia" e "ad judícia et extra" que poderão ser outorgadas pela Companhia a advogados por prazo indeterminado, esta última referente a poderes de atuação em juízo ou fora dele, e perante terceiros, incluindo quaisquer autoridades, órgãos e agências governamentais, quer federais, estaduais ou municipais;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) A Diretoria, em casos especiais e por tempo determinado, poderá autorizar um Diretor ou um procurador a assinar individualmente;

(iv) Nos atos de simples rotina ou correspondência, representação perante repartições públicas ou quaisquer processos administrativos ou judiciais, na emissão de duplicatas e nos respectivos endossos para cobrança, assim como, nos endossos para depósito de cheque sem nome da Companhia, qualquer Diretor ou procurador, este último desde que com poderes expressos para a prática do ato, poderá agir, individualmente.

- c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente, tendo sido instalado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022, para um mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho Fiscal dispõe de um regimento interno próprio, o qual foi estabelecido por ocasião da primeira reunião dos membros do Conselho Fiscal, realizada em 05 de junho de 2018. A Companhia não divulga o referido regimento interno na rede mundial de computadores.

- d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
- iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
- iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia não realiza avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados e avaliados pelos acionistas. Os mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração estão pautados no cumprimento de suas atribuições, conforme definidas pelo Estatuto Social da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a. prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada em relação à legislação societária.

Nos termos da Lei 6.404, de 1976 (“Lei das S.A.”), o art. 124, §1º, II, com redação dada pela Lei nº 14.195, de 2021, as assembleias das companhias abertas são convocadas, em primeira convocação, com antecedência de pelo menos 21 (vinte e um) dias e, em segunda convocação, com prazo de antecedência de no mínimo 8 (oito) dias.

b. competências

A Companhia observa as regras da Lei das S.A. relativas às competências da Assembleia Geral. Nesse sentido, compete aos acionistas, reunidos em Assembleia Geral, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) reformar o Estatuto Social da Companhia, inclusive para alterar o objeto social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o parágrafo 1º do artigo 59, da Lei das S.A.;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação dos bens com que o acionista concorrer para a formação do capital;
- (vii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
- (viii) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos às Assembleias Gerais da Companhia estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seguinte endereço: na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olympia Semeraro, 675, 1º andar, sala 06, Prédio Administrativo 01, Bairro Jardim Santa Emília, CEP 04183-090.

Adicionalmente, os documentos relativos às assembleias gerais estarão à disposição dos acionistas na página da internet: (i) da CVM, no endereço eletrônico: <http://www.cvm.gov.br>; ou 2) da Companhia, no endereço eletrônico: <http://www.whirlpool.com.br/investidor>.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia informa que não tem qualquer mecanismo formalizado ou política de identificação e solução de conflitos de interesse destinado à identificação e administração de conflitos de interesse no âmbito das Assembleias Gerais, além daqueles impostos por lei.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não tem regras ou práticas específicas para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, observando, portanto, o disposto no artigo 126 da Lei das S.A. e na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”).

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A.

As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ 2014/3578, julgado em 4.11.2014).

Ainda, nos termos do art. 126 da Lei das S.A., com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano.

Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários.

O procurador deverá comparecer à Assembleia Geral munido da procuração, revestida das formalidades indicadas, bem como de documentos que comprovem sua identidade.

Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos:

- (i) cópia do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral –RG, Carteira Nacional de Habilitação –CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da Assembleia;

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

(iii) cópia do instrumento de outorga de poderes de representação e/ou documentos que comprovem os poderes de representante legal do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do estatuto ou contrato social;

(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da Assembleia.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo em vigor.

Os documentos expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados/apostilados em Consulado Brasileiro, ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em consulado brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico, desde que com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que sejam considerados suficientes pela Companhia para comprovar a autoria e integridade do documento.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM 81, os acionistas que desejarem exercer o seu direito de voto à distância podem enviar o boletim de voto a distância no endereço eletrônico assembleia2022@whirlpool.com, os documentos abaixo indicados:

a) Via física do boletim de voto à distância relativo à Assembleia Geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado com firma reconhecida ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários;

b) Extrato indicando a posição acionária atualizada do acionista na Companhia;

c) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

(i) Pessoa Física: documento de identidade válido com foto, ou, caso aplicável, documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração.

(ii) Pessoa Jurídica: documento de identidade válido com foto do representante legal e cópia dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição dos administradores que assinarem o boletim ou outorgarem procuração que terceiro represente o acionista.

(iii) Fundo de Investimentos: documento de identidade válido com foto do representante e documentos comprobatórios de representação, incluindo instrumento de mandato e cópia do regulamento do fundo em vigor, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e da ata de eleição dos administradores do administrador ou do gestor que assinarem o boletim ou outorgarem procuração que terceiro represente o acionista.

(iv) Participação por Procurador: A representação por meio de procurador para apresentação de boletim de voto a distância deverá observar aos requisitos e critérios indicado no item “f” anterior.

Os documentos deverão ser enviados na forma aqui indicada com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 81. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Para a solicitação da adoção do voto múltiplo no boletim de voto à distância, quando for o caso, os acionistas deverão observar as regras estabelecidas na Resolução CVM 81, bem como o disposto no artigo 141 da Lei das S.A.

Após o recebimento dos documentos, conforme exigido pela Resolução CVM 81, a Companhia entrará em contato com o acionista, pelo e-mail informado no boletim de voto, visando a informá-lo sobre o recebimento e, caso verificada a regularidade dos documentos e do boletim, sobre a aceitação de seu voto, ou sobre eventual necessidade e prazos e procedimentos para a retificação e reenvio se não cumpridas todas as exigências aqui determinadas e conforme previstas na regulamentação aplicável.

Os prazos informados nesse item “g”, observarão o disposto na Resolução CVM 81, suas eventuais alterações e normas sucessoras.

Os procedimentos para envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para custodiante do acionista cujas ações estejam depositadas em depositário central ou para instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, conforme autorizado pelo artigo 27, inc. II da Resolução CVM 81, estão descritos no item 12.2 ‘k’ deste Formulário de Referência.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância. O envio do boletim de voto a distância e/ou documentação pertinente para participação na assembleia deve ser realizado por meio do endereço eletrônico assembleia2022@whirlpool.com.

Como regra, a Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de participação a distância. No caso de assembleia geral realizada de modo exclusivamente ou parcialmente digital, a disponibilização de sistema eletrônico para participação dos acionistas e divulgação das informações pertinentes relativas ao sistema eletrônico e para seu acesso serão realizadas nos termos da Resolução CVM 81.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adota prática diferenciada para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância, aplicando-se o previsto na legislação societária.

Nos termos do art. 37 da Resolução CVM 81, é facultado aos acionistas incluir nos boletins de voto à distância disponibilizados por ocasião de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias (a) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia; e (b) propostas de deliberação, observados os percentuais de determinada espécie de ações e do total do capital social previstos nos Anexos N e O, respectivamente.

Caso o acionista, que detenha o percentual mínimo obrigatório conforme acima, queira incluir deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal da Companhia no boletim de voto à distância será necessário apresentar tais solicitações por meio de correspondência enviada ao endereço abaixo indicado, observados os prazos previstos no artigo 37 da Resolução CVM 81:

Whirlpool S.A. - Diretoria de Relações com Investidores

Rua Olympia Semeraro, 675, 1º andar, sala 6, Prédio Administrativo 1, Bairro Jardim Santa Emília, CEP 04183-090, São Paulo/SP.

As solicitações de inclusão devem ser formuladas de acordo com o artigo 32 da Resolução CVM 81 e vir acompanhadas dos seguintes documentos: (a) informações elencadas nos artigos 9º a 25 da Resolução CVM 81 a respeito dos candidatos e/ou da proposta objeto de inclusão no boletim de voto a distância; (b) indicação das vagas a que os candidatos propostos concorrerão, conforme o caso; (c) documentos que comprovem a qualidade de acionista, mencionados no item 12.2 “g” deste Formulário de Referência; (d) documentos que comprovem a participação acionária requerida para referida solicitação; e (e) no caso de inclusão de proposta, informações descritas no Anexo P da Resolução CVM 81 a respeito do acionista que solicitar a inclusão.

Em até 3 (três) dias úteis do recebimento da solicitação de inclusão, nos termos do artigo 39 da Resolução CVM 81, a Companhia informará aos acionistas requerentes se a proposta de deliberação ou os candidatos constarão do boletim de voto à distância a ser divulgado pela Companhia ou, caso contrário, os motivos pelos quais tal solicitação não cumpre o disposto

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

na regulamentação aplicável indicando, nesse caso, os documentos ou alterações necessárias à sua retificação.

Os prazos e disposições informados nesse item “i”, observarão o disposto na Resolução CVM 81, suas eventuais alterações e normas sucessoras.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

O boletim de voto a distância será disponibilizado, nos prazos legais aplicáveis, no site de Relações com Investidores da Companhia e no site da CVM, detalhando todos os requisitos necessários e orientações a respeito da votação à distância.

Ainda, conforme facultado pelo artigo 27 da Resolução CVM 81, além da possibilidade de votar à distância por meio do envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto à distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto à distância, observado o prazo de até 7 (sete) dias antes da assembleia geral previsto no artigo 27 da Resolução CVM 81, a saber:

(i) aos agentes de custódia do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou

(ii) ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, nos termos da regulamentação aplicável. Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com o Banco Bradesco S.A. para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

Referidos prestadores de serviço comunicarão diretamente aos acionistas que os utilizarem o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

O agente de custódia e a instituição escrituradora verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia no momento de realização da

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

assembleia geral, após o recebimento das informações dos prestadores de serviços de custódia e escrituração.

Caso haja divergências entre o boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto proveniente do escriturador deve prevalecer.

Os prazos informados nesse item “k”, observarão o disposto na Resolução CVM 81, suas eventuais alterações e normas sucessoras.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**12.3 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração.****a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 10 vezes, sendo 04 reuniões ordinárias e 06 reuniões extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e de política interna de conflito de interesses, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

A Companhia não dispõe de uma Política de Indicação e de Preenchimento de Cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**12.4 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem.**

Não há previsão de cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem no Estatuto Social da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	25/02/1969	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023.	1
128.207.298-60	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	13/05/2021	Sim	0%
Vice-Presidente de Finanças para a América Latina e Diretor de Relação com Investidores da Whirlpool S.A					
Evelyn Rios Veronese	26/10/1973	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023.	1
195.114.178-43	Engenheira de Produção	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	13/05/2021	Sim	0%
Diretora Vice-Presidente de Manufatura e EH&S					
Gustavo Gelati Ambar	20/04/1978	Pertence apenas à Diretoria	13/05/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023.	1
287.392.538-80	administrador de empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	13/05/2021	Sim	0%
Diretor Vice Presidente de Vendas, Marketing e Consumer Care					
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	05/08/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023.	1
160.640.478-44	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	28/04/2021	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Vice-Presidente Jurídico, Relações Institucionais, Regulatório, Sustentabilidade, Segurança Corporativa, Compliance e Comunicação					
Andrea Neves Clemente Hand	23/03/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023.	1
183.518.778-16	administradora de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2021	Sim	100%
Vice-Presidência de Recursos Humanos da Whirlpool na América Latina, englobando as áreas de Business Partners, Recursos Humanos de Manufaturas, Recursos Humanos de Operações, Remuneração e Benefícios.					
Antonio Mendes	07/12/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023	8
037.998.408-34	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2021	Sim	100%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
João Carlos Costa Brega	05/05/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2021	Até a AGO da Companhia que aprovar as contas do exercício que se encerrar em 31 de dezembro de 2023.	5
048.506.488-00	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2021	Sim	100%
MARCELO CURTI	09/01/1962	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
036.305.588-60	Economista	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Luiz Fernando Ferraz de Rezende	08/02/1965	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
074.032.588-43	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Fabio de Carvalho e Mello Curti	30/04/1982	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
224.785.438-93	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Edgard Massao Raffaelli	11/03/1963	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
050.889.138-85	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Massao Fábio Oya	07/11/1981	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
297.396.878-06	Contador	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	28/04/2022	Não	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/1970	Conselho Fiscal	28/04/2022	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023	1
136.012.018-10	Economista	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	28/04/2022	Não	0%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto - 128.207.298-60

Vice-Presidente de Finanças para a América Latina e Diretor de Relação com Investidores da Whirlpool S.A. desde agosto de 2019. Anteriormente, ocupou a posição de Vice-Presidente Global de Finanças, Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados da Embraco para o Brasil, México, Estados Unidos, Itália, Eslováquia, Rússia e China por dois anos. Com consolidada experiência executiva internacional, foi Chief Financial Officer, Diretor de Relação com Investidores e responsável pela área Jurídica do Grupo Fleury, tendo ocupado posições de liderança, em âmbito tanto nacional quanto internacional, nas áreas financeira, controladoria, planejamento financeiro, sistemas de informação, recursos humanos, jurídica e operações em empresas como RR Donnelley, Alpargatas, Natura e General Mills. É bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, possui MBA em Controladoria Financeira pela Universidade de São Paulo (USP), e Mestrado em Finanças Corporativas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), tendo, ainda, formação executiva pela IE Business School em Acquisitions and Structured Financing. Nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Adolpho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Evelyn Rios Veronese - 195.114.178-43

A Sra. Evelyn entrou para o quadro de funcionários da Whirlpool no ano de 2002. Desde então, a Sra. Evelyn ocupou diversas posições na Companhia, tais como: Market Operations Manager, Marketing Manager na Europa (Itália), P4G PMO e Sales Director. Em janeiro de 2015, a Sra. Evelyn se tornou Commercial Planning & Logistics Senior Director. E no início do ano de 2016 A Sra. Evelyn assumiu as áreas de Manufatura & EHS e em janeiro de 2017 as áreas de Qualidade e Customer Service. A Sra. Evelyn possui mais de 20 anos de experiência em diversas indústrias (automotiva, telecomunicações e eletrodomésticos) em diferentes áreas, tais como: Vendas, Marketing, Finanças, Planejamento Comercial e Execução (S&OP), Logística, Manufatura & EHS, Qualidade e Customer Service. A Sra. Evelyn é graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, e possui mestrado em Business Administration pela Fundação Dom Cabral e diplomada em Leadership Strategy pelo MIT Management Sloan School.

Nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Evelyn declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Gustavo Gelati Ambar - 287.392.538-80

Formado em Administração de Empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, e possui Mestrado em Administração e Marketing pela USP – Universidade de São Paulo. Possui mais de 19 anos de experiência na área de bens de consumo, tendo atuado em empresas de grande porte de diversos segmentos, tais como, Philip Morris International, PepsiCo, Danone. Atualmente, desde agosto de 2018, é Diretor Vice Presidente de Vendas, Marketing e Consumer Care da Companhia. Nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Gustavo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina - 160.640.478-44

Formado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-graduado em Direito Ambiental pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos IPEJ (Cesusc), e possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Entre 2001 e 2003, atuou como advogado no escritório de advocacia Xavier, Bernardes, Bragança. Em 2003, ingressou como Advogado Sênior no grupo Whirlpool, onde foi Diretor Jurídico, Diretor de Relações com Investidores da Whirlpool S.A. e, atualmente, ocupa a posição de Vice Presidente para a América Latina das áreas Jurídico, Compliance, Segurança Corporativa, Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório. O Sr. Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Advogado no Escritório Xavier, Bernardes e Bragança (2001-2003).

Andrea Neves Clemente Hand - 183.518.778-16

Graduada em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior, pela Universidade Mackenzie. É pós-graduada em Business Administration pelo INSPER e possui MBA em Gestão de Negócios e Operações pela FGV. A Sra. Andrea Clemente ingressou na Whirlpool S.A. em 2004, na área de Logística (onde atuou em diversas frentes). Trabalhou na área de Administração Comercial e desde 2010 faz parte da área de Recursos Humanos. Atualmente, a Sra. Andrea Clemente responde pela Vice-Presidência de Recursos Humanos da Whirlpool na América Latina, englobando as áreas de Business Partners, Recursos Humanos de Manufaturas, Recursos Humanos de Operações, Remuneração e Benefícios, Desenvolvimento Organizacional, Diversidade & Inclusão e Relações Trabalhistas & Sindicais. Previamente à Whirlpool, A Sra. Andrea Clemente atuou em empresas de comércio exterior por cerca de 10 anos. A Sra. Andrea Neves Clemente Hand declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Andrea Neves Clemente Hand declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Antonio Mendes - 037.998.408-34

Antonio Mendes é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (1964) e tem Mestrado ±Master of Comparative Law ±pela Duke Law School, Durham, NC, USA (1967). Tornou-se Sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados em 1973, onde trabalhou até sua aposentadoria no final do ano de 2010. É reconhecido no meio jurídico por sua consolidada experiência em Direito Empresarial. Exerceu por três anos (2001-2004) o mandato de Membro do Board of Visitors of Duke Law School. Foi Presidente do Conselho da Cultura Inglesa de São Paulo, uma organização sem fins lucrativos, no período de 2010-2017. Foi Membro do Conselho de Administração da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A ±USIMINAS (2019-2020). Cargos ocupados em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Advogado no Pinheiro Neto - Advogados. O Sr. Antonio Mendes declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Antonio Mendes declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. Nenhuma das empresas indicadas anteriormente integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00

João Carlos Brega é Presidente do Conselho de Administração da Whirlpool S/A e Vice-presidente da Whirlpool Corporation. Nascido em São Paulo, em 05 de maio de 1963, Brega trabalha na Whirlpool há mais de 25 anos e já foi o presidente da Whirlpool no Canadá e no México. Também atuou como diretor de Finanças, Tecnologia da Informação, Planejamento Estratégico e Relações com o Mercado para a América Latina. Foi o principal líder da área financeira nos Estados Unidos e responsável pelas operações da Whirlpool Latin America na Argentina e no Chile. Brega é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e, desde 2016, é membro consultivo da AACD. Adicionalmente, o Sr. João Carlos Brega declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

MARCELO CURTI - 036.305.588-60

O Sr. Marcelo Curti é economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo (FAAP) em 1985, pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) em 1986, além de sócio-diretor da Rio Branco Consultores Associados Ltda e da MAIOL Assessoria em Gestão Empresarial Ltda. Atuou no Grupo Safra de 1981 a 2008, exercendo, nesta oportunidade, o cargo de Diretor Estatutário. É membro efetivo do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Cosan S.A., Comgás S.A., entre outros. Já atuou, também, nos Conselhos Fiscais da Whirlpool S.A., Gol Linhas Aéreas S.A., Aceco TI S.A. e Camil S.A. É Conselheiro de Administração da Indústria de Motores Anauger S.A., Taubaté Nova Fronteira, Marisca e Embaúva S.A. O Sr. Marcelo Curti declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Curti declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Marcelo Curti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor além das indicadas. Nenhuma das empresas indicadas anteriormente integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Luiz Fernando Ferraz de Rezende - 074.032.588-43

O Sr. Luiz Fernando de Rezende é advogado graduado pela Universidade de São Paulo em 1987, com cursos de pós-graduação na UNIP, FGV, IBMEC, PUC; advogado de empresas desde 1988 com atuação no Banco Safra, Companhia Cimento Portland Itaú (Votorantim Cimentos) e Banco Itaú; desde 2011, é sócio da Rio Branco SP Consultores Associados; desde 1993 professor de Direito Tributário e Direito de Empresas da Unip ±Universidade Paulista. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da Whirlpool S/A, e da Vicunha Aços S/A, Vicunha Steel S/A, Vicunha Participações S/A, Elizabeth S/A Indústria Têxtil e Ômega Energia S/A. O Sr. Luiz Fernando de Rezende declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Luiz Fernando de Rezende declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Luiz Fernando de Rezende não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor além das indicadas. Nenhuma das empresas indicadas anteriormente integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Fabio de Carvalho e Mello Curti - 224.785.438-93

O Sr. Fábio Curti é economista graduado pela FMU, perito judicial e assistente técnico em perícias judiciais e arbitrais. O Sr. Fabio é associado da Rio Branco Consultores Associados desde 2012, empresa que presta serviços de assessoria econômico-financeira com experiência em Fusões e Aquisições, análise de viabilidade de investimentos, gestão e governança, assistência judicial, arbitral e assessoria a administradores judiciais. O Sr. Fábio Curti declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Fábio Curti declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Fábio Curti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor além das indicadas. Nenhuma das empresas indicadas anteriormente integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Fábio Curti declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Edgard Massao Raffaelli - 050.889.138-85

O Sr. Edgar Massao Raffaelli é administrador público graduado pela EAESP-FGV. Em 1988, iniciou a carreira como Trainee do Banco Safra S.A., onde trabalhou por mais de 20 anos nas áreas de controladoria (APC, Controladoria Internacional e Planejamento e Gestão de Investimentos-Telecom) e de governança corporativa (Secretário do Comitê Executivo). Foi professor da FOC-FAEC (Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis das Faculdades Oswaldo Cruz) entre 2003 e 2007. É sócio fundador da Rio Branco Consultores Associados. É membro dos Conselhos Fiscais das seguintes Companhias: Hypera S.A. (suplente), Rio Parapanema Energia S.A. (suplente) e Indústria de Motores Anauger S.A. (efetivo). O Sr. Edgard Raffaelli declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Edgard Raffaelli declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável. O Sr. Edgard Raffaelli não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor além das indicadas. Nenhuma das empresas indicadas anteriormente integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual ou superior a 5% da mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Massao Fábio Oya - 297.396.878-06

O Sr. Massao Fábio é contador, especializado em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais e Administração de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abr/17), Rossi Residencial S.A. (desde abr/17), Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), Whirlpool S.A. (desde abr/21 e de abr/18 a jul/20), Bicycles Monark S.A. (desde abr/15) e Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. (desde abr/22), sendo também Conselheiro Fiscal Suplente: Schulz S.A. (desde abr/17), Tupy S.A. (desde mai/20), Mahle Metal Leve S.A. (desde mai/20) e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (desde abr/21). Atualmente, também é Conselheiro de Administração da Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/18) e foi da Minupar Participações S.A. (jun/21 a abr/22). Anteriormente foi Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzel S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A. – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (abr/15 a abr/17 e abr/10 a abr/11), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (abr/15 a abr/17 e abr/13 a abr/14), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (out/14 a out/18), WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (out/11 a abr/20), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (jun/19 a jul/20 e de abr/15 a abr/16), São Martinho S.A. (jul/17 a jul/20), Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (abr/17 a fev/21) e Centro de Imagem Diagnósticos S.A. (abr/21 a abr/22). No período de 2009 a 2019, trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda (Associado de 2009 a 2013 e Sócio de 2013 a 2019), prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa. O Sr. Massao Fabio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor além das indicadas. Nenhuma das empresas acima mencionadas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Massao Fabio declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM e suas penas ou qualquer condenação que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Massao Fabio declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Maria Elvira Lopes Gimenez - 136.012.018-10

A Sra. Maria Elvira é bacharel em ciências econômicas pelo Instituto Santanense de Ensino Superior Uni Sant'Ana e, atualmente, está cursando ciências contábeis nas Faculdades Metropolitanas Unidas. Desde 2015, atua como conselheira fiscal em diversas companhias. Entre abril de 2018 e julho de 2020, a Sra. Maria Elvira atuou como membro suplente do conselho fiscal da Companhia. Além disso, entre março de 2013 e setembro de 2019, a Sra. Maria Elvira atuou como sócia da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda., empresa de prestação de serviços e consultoria. Nos últimos 5 anos, a Sra. Maria Elvira atuou como conselheira fiscal titular na AES Tietê Energia S.A. (abr/2016 – abr/2017), e como conselheira fiscal suplente na Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/2015 – mar/2016), na Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/Sabesp (abr/2016 – abr/2017), , na São Martinho S.A. (jul/2018 – jul/2018), na WLM Part. e Comércio de Máq. e Veículos S.A. (abr/2017 a abr/2020) e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (mar/2021 a junho/2021). Atualmente, a Sra. Maria Elvira atua como membro titular do conselho fiscal da WLM Part. e Comércio de Máq. e Veículos S.A. (desde mai/2020), na Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/Sabesp (desde mai/2021), Minupar Participações S.A (desde jun/2021) e como conselheira fiscal suplente na Bicletas Monark S.A. (desde abr/2017); Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/2016); na Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abr/2018); na Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/2017), na Rossi Residencial S.A. (desde abr/2020), e na Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (desde jun/2019). A Sra. Maria Elvira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor além das indicadas. Nenhuma das empresas acima mencionadas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Maria Elvira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não teve suspeita (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. A Sra. Maria Elvira não é considerada uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto - 128.207.298-60	
N/A	
Evelyn Rios Veronese - 195.114.178-43	
N/A	
Gustavo Gelati Ambar - 287.392.538-80	
N/A	
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina - 160.640.478-44	
N/A	
Andrea Neves Clemente Hand - 183.518.778-16	
N/A	
Antonio Mendes - 037.998.408-34	
N/A	
João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00	
N/A	
MARCELO CURTI - 036.305.588-60	
N/A	
Luiz Fernando Ferraz de Rezende - 074.032.588-43	
N/A	
Fabio de Carvalho e Mello Curti - 224.785.438-93	
N/A	
Edgard Massao Raffaelli - 050.889.138-85	
N/A	
Massao Fábio Oya - 297.396.878-06	

N/A

Maria Elvira Lopes Gimenez - 136.012.018-10

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês estatutários ou outros.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre as pessoas indicadas nos itens dessa questão.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00		Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Gustavo Gelati Ambar	287.392.538-80	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Carlos Costa Brega Presidente do Conselho de Administração	048.506.488-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. Membro do Conselho de Administração	63.699.839/0001-80		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina Membro do Conselho de Administração	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A. Presidente do Conselho de Administração	22.172.203/0001-06		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina Membro do Conselho de Administração	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. Administrador	62.058.318/0007-76		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina Membro do Conselho de Administração	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
CNB Consultoria Ltda. Administrador	45.443.322/0001-43		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Evelyn Rios Veronese Diretora Vice-Presidente	195.114.178-43	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
MLOG Armazém Geral Ltda. Administradora	05.117.268/0001-21		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Evelyn Rios Veronese Diretora Vice-Presidente	195.114.178-43	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. Diretora	63.699.839/0001-80		
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto Diretor	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. Diretor	63.699.839/0001-80		
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlador Direto
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função				
Diretor				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20			
Administrador				
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle		Controlada Direta
Diretor				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	62.058.318/0007-76			
Administrador				
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00	Controle		Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20			
Administrador				
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle		Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administradora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administradora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administradora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administradora			
Observação			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função				
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06			
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle		Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	62.058.318/0007-76			
Administrador				
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle		Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43			
Administrador				
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do Emissor</u>				
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle		Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa Relacionada</u>				
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09			
Administrador				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlador Direto
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlador Direto
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	62.058.318/0007-76		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Gustavo Gelati Ambar	287.392.538-80	Controle	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	62.058.318/0007-76		
Administrador			
Observação			

Administrador do Emissor			
Gustavo Gelati Ambar	287.392.538-80	Controle	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Evelyn Rios Veronese	195.114.178-43	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Diretora			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administradora			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andrea Neves Clemente Hand	183.518.778-16	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administradora			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Mendes	037.998.408-34	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Brasmotor S.A	59.105.999/0001-86		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.			
Administrador			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Administrador			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	62.058.318/0007-76		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
João Carlos Costa Brega	048.506.488-00	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Beijing Embraco Snowflake Compressor Company Limited.(BESCO)			
Membro do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
Diretor			
Pessoa Relacionada			
CNB Consultoria Ltda.	45.443.322/0001-43		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina	160.640.478-44	Controle	Controlador Direto
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool do Brasil Ltda	46.267.514/0001-09		
Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto	128.207.298-60	Controle	Controlador Direto
Diretor			
Pessoa Relacionada			
Brasmotor Ltda	61.084.984/0001-20		
Administrador			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Adolpho Cyriaco Nunes de Souza Neto Diretor	128.207.298-60	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. Administrador	62.058.318/0007-76		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Andrea Neves Clemente Hand Membro do Conselho de Administração	183.518.778-16	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Brasmotor S.A Membro do Conselho de Administração	59.105.999/0001-86		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gustavo Gelati Ambar Diretor	287.392.538-80	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda. Administrador	62.058.318/0007-76		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gustavo Gelati Ambar Diretor	287.392.538-80	Controle	Controlada Direta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	22.172.203/0001-06		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Observação			

Administrador do Emissor			
Evelyn Rios Veronese	195.114.178-43	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice-Presidente			
Pessoa Relacionada			
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	63.699.839/0001-80		
Diretora			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.**

A Companhia mantém vigente Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor. A atual apólice prevê limite máximo de indenização de aproximadamente R\$ 74.548.650,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais) sujeito a sub limites e franquias específicas para cada cobertura contratada.

A Companhia entende que os pagamentos de multas pelas seguradoras visam o melhor interesse da Companhia, uma vez que permite aos administradores maior segurança no exercício de suas funções. Ademais, não estão abrangidas pelo seguro, dentre outras e observadas as condições da apólice, condutas resultantes de ato ilícito doloso ou culpa grave equiparável ao dolo praticado. O prêmio total pago pelo seguro perfaz o montante de R\$ 32.304,00.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá estabelecer políticas, programas, compromissos ou instrumentos de indenização e indenidade abrangendo administradores, membros de comitês, do conselho fiscal, empregados e outros colaboradores e funcionários da Companhia ou de suas controladas; ou aqueles que tenham sido indicados pela Companhia para exercer essas funções, estatutárias ou não, ou outros cargos de representação ou gestão na Companhia ou suas controladas, ou em outras entidades nas quais a Companhia seja sócia, acionista, quotista, patrocinadora ou detenha qualquer participação, sejam funcionários ou não; ou ainda, aqueles que já tenham ocupado quaisquer das posições e funções mencionadas, relacionadas a atos praticados em ou do desempenho do exercício de suas funções. A Política de Indenidade aprovada pelo Conselho de Administração foi enviada à CVM em 11 de novembro de 2021.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Não aplicável.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração da Whirlpool tem como objetivo promover a atração e retenção de profissionais qualificados para funções específicas. Para garantir o alinhamento com o mercado, a Whirlpool contrata consultorias especializadas para a realização de pesquisas salariais e de benefícios no mercado, as quais são realizadas com empresas de tamanho, número de funcionários e faturamento similar. As pesquisas salariais são realizadas anualmente, e com base nos resultados, são efetuados os ajustes na remuneração.

b. Composição da remuneração, indicando:

Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- **Conselho de Administração:**

O Conselho de Administração é composto por dois tipos de profissionais: conselheiros externos cuja remuneração é composta exclusivamente por remuneração fixa, salário fixo / honorários, e conselheiros que exercem outras funções de Diretoria estatutária ou não estatutária, no emissor, cuja remuneração é paga integralmente como Diretores pela própria Whirlpool S.A.

- **Diretoria (Estatutária / Não Estatutária):**

Para a Diretoria, a política de remuneração é composta dos seguintes elementos, em linha com as práticas de mercado:

Salário fixo: representa os honorários e/ou salário base anual, para garantir o alinhamento e competitividade frente ao mercado bem como o equilíbrio interno entre as diversas funções.

Benefícios: representa os benefícios mais tradicionais concedidos pelo mercado, tais como: assistência médica e odontológica, previdência privada, automóvel, combustível, entre outros. O objetivo é manter a competitividade frente ao mercado.

Incentivo de Curto Prazo: representa a composição da remuneração atrelada aos indicadores de desempenho do exercício social da Companhia e individual. Esse programa tem como objetivo manter o foco dos executivos no resultado de curto prazo – exercício social, mas também com metas atreladas a resultados de longo prazo.

Incentivo de Longo Prazo: representa a composição da remuneração atrelada aos indicadores de desempenho da companhia de longo prazo. O programa tem como objetivo manter o foco dos executivos no resultado de longo prazo com metas de crescimento, inovação, entre outras. As concessões são efetuadas na Whirlpool Corporation nos Estados Unidos e em dólar.

A soma dos quatro elementos acima representa a Remuneração Total dos diretores estatutários e não estatutários.

● Conselho Fiscal:

Quando o Conselho Fiscal estiver instalado, os seus membros fazem jus a remuneração fixa mensal, em conformidade com o art. 162, §3º, da Lei das S.A., equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) da remuneração média que for atribuída a cada diretor estatutário, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. A remuneração fixa visa a oferecer compensação direta aos membros do Conselho Fiscal pelos serviços prestados e reconhecer e refletir a demanda de tempo, responsabilidades e complexidade inerentes ao cargo. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios, nem remuneração variável pelo exercício do cargo. Quando necessário, os membros do Conselho Fiscal são pagos ou reembolsados pelas despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo. Nota-se, por fim, que os membros suplentes do Conselho Fiscal receberão remuneração conforme venham efetivamente a desempenhar as respectivas funções, proporcionalmente ao período em que permanecerem no exercício do cargo.

● Comitês

A Companhia não possui comitês estatutários e/ou quaisquer comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

Em relação aos últimos 3 exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2021 foram aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário	100%	100%	32,2%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	5,3%	0%	0%
Participação em Comitês	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%
Remuneração Variável					
Incentivo de Curto Prazo	0%	0%	24,9%	0%	0%
Incentivo de Longo Prazo	0%	0%	0%	0%	0%
Participações em Reuniões	0%	0%	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%

Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	0%	0%
Cessa��o do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	0%	0%
Remunera��o Baseada em A��es	0%	0%	37,6%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	0%	0%

De acordo com a tabela abaixo, as propor  es de cada elemento na remunera  o total para o exerc  cio social de 2020 foram aproximadamente:

Composi��o da Remunera��o	Conselho de Administra��o	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remunera��o Fixa Mensal					
Salário	100%	100%	36,5%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	6,5%	0%	0%
Participa��o em Comitês	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%
Remunera��o Variável					
Incentivo de Curto Prazo	0%	0%	17,1%	0%	0%
Incentivo de Longo Prazo	0%	0%	0%	0%	0%
Participa��es em Reuniões	0%	0%	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%
Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	0%	0%
Cessa��o do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	0%	0%
Remunera��o Baseada em A��es	0%	0%	39,9%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	0%	0%

De acordo com a tabela abaixo, as propor  es de cada elemento na remunera  o total para o exerc  cio social de 2019 foram aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário	100%	100%	38,6%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	7,7%	0%	0%
Participação em Comitês	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%
Remuneração Variável					
Incentivo de Curto Prazo	0%	0%	29,6%	0%	0%
Incentivo de Longo Prazo	0%	0%	0%	0%	0%
Participações em Reuniões	0%	0%	0%	0%	0%
Comissões	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%	0%
Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	0%	0%
Cessação do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	0%	0%	24,1%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	0%	0%

Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A revisão do salário fixo ou mesmo eventualmente dos targets dos incentivos de curto e longo prazo é realizada anualmente, de acordo com a evolução do mercado, desempenho individual e posição frente ao mercado. As propostas de revisão são alinhadas e aprovadas com o CEO da Companhia. O pacote de benefícios também é avaliado anualmente e eventuais ajustes são efetuados para garantir o alinhamento com o mercado.

Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração nos diversos elementos possibilita a comparação e alinhamento ao mercado.

O posicionamento adequado do Salário Fixo e Benefícios promovem a atração e retenção dos profissionais na organização.

A remuneração variável (incentivos de curto e longo prazo) garante o foco dos executivos com os resultados da companhia de curto e longo prazo, uma vez que a remuneração variável de curto e longo prazo representa aproximadamente 60% da remuneração total.

Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros da administração (diretoria e conselho de administração) são remunerados. No entanto, pelo fato de alguns membros do Conselho de Administração também comporem a Diretoria, esses são remunerados exclusivamente como Diretores estatutários, razão pela qual não recebem nenhuma remuneração adicional por serem também membros do Conselho de Administração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho que determinam a remuneração são o desempenho individual e o desempenho da Companhia em âmbito regional e global.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os resultados de desempenho individual são referências para revisão do salário fixo, componentes da remuneração variável de curto prazo e para definir o crescimento na organização.

Para efeito de mensuração do desempenho individual são avaliados três fatores:

- Metas quantitativas: financeiras, de pessoas, de processos e estratégicos de cada área;
- Aspectos comportamentais: atendimento aos valores e código de ética da Companhia;
- Desenvolvimento: foco no treinamento / desenvolvimento individual.

Os instrumentos de gestão do desempenho individual são indicadores financeiros, de pessoas, de processos e estratégicos, somados a aspectos comportamentais e de desenvolvimento.

O desempenho da companhia regional e global é avaliado a partir de indicadores financeiros, tais como receita líquida, receita por inovação, resultado operacional, caixa e projetos relacionados a custo, indicadores relacionados ao consumo, como *market share* e qualidade, e indicadores de pessoas, como clima organizacional, *turnover* e plano de sucessão, e tem reflexo direto na remuneração variável de curto e longo prazo.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conforme já mencionado, a avaliação de desempenho individual, bem como a remuneração variável de curto e de longo prazo, direciona o desempenho dos executivos para a obtenção dos melhores resultados, sempre alinhados às expectativas e interesses da Companhia e seus acionistas.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Apenas as concessões referentes ao programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia são feitas através da controladora Whirlpool Corporation, cujo programa é registrado na Security Exchange Commission (SEC).

Atendendo ao requerimento do IFRS 2R/ CPC 10R, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras as despesas incorridas em transações destes planos de pagamento baseados em ações.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e**
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Processo decisório adotado pela Companhia envolve a política de remuneração da Whirlpool que tem como objetivo promover a atração e retenção de profissionais qualificados para funções específicas.

A Companhia adota como critérios e metodologia para fixação da remuneração de seus Administradores, como forma de garantir o alinhamento com o mercado, a contratação de consultorias especializadas para a realização de pesquisas salariais e de benefícios no mercado, as quais são realizadas com empresas de porte similar.

As pesquisas salariais são realizadas anualmente, e com base nos resultados, são efetuados os ajustes na remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	1,00	5,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	317.500,00	10.062.370,84	508.009,02	10.887.879,86
Benefícios direto e indireto	0,00	2.765.118,00	0,00	2.765.118,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	14.250.566,82	0,00	14.250.566,82
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	17.546.973,48	0,00	17.546.973,48
Observação	Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.	Benefícios diretos e indiretos: Benefícios calculados com base na média de custos. Bônus e Remuneração baseada em ações: Valores referentes à remuneração variável e Incentivos de longo prazo previstos, caso as metas sejam atingidas. O número de membros do órgão da Diretoria Estatutária foi apurado com base na média anual da quantidade de membros, levando-se em consideração 5 membros nos meses de janeiro a dezembro.	Conselho Fiscal implementado em 2021 e presente todos os meses de 2022.	
Total da remuneração	317.500,00	44.625.029,14	508.009,02	45.450.538,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	2,00	10,00
Nº de membros remunerados	1,00	5,00	2,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	227.133,33	14.952.876,24	384.006,72	15.564.016,29
Benefícios direto e indireto	0,00	2.470.000,00	0,00	2.470.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.558.836,38	0,00	11.558.836,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	17.391.000,00	0,00	17.391.000,00
Observação	Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está considerada como salário e não está contida no relatório.	Benefícios diretos e indiretos: Benefícios calculados com base na média de custos. Bônus e Remuneração baseada em ações: Valores referentes à remuneração variável e Incentivos de longo prazo previstos, caso as metas sejam atingidas. O número de membros do órgão da Diretoria Estatutária foi apurado com base na média anual da quantidade de membros, levando-se em consideração 5 membros no mês de janeiro a dezembro.	Em maio/2021 o Conselho Fiscal foi implementado. Seus custos estão contidos neste relatório a partir desta data. A quantidade de conselheiros foi apurado com base na média anual de membros, levando-se em consideração os 3 membros nos meses de Maio a Dezembro.	
Total da remuneração	227.133,33	46.372.712,62	384.006,72	46.983.825,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	5,00	1,71	10,71
Nº de membros remunerados	1,00	5,00	1,71	7,71
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	216.000,00	11.451.810,00	277.200,00	11.945.010,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.183.719,00	0,00	2.183.719,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.430.193,00	0,00	5.430.193,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	16.934.403,00	0,00	16.934.403,00
Observação	Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.	Benefícios diretos e indiretos: Benefícios calculados com base na média de custos. Bônus e Remuneração baseada em ações: Valores referentes à remuneração variável e ILP previstos, caso as metas sejam atingidas. O número de membros do órgão da Diretoria Estatutária foi apurado com base na média anual da quantidade de membros, levando-se em consideração 5 membros nos meses de janeiro a dezembro.	Em Ago/2020 o Conselho Fiscal deixou de existir devido a renúncias de seus membros. Por serem membros da Diretoria, seus custos adicionais não estão contidos neste relatório.	
Total da remuneração	216.000,00	36.000.125,00	277.200,00	36.493.325,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,08	3,00	11,08
Nº de membros remunerados	1,00	5,08	3,00	9,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	216.000,00	9.325.774,00	475.200,00	10.016.974,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.868.408,00	0,00	1.868.408,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.139.882,00	0,00	7.139.882,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.809.567,00	0,00	5.809.567,00
Observação	Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.	Benefícios diretos e indiretos: Benefícios calculados com base na média de custos. Bônus e Remuneração baseada em ações: Valores calculados com base nos resultados da companhia e Desempenho individual (pagamento em março/2019). O número de membros do órgão da Diretoria Estatutária foi apurado com base na média anual da quantidade de membros, levando-se em consideração 5 membros no mês de janeiro, 6 no mês de fevereiro e 5 membros nos meses de outubro a dezembro.		
Total da remuneração	216.000,00	24.143.631,00	475.000,00	24.834.831,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 (previsão)				
	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.250.566,82	0,00	14.250.566,82
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	7.125.283,41	0,00	7.125.283,41
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária; por sua vez, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	2,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12.802.351,84	0,00	12.802.351,84
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	6.529.440,16	0,00	6.529.440,16
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	11,558,836.38	0,00	11,558,836.38
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária; por sua vez, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,00	1,71,00	9,71
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	932.807,40	0,00	932.807,40
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.763.333,00	0,00	5.763.333,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	6.503.005,04	0,00	6.503.005,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	5.430.193,00	0,00	5.430.193,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária; por sua vez, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração (1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	5,08	3,00	11,08
Nº de membros remunerados	0,00	5,08	0,00	5,08

Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	351.080,00	0,00	351.080,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.730.000,00	0,00	2.730.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	5.255.502,00	0,00	5.255.502,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	7.139.882,00	0,00	7.139.882,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária; por sua vez, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da controladora Whirlpool Corporation. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de três anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações:

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são liberadas ao longo de um período de três anos, prescrevendo após dez anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método Black-Scholes para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (United States Zero Coupon Securities) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”:

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seletivo de empregados em cargos executivos, cuja aquisição de direito dá-se ao final de um período de três anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que podem variar de dois a dez anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são ações outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após três anos do período de concessão. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

b. Principais objetivos do plano

Os principais objetivos do programa são:

- Garantir o foco dos executivos nos indicadores e metas de longo prazo da Companhia;
- Garantir o alinhamento dos executivos da Companhia aos interesses dos acionistas;
- Garantir a atração e retenção dos profissionais na Companhia.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A contribuição se dá através do adequado alinhamento da estratégia da Companhia e respectivas metas de longo prazo para a concessão dos incentivos.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da companhia através do foco nos resultados de longo prazo.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Conforme já mencionado, a avaliação de desempenho individual, bem como a remuneração variável (incentivo de curto e longo prazo), direcionam o desempenho dos executivos para a obtenção dos melhores resultados, em linha com as expectativas dos acionistas.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não existe número máximo estabelecido.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não existe número máximo estabelecido.

h. Condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas, observando os seguintes critérios:

- Desde que estejam disponíveis (vested);
- Desde que não esteja em período de blackout - período em que os executivos não podem movimentar as ações, em virtude da divulgação dos resultados da Companhia no mercado americano.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Na concessão da opção, conforme item 13.4 a., o número de opções é calculado com base no valor da ação do dia da reunião do Conselho de Administração da Whirlpool Corporation – US (geralmente em fevereiro de cada ano). Quando do exercício da opção, o valor da ação é o valor vigente no mercado no dia da negociação.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

A disponibilidade (vesting) tem o prazo de três anos, sendo 1/3 a cada ano após a concessão. O limite de prazo para exercer as opções é de dez anos.

k. Forma de liquidação

O executivo compra e vende a ação geralmente no mesmo dia, para obter o ganho em relação ao valor concedido.

l. Restrições à transferência das ações

Com relação às ações compromissadas a cada exercício (Restricted Stock Units), não existe restrição de transferência após os períodos de vesting, uma vez que as mesmas já foram contabilizadas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

As alterações do plano podem ocorrer a qualquer momento, conforme a necessidade de melhorar a atratividade, ou mesmo ajuste de custos, conforme parâmetros de mercado.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

- Stock Options: no caso de desligamento da companhia, o executivo perde acesso a todas as opções vested e não vested.
- Restricted Stock Units: no caso de desligamento da companhia, o executivo perde o acesso as RSUs que não estão vested.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado:

	2019 (Estimado)	2020	2021	2022
Despesa reconhecida (R\$)	5.809.567,00	16.934.403,00	17.391.000,00	17.546.973,48

Ressalte-se que os montantes acima descritos se referem à remuneração baseada em ações dos Conselheiros e Diretores Estatutários da Companhia. As Demonstrações Financeiras de 31.12.2020 reportaram o montante de remuneração baseada em ações referente a todos os executivos da Companhia.

Valores previstos para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	3,00	5,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00
Outorga de opções de compra de ações -		
Data da outorga	N.A	14/02/2022
- Quantidade de opções outorgadas	N.A	6.680
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	33,33% 2023
	N.A	33,33% 2024
	N.A	33,33% 2025
- Prazo máximo para exercício das opções	N.A	10 anos
- Prazo de restrição à transferência das ações	N.A	N.A
- Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções -		
em aberto no início do exercício social	N.A	USD 196,62
- perdas durante o exercício social	N.A	N.A
- exercidas durante o exercício social	N.A	N.A
- expiradas durante o exercício social	N.A	N.A
Valor justo das opções na data de outorga	N.A	USD 53,16
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N.A	N.A
- Quantidade de RSUs outorgadas	N.A	702
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	33,33% 2023
		33,33% 2024
		33,33% 2025

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	3,00	5,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00
Outorga de opções de compra de ações -		
Data da outorga	N.A	15/02/2021
- Quantidade de opções outorgadas	N.A	6.142
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	33,33% 2022
	N.A	33,33% 2023
	N.A	33,33% 2024
- Prazo máximo para exercício das opções	N.A	10 anos
- Prazo de restrição à transferência das ações	N.A	N.A
- Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - em aberto no início do exercício social	N.A	USD 199,93
- perdas durante o exercício social	N.A	N.A
- exercidas durante o exercício social	N.A	N.A
- expiradas durante o exercício social	N.A	N.A
Valor justo das opções na data de outorga	N.A	USD 52,44
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N.A	N.A
- Quantidade de RSUs outorgadas	N.A	584
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	5,48% 2021
		37,97% 2022
		30,93% 2023
		25,62% 2024

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	4,00	5,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00
Outorga de opções de compra de ações -		
Data da outorga	N.A	17/02/2020
- Quantidade de opções outorgadas	N.A	10.848
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	33,33% 2021
	N.A	33,33% 2022
	N.A	33,33% 2023
- Prazo máximo para exercício das opções	N.A	10 anos
- Prazo de restrição à transferência das ações	N.A	N.A

- Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - em aberto no início do exercício social	N.A	USD 190,22
- perdas durante o exercício social	N.A	N.A
- exercidas durante o exercício social	N.A	N.A
- expiradas durante o exercício social	N.A	N.A
Valor justo das opções na data de outorga	N.A	USD 29,53
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N.A	N.A
- Quantidade de RSUs outorgadas	N.A	7.164
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	5,12% 2021 17,67% 2022 25,69% 2023 43,49% 2024

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	3,00	5,08
Número de membros remunerados	0,00	5,08
Outorga de opções de compra de ações - Data da outorga	N.A	18/02/2019
- Quantidade de opções outorgadas	N.A	12.225
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	33,33% 2020 N.A 33,33% 2021 N.A 33,33% 2022
- Prazo máximo para exercício das opções	N.A	10 anos
- Prazo de restrição à transferência das ações	N.A	N.A
- Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções - em aberto no início do exercício social	N.A	USD 148,76
- perdas durante o exercício social	N.A	N.A
- exercidas durante o exercício social	N.A	N.A
- expiradas durante o exercício social	N.A	N.A
Valor justo das opções na data de outorga	N.A	USD 139,36
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N.A	N.A
- Quantidade de RSUs outorgadas	N.A	23.283
- Prazo para se tornarem exercíveis	N.A	1,37% 2020 3,48% 2021 29,64% 2022 65,51% 2023

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutário ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Dados incluídos na tabela do item 13.5 acima.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Dados incluídos na tabela do item 13.5 acima.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

A Controladora aplica o método Black-Scholes para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são:

- (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (United States Zero Coupon Securities) com vencimento similar ao prazo da opção;
- (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e
- (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes

		2022 (estimado)	2021	2020	2019
Taxa de juros livre de risco	1,91%	0,5%	1,4%	2,5%	
Expectativa de volatilidade	37,4%	37,7%	29,3%	28,5%	
Expectativa de dividendos	2,89%	2,5%	3,2%	3,4%	
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

a. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

WHIRLPOOL S.A.		
ÓRGÃO	ON	PN
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Conselho Fiscal	0	0

WHIRLPOOL CORPORATION:

Diretoria Estatutária – Exercício Social 2021 *

- Opção de Ações ("Stock Options"): 37.031
- "Restricted Stock Units": 59.975

* Quando o Conselheiro é Diretor, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária.

Ressalte-se que os montantes acima descritos se referem à remuneração baseada em ações dos Conselheiros e Diretores Estatutários da Companhia. As Demonstrações Financeiras de 31.12.2021 reportaram o montante de remuneração baseada em ações referente a todos os executivos da Companhia.

b. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não há ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos da Companhia, detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

c. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não há ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A empresa possui dois planos de Previdência Privada:

Plano Fundador: plano do tipo Benefício Definido; a entrada neste plano foi encerrada em 1994, com a criação do Plano Não Fundador.

Plano Não Fundador: plano do tipo Contribuição Definida.

Para os conselheiros que exercem funções na Diretoria Estatutária, os números relativos ao plano de previdência serão consolidados no órgão Diretoria Estatutária.

Órgão 2020	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
Nome do Plano	Fundador	Não Fundador	Fundador	Não Fundador
Número de Membros por Plano	N	N	N	5
Quantidade de Administradores que reúnem condições para se aposentar	N	N	N	
Condições para se aposentar antecipadamente	N	N	N	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N	N	N	9.352.635,47
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N	N	N	783.395,80
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições feitas pela empresa			

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021
Nº de membros	5,00	5,00	5,08	3,00	4,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,08	1,00	1,00	1,00	3,00
Valor da maior remuneração Real	13.980.305,11	10.694.430,98	11.394.085,00	227.133,00	216.000,00	216.000,00	384.006,72
Valor da menor remuneração Real	2.601.731,90	2.259.673,67	2.017.938,00	227.133,00	216.000,00	216.000,00	384.006,72
Valor médio da remuneração Real	5.392.467,16	4.442.706,15	3.927.716,00	227.133,00	216.000,00	216.000,00	384.006,72

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório. (2) Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.
31/12/2020	(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório. (2) Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.
31/12/2019	(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório. (2) Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.

Conselho de Administração	
31/12/2021	(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório. (2) Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.
31/12/2020	Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório. Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.
31/12/2019	(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contida no relatório. (2) Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.

Conselho Fiscal	
31/12/2021	(1) Quando o Conselheiro é Diretor Estatutário, a remuneração é considerada na Diretoria Estatutária, quando o conselheiro é Diretor não estatutário, sua remuneração é considerada como salário e não está contia no relatório. (2) Para Conselho, apenas Remuneração fixa, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Para Diretoria Estatutária considera a remuneração total, conforme item 13.2.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou instrumentos pré-acordados que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há percentual da remuneração em razão de cargos exercidos em partes relacionadas nos três últimos exercícios sociais.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve nenhum pagamento para os grupos acima reconhecidos nos resultados dos controladores, de sociedades sob controle comum e de controladas. Os valores foram todos reconhecidos na Whirlpool S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não existem outras informações relevantes.

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):**

WHIRLPOOL S A – Quadro de empregados em 31 de dezembro de 2021

Unidade	Administrativo *	Operacional **	Total
Centro Administrativo (WHouse)	491	0	491
Unidade Joinville - Eletrodomésticos	729	6499	7328
Unidade Rio Claro	397	3759	4156
Unidade São Paulo	700	37	737
Total	2317	10295	12712

* Administrativo: Executivos, Chefes, Analistas

** Horistas: Mão de Obra Direta e Indireta (operacionais)

WHIRLPOOL S A – Quadro de empregados em 31 de dezembro de 2020

Unidade	Administrativo *	Operacional **	Total
Centro Administr.	565	0	565
Unidade Joinville - Eletrodomésticos	676	6018	6694
Unidade Rio Claro	364	3236	3600
Unidade São Paulo	577	36	613
Total	2.182	9.290	11.472

* Administrativo: Executivos, Chefes, Analistas

** Horistas: Mão de Obra Direta e Indireta (operacionais)

WHIRLPOOL S A – Quadro de empregados em 31 de dezembro de 2019

Unidade	Administrativo *	Operacional **	Total
---------	------------------	----------------	-------

Centro Administrativo	632	0	632
Unidade Joinville - Eletrodomésticos	718	5.279	5.997
Unidade Joinville - Compressores***	-	-	-
Unidade Rio Claro	368	3.000	3.368
Unidade São Paulo	550	35	585
Total	2.268	8.314	10.582

* Administrativo: Executivos, Chefes, Analistas

** Horistas: Mão de Obra Direta e Indireta (operacionais)

*** A Unidade Joinville - Compressores foi vendida para a Nidec com data efetiva 1 de Julho de 2019

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2021, o número total de terceiros era de 4.855.

2019	2020	2021
5.167	6.049	4.855

Unidade	2019	2020	2021
Centro Administr.	40	0	0
Unidade Joinville - Eletrodomésticos	2.276	3.051	2.575
Unidade Joinville - Compressores*	-	-	-
Unidade Rio Claro	2.217	2.517	1.742
Unidade São Paulo	634	481	538
Total	5.167	6.049	4.855

* A Unidade Joinville - Compressores foi vendida para a Nidec com data efetiva 1 de Julho de 2019

c. índice de rotatividade:

O índice de rotatividade para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de 8.96%.

A tabela abaixo mostra o resultado dos últimos quatro exercícios sociais:

2018	2019*	2020	2021
4,70%	5.36%	4.42%	8,96%

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

A manutenção do número de funcionários no exercício de 2021 foi em linha com a demanda de mercado, momento de pandemia e mudanças do cenário econômico.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:**a. Política de salários e remuneração variável**

Salário fixo: representa o salário base anual, para garantir o alinhamento e competitividade frente ao mercado bem como o equilíbrio interno entre as diversas funções. Este componente é reajustado com base nos acordos coletivos de cada localidade, bem como através de enquadramentos/méritos/promoções, que levam em consideração o posicionamento em relação ao mercado e ao desempenho e potencial do indivíduo.

Adicionalmente, contamos com o Incentivo de Curto Prazo que representa a composição da remuneração atrelada aos indicadores de desempenho de curto prazo (exercício fiscal) da companhia e do indivíduo. Esse programa tem como objetivo manter o foco dos colaboradores no resultado de curto prazo – exercício fiscal, mas também com metas atreladas a resultados de longo prazo.

b. Política de benefícios

O objetivo do pacote de Benefícios é manter a competitividade frente ao mercado. São oferecidos os seguintes benefícios aos colaboradores: assistência médica e odontológica, previdência privada, seguro de vida, alimentação, transporte, facilidade para compra dos produtos da empresa, entre outros. Com o objetivo de adequação ao mercado, são oferecidos alguns benefícios diferenciados para cargos/níveis específicos, a concessão de bônus de retenção a título de “verba para veículo executivos”.

Anualmente, a empresa avalia o seu pacote de benefícios perante o mercado e procura fazer as adequações necessárias.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- *Grupos de beneficiários*

São elegíveis ao plano de remuneração baseado em ações todos os executivos da empresa (já contemplados na remuneração dos administradores), escolhidos anualmente com base no critério de desempenho e potencial.

- *Condições para exercício*

A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 (três) anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais. O programa é composto por 2 (dois) elementos:

“Stock Options” (Opções de ações): *disponibilidade de opção de ações concedidas a preços de mercado, com as seguintes características:*

- i. Número de opções é calculado com base no valor da ação do dia da reunião do Conselho de Administração da Whirlpool Corporation – US (geralmente em fevereiro de cada ano)
- ii. Disponibilidade (vesting) para exercer as opções com prazo de 3 anos, sendo 1/3 a cada ano após a concessão;
- iii. Limite de prazo de 10 anos para exercer as opções;
- iv. No caso de desligamento da companhia, o executivo perde o benefício;
- v. O programa da Whirlpool está atrelado aos indicadores de desempenho da companhia de longo prazo, tais como: fluxo de caixa, inovação, qualidade, de pessoas, entre outros.

“Restricted Stock Units” (Unidades de Ações Restritas): compromisso de concessão de ações com as seguintes características:

- i. O número de ações é calculado com base no valor da ação do dia da reunião do Conselho de Administração da Whirlpool Corporation – US (geralmente em fevereiro de cada ano);
- ii. Disponibilidade (vesting) para exercer com prazo de 3 anos, sendo 1/3 a cada ano após a concessão para as ações restritas e de para as unidades de ações com base no desempenho 100% após 3 anos da concessão
- iii. Após o vesting a ação é transferida para o executivo;
- iv. No caso de desligamento da companhia, antes do vesting, o executivo perde o benefício.
- v. O programa da Whirlpool está atrelado aos indicadores de desempenho da companhia de longo prazo, tais como: fluxo de caixa, inovação, qualidade, de pessoas, entre outros.

Obs.: Na data do vesting ou disponibilidade para exercer, as Opções e Ações (RSUs) podem ter o valor entre zero e o valor da cotação do dia.

Preços de exercício

Ver item 14.3 – c - ii

- *Prazos de exercício*

Ver item 14.3 – c – ii

- *Quantidade de ações comprometidas pelo plano*

As concessões são feitas anualmente em valor monetário e depois convertidos em opções ou ações. O número de ações varia de acordo com os valores monetários concedidos (anualmente revistos) e com os valores das ações e opções.

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos últimos três exercícios sociais.

As negociações de data-base são realizadas geralmente no Sindicato Patronal, com o envolvimento das empresas da categoria. Os acordos relativos ao Programa de Participação nos Resultados, Jornada de Trabalho, Banco de Horas, etc., são negociadas diretamente com os Sindicatos de cada região (cada Unidade da empresa se relaciona com o Sindicato competente daquela região), com a realização de assembleias, quando necessário. Temos uma relação madura com os Sindicatos que representam nossos colaboradores, não tendo nenhum incidente nos últimos anos.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 14.1 a 14.4 deste Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Brasmotor Ltda						
61.084.984/0001-20	Brasileira-SP	Não	Sim	14/12/2020		
454.958.734	44,220	212.116.767	44,740	667.075.501	44,390	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
8.197.233	0,800	20.503.796	4,320	28.701.029	1,910	
TOTAL						
1.028.700.892	100,000	474.085.114	100,000	1.502.786.006	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool CSA Holdings S.À.R.L.					
	Luxemburgo	Não	Sim	13/09/2013	
19.295.872	1,880	0	0,000	19.295.872	1,280
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Whirlpool do Brasil Ltda					
46.267.514/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	14/10/2020	
546.249.053	53,100	241.464.551	50,940	787.713.604	52,420
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Brasmotor Ltda				61.084.984/0001-20	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
593.530.883	100,000	0	0,000	593.530.883	100,000
Whirlpool Comercial Ltda.					
58.359.480/0001-61	Brasileira-SP	Não	Sim	14/10/2020	
11.573.852	1,950	0	0,000	11.573.852	1,950
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Whirlpool CSA Holdings S.À.R.L.					
	Luxemburgo	Não	Sim	13/09/2013	
93.540.467	15,760	0	0,000	93.540.467	15,760
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Composição capital social					
Brasmotor Ltda			61.084.984/0001-20		
Whirlpool do Brasil Ltda					
46.267.514/0001-09	Brasileira-SP	Não	Sim	14/10/2020	
488.416.564	82,290	0	0,000	488.416.564	82,290
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool CSA Holdings S.À.R.L.					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Whirlpool Canada Holding Co					
	Canada	Não	Sim	11/08/2017	
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool do Brasil Ltda				46.267.514/0001-09	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.477.537.720	100,000	0	0,000	1.477.537.720	100,000
Whirlpool Canada Holding Co.					
08.222.076/0001-73	Canada	Não	Sim	11/08/2017	
3	0,002	0	0,000	3	0,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Whirlpool CSA Holding S.A. R.L.					
	Luxemburgo	Não	Sim	13/09/2013	
1.477.537.717	99,998	0	0,000	1.477.537.717	99,998
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool Comercial Ltda.				58.359.480/0001-61	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
29.416.720	100,000	0	0,000	29.416.720	100,000
Whirlpool Canada Holding Co					
	Canada	Não	Sim	11/08/2017	
37	0,001	0	0,000	37	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Whirlpool CSA Holdings S.À.R.L.					
	Luxemburgo	Não	Sim	11/08/2017	
29.416.683	99,999	0	0,000	29.416.683	99,999
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool CSA Holdings S.À.R.L.					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Whirlpool Canada Holding Co					
	Canada	Não	Sim	19/04/2016	
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool do Brasil Ltda				46.267.514/0001-09	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.477.537.720	100,000	0	0,000	1.477.537.720	100,000
Whirlpool Canada Holding Co					
	Canada	Não	Sim	11/08/2017	
3	0,001	0	0,000	3	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Whirlpool CSA Holding S.A. R.L.					
	Luxemburgo	Não	Sim	11/08/2017	
1.477.537.717	99,999	0	0,000	1.477.537.717	99,999
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Whirlpool CSA Holdings S.À.R.L.					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
165.166.603	100,000	0	0,000	165.166.603	100,000
Whirlpool Canada Holding Co					
	Canada	Não	Sim	13/09/2013	
165.166.603	100,000	0	0,000	165.166.603	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física Unidade	2.896.700
Quantidade acionistas pessoa jurídica Unidade	94
Quantidade investidores institucionais Unidade	12

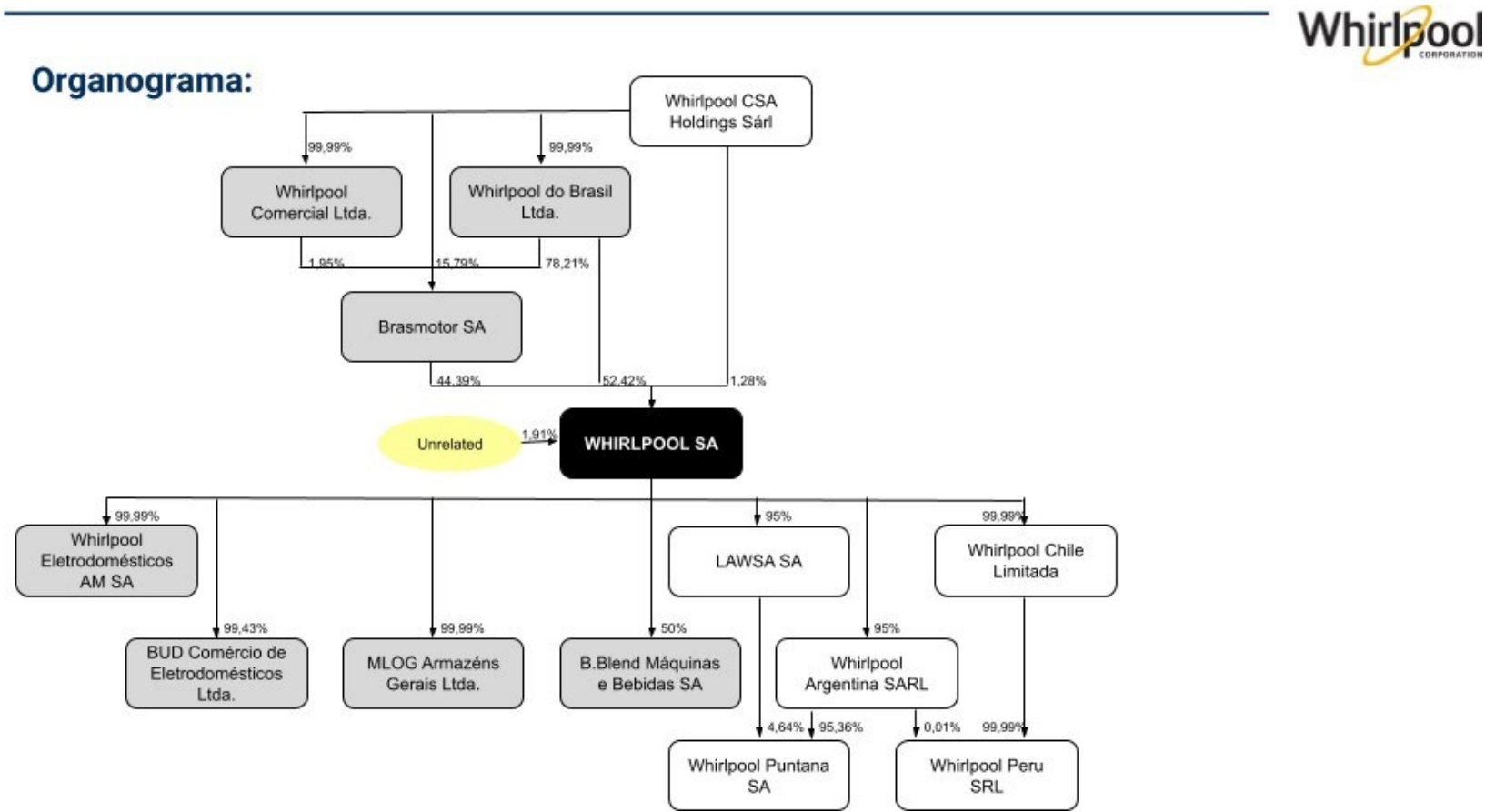
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias Unidade	1.028.700.892	68,450%
Quantidade preferenciais Unidade	474.085.114	31,550%
Total	1.502.786.006	100,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas da Companhia e do grupo econômico em que se insere, indicando



15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO EMISSOR – Whirlpool S.A.	
Empresas	Participação Societária
Brasmotor Ltda.	44,39%
Whirlpool do Brasil Ltda.	52,42%
Whirlpool CSA Holding S.À.R.L	1,28%
Outros	1,91%

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	
BRASMOTOR LTDA.	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool CSA Holding S.À.R.L	15,76%
Whirlpool do Brasil Ltda.	82,29%
Whirlpool Comercial Ltda.	1,95%

WHIRLPOOL DO BRASIL LTDA.	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool CSA Holding S.À.R.L	99,99%
Whirlpool Canada Holding Co.	0,01%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O Controlador último de todo o grupo Whirlpool é a Whirlpool Corporation, companhia aberta com sede em Benton Harbor, Michigan, Estados Unidos, cujo capital social é integralmente pulverizado.

b. principais controladas e coligadas do emissor

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS SOCIEDADES CONTROLADAS	
<i>BUD COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.</i>	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool S.A.	99,43%
Brasmotor S.A.	0,57%

<i>MLOG ARMAZÉM GERAL LTDA.</i>	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool S.A.	99,99%
Brasmotor S.A.	0,01%

<i>WHIRLPOOL ELETRODOMÉSTICOS AM S.A.</i>	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool S.A.	99,99%
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	0,01%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

WHIRLPOOL ARGENTINA S.R.L.	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool S.A.	98,70%
Bud Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	1,30%

WHIRLPOOL CHILE LIMITADA	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool S.A.	99,99%
Whirlpool Argentina S.A.	0,01%

LAWSA S.A.	
Empresas	Participação Societária
Whirlpool S.A.	95,00%
Bud Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	5,00%

B.BLEND MÁQUINAS E BEBIDAS S.A.	
Empresas	Participação Societária
AMBEV S.A	50,00%
Whirlpool S.A.	50,00%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

c. participações do emissor em sociedades do grupo

Todas as nossas participações em sociedades do grupo, na data deste Formulário de Referência, estão listadas na Seção 15.4 (b) acima.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Todas as participações de sociedades do grupo na nossa Companhia, na data deste Formulário de Referência, estão listadas na Seção 15.4 (a) acima.

e. principais sociedades sob controle comum

Na data deste Formulário de Referência, a nossa Companhia não detinha sociedades sob controle comum.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**15.7 – Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**Em 2018:

Ano	2018
Evento	N/A
Principais condições do negócio	
Sociedades envolvidas	
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	

Em 2019:

Ano	2019
Evento	Venda do negócio de compressores (Embraco)
Principais condições do negócio	Nos termos do Contrato de Compra e Venda (Share Purchase Agreement – “SPA”) celebrado em 24 de abril de 2018, de um lado, na qualidade de vendedoras, pela Whirlpool Corporation (“<u>Whirlpool Corp.</u>”), e determinadas sociedades controladas pela Whirlpool Corp., incluindo a Whirlpool S.A. (“<u>Companhia</u>”), na qualidade de vendedores, e, de outro lado, na qualidade de compradora, a Nidec Corporation (“<u>Nidec</u>”), foi contratada a alienação das unidades de negócios de compressores Embraco no Brasil e no mundo (“<u>Operação</u>”). Em 03 de maio de 2019, foi celebrado o primeiro aditamento ao SPA, sendo atribuído à Companhia o valor base de US\$ 671,789,324.00 em pagamento do preço de venda de suas participações na (i) Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda., sediada no Brasil; (ii) Beijing Embraco Snowflake Co. Ltd. e Qingdao EECON Eletronic and

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Sociedades envolvidas	Appliances Co. Ltd., sediadas na China; e (iii) Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A. e sua controlada Embraco North America Inc., sediadas respectivamente no Uruguai e Estados Unido.
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Após o atendimento das condições precedentes aplicáveis, a Operação foi concluída em 01 de julho de 2019, de modo que a Nidec passou a ser detentora de 100% das unidades de negócios de compressores Embraco no Brasil e no mundo.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Embraco Indústria de Compressores e Soluções em Refrigeração Ltda, Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd., Ealing Compañía de Gestiones Y Participaciones S.A., Embraco North America Inc.
	A Companhia deixou de ter participação societária direta e indireta, conforme o caso, nas empresas supracitadas
	O preço alocado à Companhia no âmbito da Operação foi negociado de boa-fé entre partes independentes.

Em 2020:

Ano	2020
Evento	N/A
Principais condições do negócio	
Sociedades envolvidas	
Efeitos resultantes da operação no quadro societário	

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Em 2021:

<u>Ano</u>	<u>2021</u>
<u>Evento</u>	<u>Incorporação da CNB Consultoria Ltda.</u>
<u>Principais condições do negócio</u>	Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de dezembro de 2021, foi aprovado, dentre outras matérias, a incorporação da CNB Consultoria Ltda. (CNPJ 45.443.322/0001-43) ("CNB") pela Companhia ("Incorporação"). A Incorporação foi realizada nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da CNB pela Companhia, que foi aprovado pela AGE 14.12.21 e divulgado no site da Companhia, da CVM e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Com a efetivação da Incorporação, a CNB é extinta de pleno direito e para todos os fins, e a Companhia sucede a CNB, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, quotas, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da CNB, patrimoniais ou não patrimoniais.
<u>Sociedades envolvidas</u>	Whirlpool S.A. e CNB Consultoria Ltda.
<u>Efeitos resultantes da operação no quadro societário</u>	Com a Incorporação, a CNB deixa de integrar o quadro societário da Companhia.
<u>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</u>	A entidade independente especializada Coimbra Partners Auditores e Consultores S/S foi contratada pela Companhia para realizar a elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da CNB.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Não há outras informações julgadas relevantes que não tenham sido apresentadas nesta Seção 15 do Formulário.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver, uma política formal adotada pelo emissor e os locais em que ela pode ser consultada.

A Companhia não possui uma política formalizada quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em linhas gerais, a Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas, sendo que a contratação de mútuos intercompany são propostas, em primeira instância, pela Tesouraria da Companhia e negociadas em conjunto com a Tesouraria Global da Whirlpool Corporation, após a análise de (i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados os índices de liquidez e, ainda, se foram integralmente destinados os recursos necessários ao investimento nas próprias atividades; (ii) rentabilidade oferecida por instituições financeiras de primeira linha no Brasil para investimento do capital de giro da Companhia face àquela oferecida pela acionista controladora para o capital emprestado, e (iii) a segurança oferecida para a transação, uma vez que a Companhia observará, usualmente, rígidos critérios de gestão conservadora de risco. Após estas análises financeiras, as transações são submetidas ao departamento jurídico que por sua vez avalia as condições formais.

Uma vez feita essa análise, caso a Tesouraria da Companhia, em conjunto com a Diretoria Financeira e departamento jurídico, constate que as condições acima são perfeitamente atendidas, a celebração do mútuo é proposta à deliberação da Diretoria ou do Conselho de Administração conforme o caso (a alçada para aprovação do mútuo varia de acordo com o seu valor, nos termos do Estatuto Social da Companhia).

Dessa forma, observada a governança global da Companhia e as alçadas estabelecidas no Estatuto Social, os mútuos são devidamente autorizados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro necessário à manutenção das operações das empresas mutuárias.

As operações da Companhia e os seus negócios com partes relacionadas, sejam elas operações de mútuo ou transações comerciais, seguem termos e condições à luz dos termos e condições praticados pelo mercado e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Companhia, mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado.

A Companhia possui uma Política Global estabelecida para as transações entre partes relacionadas. A política determina as diretrizes e o tratamento contábil para tais transações a fim de promover consistência, além de otimizar o processo de fechamento contábil e eliminação adequada dos saldos.

As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência e os respectivos saldos são referentes a 31 de dezembro de 2021.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Whirlpool Comercial Ltda	12/12/2019	0,00	R\$ 36.597 em 31.12.2021	n/a	12/12/2029	SIM	3,350000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool Mexico	01/01/2021	0,00	Saldo ativo de R\$5.571 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Industrias Acros Whirlpool	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$61 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool EMEA S.p.A	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$156 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Guatemala	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$388 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Middle East JLT	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$286 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Product Development	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$8 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool SOUTH AFRICA	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$85 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Corporation	01/01/2021	0,00	Saldo ativo de R\$7.846 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Brasmotor Ltda	01/01/2021	0,00	Saldo ativo de R\$24 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool EMEA S.p.A.	01/01/2021	0,00	Saldo passivo de R \$3.688 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool Mexico	01/01/2021	0,00	Saldo passivo de R\$137 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Polar S.A.	01/01/2021	0,00	Saldo passivo de R\$64 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Whirlpool Asia	01/01/2021	0,00	Saldo passivo de R\$236 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool Of India ltd	01/01/2021	0,00	Saldo passivo de R\$240 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	01/01/2021	0,00	Saldo ativo de R\$26.409 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo. A taxa é de 102% a 130% do CDI						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	12/12/2019	710,00	R\$ 714.757 em 31.12.2021	n/a	12/12/2029	SIM	3,350000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Debênture privada celebrada entre a Whirlpool S.A., na qualidade de compradora, e a Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., na qualidade de emissora, referente à emissão e colocação privada de título de dívida privada. O montante total de emissão foi de R \$710.000. Em 31/12/2021 foi aprovado o resgate antecipado parcial das referidas debêntures, conforme informações constantes no item 16.4 adiante.						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	Emissão e colocação privada de título privado						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Polar S.A.	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$93 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
WFC Mauritius	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$2 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Corporation	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$60.466 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Brasmotor Ltda	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$763 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	01/01/2021	0,00	Saldo ativo R\$461 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Colombia	01/01/2021	0,00	Saldo ativo de R\$5.064 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	mportação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Ecuador	01/01/2021	0,00	Saldo ativo de R\$4.257 em 31.12.2021	n/a	n/a	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Comercial Ltda	12/12/2019	0,00	R\$ 36.621 em 31.12.2021	n/a	30/06/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Debênture privada celebrada entre a Whirlpool S.A., na qualidade de compradora, e a Whirlpool Comercial Ltda., na qualidade de emissora, referente à emissão e colocação privada de título de dívida privada. O montante total de emissão foi de R \$710.000. Em 31/12/2021 foi aprovado o resgate antecipado parcial das referidas debêntures, conforme informações constantes no item 16.4 adiante. Taxa de juros cobrados: 102% do CDI						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.	12/12/2019	0,00	R\$ 6.259 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool EMEA S.p.A	12/12/2019	0,00	R\$ 156 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Indústrias Acros Whirlpool S. de R.L. de C.V.	12/12/2019	0,00	R\$ 62 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Indesit Argentina	12/12/2019	0,00	R\$ 6 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Whirlpool Corporation	12/12/2019	0,00	R\$ 21.221 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Indesit Manufacturing Poland	12/12/2019	0,00	R\$10.960 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool Colombia	12/12/2019	0,00	R\$23 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool EMEA S.p.A	12/12/2019	0,00	R\$19.338 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool Properties Inc	12/12/2019	0,00	R\$2.991 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Whirlpool Slovakia spol s.r.o	12/12/2019	0,00	R\$13.944 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Indesit Argentina	12/12/2019	0,00	R\$387 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Joint Stock Company Indesti	12/12/2019	0,00	R\$856 em 31.12.2021	n/a	n/a	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas						
Objeto contrato	Importação / Exportação de eletrodomésticos / peças						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia adota práticas recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável. As operações e negócios da Companhia, mencionadas no item 16.2 com partes relacionadas, foram celebradas seguindo termos e condições à luz dos termos e condições e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Companhia, mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado.

As transações financeiras, mencionadas no item 16.2, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia, conforme as regras estatutárias vigentes.

Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração e da Diretoria está proibido de votar em qualquer reunião, ou de atuar em qualquer operação ou negócio, nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Em reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Whirlpool S.A. aprovou o Resgate Parcial de 140.000 (cento e quarenta mil) debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações e da Espécie Subordinada da Primeira Emissão da Whirlpool S.A.”, firmado em 12 de dezembro de 2019, conforme previsto no item 4.21 da Escritura de Emissão, com o pagamento do valor de R\$ 156.381.023,69 (cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil e vinte três reais e sessenta e nove centavos), correspondente ao saldo do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), incidentes desde a data de emissão das Debêntures ou da data de pagamentos de juros imediatamente anterior, até a data do efetivo Resgate Parcial, a ser realizado no dia 2 de março de 2022, à debenturista Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. (CNPJ/ME nº 63.699.839/0001-80) titular da totalidade das Debêntures.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/04/2017	1.159.102.348,07		1.028.700.892	474.085.114	1.502.786.006

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/04/2017	Assembleia Geral	27/04/2017	73,309,310.14	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não realizamos desdobramentos, grupamentos ou bonificações nos três últimos exercícios sociais.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não realizamos reduções de capital nos últimos três exercícios sociais.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não há outras informações julgadas relevantes que não tenham sido apresentadas nesta Seção do Formulário.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Estatuto Social da Companhia não prevê condições específicas para alteração os direitos assegurados às ações ordinárias e preferenciais, acima descritos. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre essa questão, desde que observados os termos da Lei das Sociedades por Ações e demais legislação aplicável. De qualquer forma, segundo a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Não há.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais, sem direito a voto, terão direito a dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, tanto no rateio do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), como na distribuição pela Companhia, a qualquer título, de novas ações bonificadas ou quaisquer outros títulos ou vantagens, inclusive em casos de capitalização de quaisquer reservas ou provisões, e capitalização de lucros remanescentes não distribuídos.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. As ações preferenciais, sem direito a voto, terão prioridade em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

O Estatuto Social da Companhia não prevê condições específicas para alteração dos direitos assegurados às ações ordinárias e preferenciais, acima descritos. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre essa questão, desde que observados os termos da Lei das Sociedades por Ações e demais legislação aplicável. De qualquer forma, segundo a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das S.A.

Outras características relevantes

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

O Estatuto Social da Companhia não possui regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

O Estatuto Social da Companhia não possui exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social 31/12/2021						Volume financeiro negociado	Unidade	Valor maior cotação	Unidade	Valor menor cotação	Unidade	Fator cotação	Valor média cotação	Unidade
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa									
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.815.213		7,70		6,50		R\$ por Unidade	7,17	
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.094.039		7,69		6,80		R\$ por Unidade	7,07	
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.230.964		7,70		6,52		R\$ por Unidade	7,15	
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.600.595		7,50		6,25		R\$ por Unidade	6,68	
31/03/2021	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.218.640		8,25		7,52		R\$ por Unidade	7,85	
30/06/2021	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.243.582		8,73		7,56		R\$ por Unidade	8,11	
30/09/2021	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.405.332		9,43		7,82		R\$ por Unidade	8,73	
31/12/2021	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.222.754		9,05		7,30		R\$ por Unidade	8,28	
Exercício social 31/12/2020						Volume financeiro negociado	Unidade	Valor maior cotação	Unidade	Valor menor cotação	Unidade	Fator cotação	Valor média cotação	Unidade
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa									
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.542.349		10,29		5,04		R\$ por Unidade	8,44	
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.359.185		9,70		5,82		R\$ por Unidade	7,11	
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.925.304		7,99		6,18		R\$ por Unidade	7,05	
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.182.338		7,80		6,70		R\$ por Unidade	7,13	
31/03/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.399.412		10,80		5,50		R\$ por Unidade	9,03	
30/06/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	39.007.345		10,40		5,73		R\$ por Unidade	7,26	
30/09/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.412.871		8,65		6,60		R\$ por Unidade	7,52	
31/12/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.056.733		8,61		6,83		R\$ por Unidade	7,64	

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social	31/12/2019													
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado	Unidade	Valor maior cotação	Unidade	Valor menor cotação	Unidade	Fator cotação	Valor média cotação	Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	548.372		4,83		4,10		R\$ por Unidade	4,38	
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.865.184		4,79		4,00		R\$ por Unidade	4,45	
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.874.658		7,02		4,36		R\$ por Unidade	5,21	
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.685.616		10,99		4,36		R\$ por Unidade	6,68	
31/03/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.972.619		5,10		4,01		R\$ por Unidade	4,63	
30/06/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.079.833		5,00		4,40		R\$ por Unidade	4,79	
30/09/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	33.917.481		7,09		4,38		R\$ por Unidade	5,26	
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.565.557		11,25		4,36		R\$ por Unidade	6,83	

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única
Data de emissão	12/12/2019
Data de vencimento	12/12/2029
Quantidade	710
Unidade	
Valor total	710.000,00
Unidade	
Saldo Devedor em Aberto	714.754,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de distribuição privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e sem realização de qualquer esforço de venda perante investidores indeterminados, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM, de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Poderá haver resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, pela Companhia, a qualquer momento, a partir do segundo mês contado da Data de Emissão, sem a incidência de qualquer multa ou prêmio. No caso de resgate antecipado das Debêntures, a Companhia deverá pagar à Debenturista, em até 30 (trinta) dias do envio da notificação de resgate antecipado, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures resgatadas, acrescidos dos Juros Remuneratórios incidente desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros imediatamente anterior até a data do efetivo resgate, calculados pro rata temporis, e demais encargos.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

Vencimento Antecipado . I. (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência pela Companhia; (c) pedido de falência da Companhia formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; II. não pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo vencimento; III. descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Debenturista; ou (b) pelo Debenturista à Companhia, conforme o caso, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; IV. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei 6.404/76; V. aprovação de incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), fusão ou cisão da Companhia, exceto se, conforme previsto no artigo 231 da Lei 6.404/76, qualquer uma das operações tenha sido previamente aprovada pela Debenturista. VI. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Companhia, dos créditos por ela adquiridos ao controlador ou a qualquer pessoa a ele ligada, exceto se a operação for previamente aprovada pelo Debenturista; VII. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu Estatuto Social, que altere substancialmente as atividades atualmente desempenhadas pela Companhia, ou a prática de qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Companhia e/ou com esta Escritura de Emissão, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor; VIII. comprovação de que a Companhia utilizou os recursos decorrentes da emissão das Debêntures para fins diversos dos estabelecidos na Cláusula 3ª acima; IX. inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ao equivalente a 1 (um) anos de juros considerando o exercício anterior, atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas). Juros. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,35% a.a. Espécie. As Debêntures são da espécie subordinada em relação aos credores quirografários da Companhia, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Companhia. As Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial geral aos seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Companhia, em particular, para garantir as Debêntures em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures da Escritura de Emissão. Prazo e data de vencimento e de pagamentos. Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão seu vencimento em 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão. Vencendo-se, portanto, em 12 de dezembro de 2029. Por ocasião da Data de Vencimento das Debêntures, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros até a data do efetivo pagamento.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação do Debenturista representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação. As alterações dos quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas na cláusula 6 do referido documento deverão ser aprovadas, em qualquer convocação, por Debenturista que represente 90%, no mínimo das Debêntures em Circulação.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia resgatará as Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e da Participação, em até 3 (três) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. A totalidade das Debêntures foi subscrita e integralizada pela Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. subsidiária integral da Companhia. Em 25/02/2022 foi aprovado o resgate antecipado parcial das Debêntures, conforme informações constantes no item 18.12 adiante.

.....

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

- i. pessoas físicas: Não há
- ii. pessoas jurídicas: 01 (uma), Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A
- iii. investidores institucionais: Não há.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Título de Investimento Coletivo
Identificação do valor mobiliário	3.8% Senior Notes due September 14, 2020
Data de emissão	14/09/2017
Data de vencimento	14/09/2020
Quantidade	0
Unidade	
Valor nominal global	203,811,000.00
Unidade	
Saldo devedor em aberto	0.00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir de 14 de setembro de 2018, a Companhia poderá, a seu critério, pagar antecipadamente, parcial ou integralmente, as Notes (conforme definido no Note Purchase Agreement), considerado o mínimo de 10% montante do principal agregado das Notes então em circulação no caso de um pré-pagamento parcial, e o Valor Remanescente (Make-Whole Amount) (conforme definido no Note Purchase Agreement) determinado para a data do pagamento antecipado em relação a referido montante do principal. A Companhia notificará cada titular das Notes, por escrito, a respeito de cada pagamento antecipado opcional com no mínimo 10 e máximo 60 dias de antecedência da data fixada para tal pagamento antecipado, exceto se de outra forma acordado nos termos do Note Purchase Agreement. O Valor Remanescente (Make-Whole Amount) corresponde (i) ao excedente do Valor Descontado dos Pagamentos Programados Remanescentes (conforme definido no Note Purchase Agreement) em relação ao principal da Note em questão, sobre o valor do referido principal da Note em questão, para as Non-Swapped Notes (conforme definido no Note Purchase Agreement), ou (ii) o excedente do Valor Descontado de Swapped Notes (conforme definido no Note Purchase Agreement) com relação ao Called Notional Amount da referida Swapped Note sobre este Called Notional Amount, para as Swapped Notes.
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	O Note Purchase Agreement e as Notes podem ser alterados, e a observância de qualquer termo do Note Purchase Agreement e das Notes pode ser renunciada (de forma retroativa ou prospectiva), mediante consentimento por escrito da Companhia e dos Titulares Obrigatórios, consideradas as seguintes exceções: (a) alterações ou renúncia a qualquer das cláusulas 1, 2, 3, 4, 5, 6 ou 20 do Note Purchase Agreement, têm validade para cada Comprador (Purchaser) (conforme definido no Note Purchase Agreement) mediante o consentimento escrito do referido Comprador; (b) alterações ou renúncia dos seguintes itens dependem de consentimento por escrito do Comprador e do titular de cada Note: (i) alteração do valor ou do horário de qualquer pré-pagamento ou pagamento de principal, redução da taxa ou alteração do tempo de pagamento ou método de cálculo dos juros sobre as Notes ou do Valor Remanescente (Make-Whole Amount), (ii) alteração da porcentagem do valor principal das Notes, ou (iii) alteração dos termos da cláusula 7 do Note Purchase Agreement, referente ao pagamento e pré pagamento das Notes, salvo se previsto de outra forma no Note Purchase Agreement); (c) a cláusula 7.5 do Note Purchase Agreement somente pode ser alterada ou renunciada para permitir a realização de ofertas de compra pela Companhia, ou uma afiliada, pro rata aos titulares das Notes nos mesmos termos e condições, mediante consentimento por escrito da Companhia e dos titulares de Notes representativas de, pelo menos, 66-2/3% do montante principal total das Notes em circulação (com exceção das Notes detidas pela Companhia e suas afiliadas).
Outras características relevantes	Não há.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição**18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Não ocorreram, nos últimos três exercícios sociais, ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não há para os últimos três exercícios.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**18.12 – Outras informações relevantes**

Em reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Whirlpool S.A. aprovou o Resgate Parcial de 140.000 (cento e quarenta mil) debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Não Conversíveis em Ações e da Espécie Subordinada da Primeira Emissão da Whirlpool S.A.”, firmado em 12 de dezembro de 2019, conforme previsto no item 4.21 da Escritura de Emissão, com o pagamento do valor de R\$ 156.381.023,69 (cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e um mil e vinte três reais e sessenta e nove centavos), correspondente ao saldo do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), incidentes desde a data de emissão das Debêntures ou da data de pagamentos de juros imediatamente anterior, até a data do efetivo Resgate Parcial, realizado no dia 02 de março de 2022, à debenturista Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A. (CNPJ/ME nº 63.699.839/0001-80) titular da totalidade das Debêntures.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não ocorreram planos de recompra nos últimos três exercícios, tampouco há plano de recompra para o presente exercício.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários mantidos em Tesouraria nos últimos três exercícios.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação**Data aprovação** 11/08/2022**Órgão responsável pela aprovação** Conselho de Administração**Cargo e/ou função**

i) A própria Companhia;

(ii) Os acionistas controladores, diretos ou indiretos da Companhia;

(iii) Os membros do Conselho de Administração, de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, e do Conselho Fiscal;

(iv) Membros da Diretoria da Companhia;

(v) E, quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas coligadas ou controladas, tenham acesso a Fato Relevante ou tenham conhecimento de Informação Privilegiada.

Principais características e locais de consulta

A Companhia possui uma “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários” aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de agosto de 2022 (“Política”), que possui, dentre os seus objetivos, os de estabelecer as regras e procedimentos referentes à negociação de valores mobiliários. A Política foi elaborada com base na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 44”).

São consideradas “Pessoas Sujeitas” à Política: (i) a Companhia; (ii) os acionistas controladores, diretos e indiretos da Companhia; (iii) os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, e do Conselho Fiscal da Companhia; e (iv) quem quer que, em virtude de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia tenha acesso a Informação Privilegiada.

A divulgação de Fatos Relevantes ocorrerá por meio dos seguintes canais:

(i) Sistema eletrônico disponível na página da CVM na internet;

(ii) Página de relações com investidores da Companhia (<https://www.whirlpool.com.br/investidor/>); e(iii) Portal de notícias do Valor Econômico (<https://valor.globo.com/>).

A Política pode ser acessada nas páginas na internet da CVM (www.gov.br/cvm) e de relações com investidores da Companhia (<https://www.whirlpool.com.br/investidor/>).

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

A Política prevê que é vedada a utilização de Informação Privilegiada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para terceiros, mediante negociação de Valores Mobiliários. Para fins dessa disposição, presume-se que: (i) a pessoa que negociou Valores Mobiliários dispondo de Informação Privilegiada fez uso de tal informação na referida negociação; (ii) os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, e a própria Companhia, em relação aos negócios com Valores Mobiliários, têm acesso a toda Informação Privilegiada; (iii) as Pessoas Sujeitas, ao terem tido acesso a Informação Privilegiada, sabem que se trata de informação privilegiada; (iv) tratando-se de membros do conselho de administração ou diretores, quando se afastarem de seus cargos na administração da Companhia dispondo de Informação Privilegiada se vale de tal informação caso negocie Valores Mobiliários no período de 3 (três) meses contados do seu desligamento; (v) são relevantes, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos à matéria, as informações acerca de operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou combinação de negócios, mudança no controle da Companhia, inclusive por meio de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas, decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta ou mudança do ambiente ou segmento de negociação das ações de sua emissão; e (vi) são relevantes as informações acerca de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e de falência efetuados pela própria Companhia, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos a tal pedido.

As presunções destacadas acima são relativas e devem ser analisadas em conjunto com outros elementos que indiquem se o ilícito foi ou não, de fato, praticado, podendo todas serem utilizadas interpretativamente de forma combinada. No período de 15 (quinze) dias que anteceder à divulgação das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da Companhia, a Companhia, seus acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal ficam impedidos de efetuar qualquer negociação com os Valores Mobiliários, independentemente (a) do conhecimento, por tais pessoas, do conteúdo das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da Companhia; e (b) da avaliação quanto à existência de Fato Relevante pendente de divulgação ou da intenção em relação à negociação.

Nos termos estabelecidos no art. 11 da Resolução CVM 44/2021, os diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da Companhia devem informar ao Diretor de Relações com Investidores acerca da titularidade e as negociações realizadas com Valores Mobiliários, incluindo derivativos ou outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso sejam companhias abertas, de suas controladoras ou controladas. As Pessoas Sujeitas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição da Política estão sujeitas às sanções disciplinares cabíveis previstas nas Políticas internas da Companhia e obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Sujeitas de todos os prejuízos que venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, sem prejuízo de outras sanções administrativas e legais cabíveis.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não há.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”) aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022. Maiores informações sobre a Política podem ser encontradas no item 21.2 deste Formulário de Referência.

Sem prejuízo das disposições e atribuições contidas na Política sobre o uso e divulgação de informações que constituem fato relevante que devem prevalecer no que tange à utilização dessas informações, a Companhia conta com uma área de Comunicação Institucional que auxilia na divulgação de informações com base nos valores da nossa Companhia (Respeito, Integridade, Diversidade e Inclusão, One Whirlpool e Espírito de Vitória) e nas determinações da lei.

A área também participa da definição e planejamento de divulgação das informações de interesse, zelando pela sua credibilidade, bem como o sigilo das informações estratégicas. A área atua em parceria com a liderança da Companhia e de todas as áreas de negócio, fonte das informações a serem divulgadas.

Para garantir a consistência da comunicação e a uniformidade das mensagens a serem transmitidas, definiu-se que diretores da Companhia são porta-vozes oficiais.

No ambiente digital, a nossa Companhia mantém o website corporativo, bem como canais nas redes sociais, atuando com a produção de conteúdo, definição de estratégia e monitoramento.

Internamente, procuramos disseminar as informações para todos os públicos, por meio de canais específicos destinados à liderança, administrativos e horistas. Isso inclui comunicação feita em reuniões de liderança, newsletter, jornal mural, intranet, e-mails, peças físicas, entre outros, conforme necessidade.

A diretoria de RH e Comunicação e/ou as agências de Comunicação e Relações Públicas e Digital contratadas são responsáveis pela política, divulgação e monitoramento dos procedimentos relacionados ao processo de comunicação da Companhia, observado que o uso e divulgação de informações que constituem fato relevante são regulados pela Política.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A Companhia possui uma “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários” aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de agosto de 2022 (“Política”), que possui, dentre os seus objetivos, os de estabelecer as regras e procedimentos referentes ao uso e à divulgação de Fato Relevante (conforme abaixo definido) e à preservação de sigilo dos Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgados ao mercado (“Informação Privilegiada”). A Política foi elaborada com base na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 44”).

Considera-se “Fato Relevante” qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados (“Valores Mobiliários”); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter Valores Mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários.

São consideradas “Pessoas Sujeitas” à Política: (i) a Companhia; (ii) os acionistas controladores, diretos e indiretos da Companhia; (iii) os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, e do Conselho Fiscal da Companhia; e (iv) quem quer que, em virtude de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia tenha acesso a Informação Privilegiada.

A Política estabelece que, sem prejuízo dos demais deveres e responsabilidades previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, cabe ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia: (i) divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os Valores Mobiliários sejam ou venham a ser admitidos a negociação, no Brasil ou no exterior (“Entidades Administradoras de Mercado”), imediatamente após sua ciência e análise, na forma das normas aplicáveis, qualquer Fato Relevante relacionado aos seus negócios; (ii) divulgar Fato Relevante, sempre que possível, de forma simultânea nas Entidades Administradoras de Mercado, zelando pela sua ampla e imediata disseminação; (iii) esclarecer dúvidas acerca da aplicação e da interpretação das disposições da Política; (iv) na hipótese de questionamentos por parte da CVM ou das Entidades Administradoras de Mercado, ou

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

em caso de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, inquirir as pessoas com acesso a Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se essas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado; e (v) analisar e decidir sobre a caracterização de fato ou ato como sendo Fato Relevante e participar do processo decisório relativo à conveniência ou não de sua imediata divulgação ao mercado.

A Política estabelece que as Pessoas Sujeitas deverão: (i) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sempre que tiverem conhecimento de Fato Relevante; (ii) no caso de acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, caso tenham conhecimento pessoal de Fato Relevante, sempre que constatarem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, comunicar imediatamente o Fato Relevante à CVM; (iii) não se valer de Informações Privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens, incluindo por meio da negociação de Valores Mobiliários; (iv) não discutir Informações Privilegiadas em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa; (v) somente tratar de assuntos relacionados a Informação Privilegiada com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Privilegiada, assegurando-se que os destinatários da informação estejam sujeitos à Política ou de outra forma sujeitos à obrigação de resguardar o sigilo da informação e abster-se de utilizá-la para obter vantagem indevida; (vi) no caso de desligamento da Companhia, ou caso deixem de participar do negócio ou do projeto a que se referirem as Informações Privilegiadas, manter o dever de sigilo, uma vez que continuarão sujeitas a essa obrigação, até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes e ao mercado; (vii) guardar sigilo das Informações Privilegiadas às quais tenham acesso, bem como zelar para que seus subordinados ou terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; (viii) caso inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo, comuniquem, pessoalmente ou por meio de terceiros, Informações Privilegiadas a pessoas não vinculadas a esta Política nem submetida a dever de sigilo, informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que adote as medidas que entender cabíveis; (ix) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores quaisquer violações da Política de que tenham conhecimento; (x) em caso de realização de qualquer transmissão ao vivo realizada por meio eletrônico, zelar para que todos os termos e

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

condições da Política sejam observados e, sempre que aplicável, informar ao Diretor de Relações com Investidores; (xi) manter documentos de qualquer espécie referentes a Informação Privilegiada (inclusive anotações pessoais manuscritas) em local ao qual tenham acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação.

Com relação à violação da Política, note-se que as Pessoas Sujeitas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição da Política estão sujeitas às sanções disciplinares cabíveis previstas nas políticas internas da Companhia e obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Sujeitas de todos os prejuízos que venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, sem prejuízo de outras sanções administrativas e legais cabíveis.

A divulgação de Fato Relevante deverá se dar de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, e, sempre que possível, ser realizada simultaneamente em todas as Entidades Administradoras de Mercado.

O Fato Relevante poderá deixar de ser divulgado em casos excepcionais, se o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores ou os administradores da Companhia, conforme o caso, entenderem que sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia, observado o disposto na Política.

Os acionistas controladores ou os administradores ficam obrigados a diretamente ou, através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o Fato Relevante, na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários.

Os acionistas ou administradores da Companhia podem submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de Fato Relevante, observando o disposto na regulamentação aplicável.

Caso a CVM decida pela divulgação do Fato Relevante, determinará ao interessado, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente às Entidades Administradoras de Mercado, observado que a divulgação do Fato Relevante deverá observar os procedimentos previstos na Política.

A divulgação de Fatos Relevantes ocorrerá por meio dos seguintes canais:

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

- (i) Sistema eletrônico disponível na página da CVM na internet;
- (ii) Página de relações com investidores da Companhia (<https://www.whirlpool.com.br/investidor/>); e
- (iii) Portal de notícias do Valor Econômico (<https://valor.globo.com/>).

A Política pode ser acessada nas páginas na internet da CVM (www.gov.br/cvm) e de relações com investidores da Companhia (<https://www.whirlpool.com.br/investidor/>).

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Adicionalmente, qualquer alteração à referida política deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há.